Curso de Pós-Graduação em Sociologia
Departamento de Sociologia - FFLCH - USP

Programa de Mestrado em Sociologia

JUAN IGNACIO ROMERO CABRERA

**O AGRICULTOR FAMILIAR
NO PROCESSO DE
MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA
DO URUGUAI:
Estudo de Caso na Região
de Salto**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr.
Mário Antonio Eufrasio

São Paulo
—Agosto de 1998—

Todo tiene su tiempo, y todo lo que se quiere debajo del cielo tiene su hora. Tiempo de nacer, y tiempo de morir; tiempo de plantar, y tiempo de arrancar lo plantado; tiempo de abrazar y tiempo de abstenerse de abrazar; ... tiempo de callar, y tiempo de hablar; .tiempo de amar, y tiempo de aborrecer; tiempo de guerra y tiempo de paz. ECLESIASTES 3: 1-5-6-7.

A, Camila, Santiago,
Carmen, meus pais e
meu irmão. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) por seu apoio através da bolsa concedida, que possibilitou a realização da pesquisa e de meus estudos ao nível de Mestrado, significando um importante avanço em minha vida acadêmica e profissional. Por outro lado, gostaria de agradecer à *Universidad de la República – Regional Norte, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología, Unidad de Estudios Regionales*, pelo apoio acadêmico e pela liberação de minhas atividades para fazer os estudos e a pesquisa e à C. S. I. C. (*Comisión Sectorial de Investigación Científica*) pelo apoio oferecido para realizar a pesquisa de campo no Uruguai; aproveito para agradecer também à Universidade de São Paulo-FFLCH-Departamento de Sociologia-Curso de Pós-Graduação pela oportunidade oferecida, aos funcionários e docentes pela cordialidade, o ensino acadêmico e não acadêmico oferecidos e por me fazerem sentir em casa apesar da distância; desejo mencionar especialmente o Professor Sedi Hirano pela confiança depositada; por último, meu especial agradecimento à minha família, esposa e filha pela paciência, amor e dedicação oferecidas e aos amigos, pelo alento; agradeço a todos porque também possibilitaram a finalização de meus estudos.

A todos muito obrigado.

INTRODUÇÃO GERAL

Este trabalho se originou, ao longo dos últimos seis anos, quando se iniciou um conjunto de estudos sobre os impactos gerados pelo processo de modernização agrária (produção sob estufa) entre os agricultores familiares da região de Salto, estudos levados a efeito em conjunto entre os colegas da Faculdade de Agronomia e de Ciências Sociais, na área da sociologia agrária.

Correspondendo à maior dedicação em estudos e pesquisas de campo, o trabalho inicial foi desenvolvendo uma linha de pesquisa na *Unidad de Estudios Regionales* em relação a esta questão, o que levou à minha primeira motivação, a de discutir teoricamente o conceito de agricultora familiar: o que era isso? será que *todos* os pesquisadores na área fariam do mesmo agente, seria um conceito que todo mundo conheceria ou, para o caso em questão, seria preciso “afiar” o conceito para, numa segunda motivação tentar repensar os mecanismos envolvidos no processo que permitia a determinado grupo de agricultores familiares inserir-se na modernização?

A questão central que nos propomos discutir pode ser resumida na seguinte pergunta: “que dimensão e que fatores devem ser analisados dos agricultores familiares que formam parte de uma produção agrícola de perfil capitalista?” Entendemos que a existência de especificidades não pode ser encarada como atributo exclusivo da agricultura, a ponto de ser estudada como uma situação anômala da dinâmica capitalista. As especificidades existem para qualquer setor e são exatamente a razão dos diferentes comportamentos que, sem dificuldades, podem ser encontrados na economia capitalista. Nem as especificidades da

agricultura devem ser encaradas como um problema do capital, nem tampouco têm utilidade analítica se consideradas apenas na sua dimensão mais geral, das condições naturais que escapam ao controle do capital. A agricultura não é um corpo único e de comportamento homogêneo. As especificidades dos diversos mercados agrícolas, essas sim importantes para se compreender a riqueza de situações, e as diferentes condições concorrenciais, e de contextos socio-culturais diferentes e ricos no conteúdo de elementos que fornecem explicações não econômicas do processo de modernização e os agricultores familiares, são detectáveis, mas cuja importância analítica parece ter sido esquecida em razão de toda a tradição da economia e da sociologia rural. Não se quer aqui ignorar o tratamento específico que devem ter os fenômenos sociais agrícolas, desde que não seja para construir uma teoria particular do capitalismo na agricultura.

O trabalho divide-se em três partes temáticas e cada parte temática contém três capítulos. A *Parte A* compõe-se de três capítulos, voltados a traçar o quadro no interior do qual se caracteriza o problema em estudo e as perspectivas que serão utilizadas em sua análise e interpretação. O **primeiro** capítulo apresenta, no quadro geral da sociedade contemporânea, a importância da internacionalização da economia mundial e das mudanças ocorridas na agricultura e no sistema agro-alimentar mundial; tem-se em vista, nele, situar a penetração da internacionalização sob formas e ritmos diferentes, conforme o país ou a região. O **segundo** capítulo apresenta as significativas mudanças ocorridas na agricultura e sua relação com o restante da sociedade; o objetivo é ressaltar a relevância dos processos sociais emergentes advindos da aplicação e do crescente predomínio de um determinado modelo de desenvolvimento agrário. O **terceiro** e último capítulo apresenta uma discussão teórica acerca do agricultor familiar, entre uma abordagem centrada no processo e uma abordagem centrada na unidade produtiva; o interesse é o de destacar primeiramente o conceito de “camponês” e, depois, detalhar o conceito de “agricultor familiar”, para em seguida poder-se proceder a uma

caracterização das diferenças e das semelhanças que apresentam.

A *Parte B* compõe-se de três capítulos e seu objetivo é caracterizar a situação atual da agricultura da região de Salto e o papel do agricultor familiar. O primeiro deles (**o capítulo 4**) visa a caracterizar as atividades agrícolas na região de Salto no contexto da economia uruguaia; **o capítulo 5** pretende expor as mudanças no uso da terra, as entradas e saídas de agricultores no setor de cultivo sob estufa e a mobilidade revelada por aqueles que nele permaneceram entre 1990 e 1994, a partir de dados quantitativos colhidos em algumas fontes distintas. No **capítulo 6** busca-se fazer uma apreciação de informações qualitativas coletadas por meio de entrevistas levadas a efeito na região, junto a certo número de produtores agrícolas familiares e empresariais diretamente contactados; realçam-se aspectos ligados à organização, ao comportamento, à autoconsciência e à cultura dos produtores de culturas agrícolas sob estufa.

A *Parte C* também compõe-se de três capítulos, e seu objetivo é a interpretação teórico-conceitual do aparecimento, do desenvolvimento e da situação presente do agricultor familiar saltense, produtor de cultivos sob estufa. O **capítulo 7** (o primeiro deles), visa descrever e caracterizar a inserção no mercado hortícola nacional sob a análise do processo histórico do fenômeno, do agricultor familiar saltense. No **capítulo 8** busca-se analisar o processo de inovação tecnológica, caracterizá-lo e definir o papel do produtor familiar. Por último, no **capítulo 9** procuramos analisar as mudanças no agricultor familiar, o tipo de agricultor sob essa tecnologia produtiva, como esse agricultor familiar não só é um agricultor, mas também é um produtor, porém integrado à sociedade de uma economia e de uma cultura globalizadas, interrelacionando na análise condicionantes que impulsionam no sentido de mudanças no padrão tecnológico da agricultura (iniciando processos centrais de capitalização) e condicionantes que partem do desenvolvimento social e cultural histórico do agricultor

familiar que possibilitam a existência de certa faixa de produtores familiares capitalizados, como o capital social do capital físico. cremos que, nesse sentido, os estudos poderiam trazer uma contribuição e enriquecer as análises sobre as possibilidades de desenvolvimento do agricultor familiar sob processos modernizantes da produção agrícola.

Juan Ignacio Romero Cabrera

Índice

A) Introdução	1-40
Cap. 1 - Introdução	2-9
Cap. 2 – O Contexto do Fenômeno	9-17
Cap. 3 - O Debate Teórico acerca do Agricultor Familiar: entre uma abordagem centrada no processo e uma abordagem centrada na unidade produtiva	17-40
B) Caracterização Empírica da Situação Atual do Objeto de Estudo no Uruguai	40-74
Cap. 4 - A Economia Agrícola da Região de Salto no Contexto da Economia Nacional e da Sociedade Rural do Uruguai	41-49
Cap. 5 - A Dinâmica do Processo de Desenvolvimento entre 1966 e 1994: uma Análise Quantitativa	50-62
5.1 - O Uso da Terra por Ítems Produtivos	50-53
5.2 - Mobilidade Social no Setor Hortícola entre 1990 e 1994.....	53-46
5.2.1 - Nível de Estabilidade dos Produtores no Setor	53-54
5.2.2 - A Mobilidade Social dos Produtores de Culturas sob Estufa	54-62
Cap. 6 – Ingresso na Modernização Produtiva e Vivência das Mudanças Sócio-Econômicas:	63-86
6.1 - A Amostra	64-66
6.2 - Por que esses produtores, os produtores familiares?	66-69
6.3 - Entrevistas “em profundidade”	70-86
C) Parte de Interpretação Teórico-Conceitual do Aparecimento, do Desenvolvimento e da Situação Presente do Agricultor Familiar Saltense.	87-114

Cap. 7 – A Inserção no Mercado: dependência passiva ou integração dinâmica? 88-97

88-92

7.1 - A produção Familiar no Uruguai: desde o século XIX.....

92-113

7.1.1 – O Comércio com Rio Grande do Sul.....

Cap. 8 – A Adesão às Inovações Tecnológicas como Reafirmação Cultural e Adaptação à Modernização Econômica 114-132

Cap. 9 – *Conclusão*: o produtor familiar: não um camponês marginal, mas um produtor agrário integrado à sociedade de economia e cultura globalizadas 133-179

9.1 - Produção Familiar Rural: transformações e análises. 133-143

9.2 – A Família Produtora 143-147

9.3 – A Produção Agrícola Familiar 147-161

9.4 – A Produção Agrícola Familiar: o produtor familiar capitalizado 161-170

Conclusões: O capital social do capitalismo agrícola dos cultivos sob estufa 170-179

- Bibliografia Utilizada 180-189

Apêndice I – Gráficos e Tabelas 190-198

-/-

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de Sociologia - Curso de Pós-Graduação

Programa de Mestrado em Sociologia

JUAN IGNACIO ROMERO CABRERA

O AGRICULTOR FAMILIAR NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA DO URUGUAI:

Estudo de Caso na Região de Salto

RESUMO DA DISSERTAÇÃO

A modernização operada no Uruguai, constituída pela integração agro-industrial e pela formação de complexos agroindustriais, é um reflexo do que ocorreu nos países mais desenvolvidos na matéria. A agroindústria foi em grande parte a portadora das mudanças na agricultura, indicando *quando, como, quanto e onde* produzir e orientando as características técnicas e econômicas dos setores envolvidos. Essas mudanças geraram um processo de transformação de um sistema dominante de produzir e distribuir para um sistema que implica uma nova estruturação social, o que leva a transformações nas classes sociais agrárias e em seus padrões de conduta.

Devido às características no uso dos recursos básicos, é possível ter-se na agricultura diversas combinações de fatores de produção e diferentes formas de organização social. Essas combinações de fatores, associadas a formas específicas de organização social, levam à formação de complexos culturais ligados à produção agrícola. As aludidas mudanças que se processaram na forma de produzir e na forma de adaptar-se à industrialização agrícola indicariam a emergência de uma nova forma de organização técnica, econômica, financeira, gerencial e cultural na produção agrícola. Essa nova organização e adaptação produtiva por parte dos agentes sociais da agricultura redimensiona seus problemas pois não os elimina, mas antes os coloca em outra dimensão pelo que se torna necessário redefiní-los. Entre esses agentes sociais envolvidos encontra-se o produtor familiar, o que leva a refletir sobre sua identidade conceitual no momento em que passa a fazer parte desse processo de modernização agrária.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de Sociologia - *Curso de Pós-Graduação*

A questão central que nos propomos discutir pode ser resumida na seguinte pergunta: “que dimensão e que fatores devem ser analisados dos agricultores familiares que formam parte de uma produção agrícola de perfil capitalista?” Entendemos que a existência de especificidades não pode ser encarada como atributo exclusivo da agricultura, a ponto de ser estudada como uma situação anômala da dinâmica capitalista. As especificidades existem para qualquer setor e são exatamente a razão dos diferentes comportamentos que, sem dificuldades, podem ser encontrados na economia capitalista. Nem as especificidades da agricultura devem ser encaradas como um problema do capital, nem tampouco têm utilidade analítica se consideradas apenas na sua dimensão mais geral, das condições naturais que escapam ao controle do capital. A agricultura não é um corpo único e de comportamento homogêneo. As especificidades dos diversos mercados agrícolas, essas sim importantes para se compreender a riqueza de situações, e as diferentes condições concorrenciais, e de contextos socio-culturais diferentes e ricos no conteúdo de elementos que fornecem explicações não econômicas do processo de modernização e os agricultores familiares, são detectáveis, mas cuja importância analítica parece ter sido esquecida em razão de toda a tradição da economia e da sociologia rural. Não se quer aqui ignorar o tratamento específico que devem ter os fenômenos sociais agrícolas, desde que não seja para construir uma teoria particular do capitalismo na agricultura.

PARTE A

INTRODUÇÃO:

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

E AGRICULTURA FAMILIAR

A parte inicial do presente estudo compõe-se de **três capítulos**, voltados a traçar o quadro no interior do qual se caracteriza o problema em estudo e as perspectivas que serão utilizadas em sua análise e interpretação. O **primeiro** capítulo apresenta, no quadro geral da sociedade contemporânea, a importância da internacionalização da economia mundial e das mudanças ocorridas na agricultura e no sistema agro-alimentar mundial; tem-se em vista, nele, situar a penetração desse processo de internacionalização sob formas e ritmos diferentes, conforme o país ou a região. O **segundo** capítulo apresenta as significativas mudanças ocorridas na agricultura e sua relação com o restante da sociedade; o objetivo é ressaltar a relevância dos processos sociais emergentes advindos da aplicação e do crescente predomínio de um determinado modelo de desenvolvimento agrário. O **terceiro** e último capítulo apresenta uma discussão teórica acerca do agricultor familiar, entre uma abordagem centrada no processo de produção e uma abordagem centrada na unidade produtiva; o interesse é o de destacar primeiramente o conceito de “camponês” e, depois, detalhar o conceito de “agricultor familiar”, para em seguida poder-se proceder a uma caracterização das diferenças e das semelhanças que apresentam.

—

CAPÍTULO 1

INTERNACIONALIZAÇÃO E A AGRICULTURA NO MUNDO MODERNO

É no contexto da internacionalização da economia mundial que cabe hoje em dia analisar as mudanças ocorridas na agricultura e no sistema agro-alimentar mundial. A heterogeneidade entre os sistemas agrícolas alimentares nacionais no que diz respeito à disponibilidade dos recursos naturais, à localização em relação aos centros de consumo, aos sistemas de difusão e à geração da tecnologia pertinente e às estruturas agrárias faz com que a internacionalização econômica penetre de formas e em ritmos de tempo diferentes, conforme o país ou a região.

Juntamente com essas particularidades, os sistemas agrícolas alimentares caracterizaram-se por terem sempre um sistema nacional de referência —a população a qual alimentam— e pretendem em sua maioria a auto-suficiência de alimentos básicos. Além dessas características, estão também presentes aquelas outras que integram a própria produção agrícola, com suas limitações biológicas e de distribuição para sua comercialização, apresentando-se essas últimas cada vez mais como restrições.

Ora, quando falamos de sistema agro-alimentar fazemos referência ao conceito que cita Graziano da Silva:

O sistema agroalimentar passou aí a abarcar o mais amplo espectro das atividades de produção, distribuição e serviços relacionados com as necessidades de alimentos e matérias-primas de origem agropecuária (GRAZIANO DA SILVA 1997: 69).

Depois da Segunda Guerra Mundial vieram a predominar no mundo agrícola políticas de segurança no abastecimento alimentar, fundamentalmente nos países desenvolvidos, os quais passaram a procurar a autosuficiência de alimentos. Essa situação produziu uma vigorosa revolução técnico-científica na agricultura dos países desenvolvidos, que promoveram uma tecnologização da produção capaz de implicar a obtenção de aumentos de produtividade que mudaram substancialmente o mercado mundial. Observa-se claramente, por um lado, que o cenário atual no qual se processa a internacionalização da agricultura e dos sistemas agrícolas alimentares mundiais é o dos países desenvolvidos, que protegem seus mercados e engendram uma forte corrente exportadora para outros mercados com produtos subsidiados. E nota-se, por outro lado, que as conseqüências diferenciais do sistema agrícola alimentar mundial expressam com clareza e através de dualidades suas contradições, pois se caracteriza, em alguns países, por crises de superprodução, e em outros países —a maioria do Terceiro Mundo— por marcadas deficiências alimentares.

Ocorreu nos últimos anos o surgimento, no mercado mundial, de alimentos agrícolas de uma modalidade de produtos denominada de “alimentação natural”,¹ cuja produção se caracteriza por volumes pequenos porém muito importantes quanto ao valor, por precauções com respeito ao meio ambiente e por sua alta e fina qualidade. Sustentando o surgimento dessa faixa de mercado, existe um processo de modificação

¹ A expressão “alimentação natural” faz referência àqueles alimentos produzidos sem interferência do

importante nos padrões alimentares de um setor da população mundial. Pouco a pouco, passou-se de uma dieta rica em farinhas, carnes e gorduras para uma dieta mais rica em frutas e hortaliças. Essa mudança é produto de uma valorização social positiva que chega a uma imagem publicitária da “alimentação sadia”,² associada a uma estética do corpo que valoriza as formas esguias e uma importante dose de “naturalismo”, também associada a uma revalorização do meio ambiente e portanto do “natural”, atitude que leva a uma preferência pelo consumo de produtos frescos. Isso produziu uma mudança quantitativa e qualitativa nos mercados de frutas e hortaliças frescas.

Essas mudanças surgiram principalmente nos setores de rendas altas e médias dos países desenvolvidos; todavia, graças ao efeitos da mundialização e da globalização cultural e da comunicação, tendem a expandir-se e homogeneizar-se em curto tempo entre todos os setores de altas rendas do resto do mundo, aculturando ou mundializando —segundo a opinião que se sustente— a dieta desses setores sociais. A formação e expansão dessa camada não é apenas produto das revalorizações sociais de certos alimentos, mas advem, também, de um duplo processo de concentração de renda. O primeiro desses processos se dá a nível mundial: 15% da população dos países desenvolvidos faz 56% dos gastos mundiais com alimentos. O segundo processo se dá a nível nacional, em especial no Terceiro Mundo, onde, em decorrência do ajuste estrutural de suas economias, chegou-se a que aproximadamente 20% das residências concentrem mais de 50% da renda nacional. (RIELLA 1994)

processo industrial do trabalho.

² A expressão “alimentação sadia” faz referência a uma dieta equilibrada em fibras, carnes, frutas, verduras, gorduras.

Nesse sentido e articulando os elementos indicados, estima-se que 20% da população do MERCOSUL têm uma renda maior do que US\$ 10.000 e que têm padrões de consumo semelhantes aos dos setores de faixa de rendas semelhantes dos países desenvolvidos, como efeito da mundialização dos valores e símbolos de uma “vida sadia”. (RIELLA 1994)

Essa situação não tem passado despercebida para as transnacionais de alimentos, as quais, frente a um mercado de alimentos básicos em redução e uma saturação relativa em alguns produtos nas camadas de elite dos países desenvolvidos, começaram a investir de forma a poder atender à procura dessas camadas, porém no Terceiro Mundo. Por isso, o caminho para o qual essa mudança aponta não deixa de apresentar dificuldades para os agricultores latino-americanos. O maior problema desse grupo é obter acesso às redes de comercialização, as quais se transformaram no núcleo dessa nova cadeia produtiva. As empresas transnacionais que fornecem esses produtos aos países desenvolvidos possibilitaram o surgimento das transnacionais de quarta geração (LLAMBI 1993), que são empresas que controlam o acesso aos mercados e transferem todos os riscos ao produtor e, diante de qualquer problema que surja no mercado, se afastam, deixando os produtores sem possibilidades de comercialização, já que seus produtos se encontram altamente direcionados para uma procura muito específica.

Em tal contexto, a integração regional é considerada, por um país pequeno como o Uruguai, como o mecanismo pertinente e apropriado pelo qual os países com uma dimensão econômica pequena e um poder econômico insuficiente para serem interlocutores de peso diante dos blocos econômicos venham a ter a possibilidade

participar, com alguma oportunidade de sucesso, na crescente concorrência dos mercados internacionais da atualidade.

Além disso, essa situação possibilitaria aos países pequenos terem um leque de alternativas para captar investimentos de empresas que pretendam operar nos mercados maiores e ampliados tomando como plataforma de atuação esses países menores.

A integração regional pode ser uma nova base de operação para os sistemas agrícolas alimentares se vier a se transformar num instrumento efetivo para proteger os produtores do comércio desleal, impossibilitando a entrada na região de produtos protegidos ou subsidiados e articulando as redes de comercialização nacionais para conseguir abastecer os setores de altas rendas da região de forma integrada.

Num tal processo de reestruturação do sistema econômico-cultural mundial, o sistema agrícola nacional não foge dessas tendências e seus agentes nelas também se integram. Em consequência, em seu âmbito de atividade, as implicações desse novo modelo de crescimento econômico e de acumulação capitalista fazem com que a função social dos produtores familiares também mude, especialmente quando no Uruguai, no processo de substituição de importações, os agricultores familiares forneciam alimentos baratos à classe operária que apareceu como produto desse modelo. Nas últimas décadas, os agricultores familiares começam a mudar seu próprio perfil. Muitos deles permaneceram marginais em relação ao novo padrão mas outro importante grupo se incorporou ao novo contexto tecnológico, econômico e social, gerando, com isso, uma diferente cultura produtiva e se apresentando como um participante ativo e permanente do cenário agrícola. Apesar de haver perspectivas teóricas que consideram que num sistema capitalista de produção agrícola esses produtores não deveriam ter um papel a

cumprir, o agricultor familiar é aí encontrado e revela uma grande capacidade de adaptação às mudanças tecnológicas e contribui com “a taxa de trabalho socialmente necessária” para a reprodução do capital numa sociedade como essa.

Face a esse quadro, nosso problema de estudo é alcançar um entendimento da situação do produtor familiar inserido no processo de modernização, conhecer as características desse processo e esclarecer como causa um impacto sobre o produtor e, por outro lado, como esse produtor, por sua vez, provoca um impacto sobre esse processo. Nesse sentido, tentamos conduzir a análise dentro do marco conceitual de uma *sociologia dos processos agrários*, a qual procura representar o sistema de relações presente no espaço agrário enquanto um campo de forças e de conflitos sociais (cf. TAVARES DOS SANTOS 1994). Tavares dos Santos, bem a propósito, afirma:

As estruturas objetivas de tal campo definem-se pela relação diferencial de apropriação da terra (*e da tecnologia*)³, a qual pode ser cristalizada no capital fundiário (*e social*)⁴ (pois sabemos que o capital subordina a propriedade fundiária, cria a propriedade privada capitalista e transforma a terra em equivalente de mercadoria).(TAVARES DOS SANTOS 1994: 135)

*

O trabalho aqui apresentado constitui um estudo dos agricultores familiares da região do Departamento de Salto, situada a 500 quilômetros ao norte de Montevidéu, a capital do Uruguai, e que faz fronteira com a Argentina a oeste (pelo rio Uruguai) e com o Brasil a 120 quilômetros ao norte. Temos em vista identificar esses produtores

³ O sublinhado é do autor.

⁴ Idem.

familiares no contexto da economia do país e especificar como, quando e quais características sócio-econômico-culturais desses produtores surgiram, se mantiveram e se fixaram, no momento em que se observa sua incorporação de um novo pacote tecnológico para a produção hortícola, o da estufa; nosso objetivo é chegar a compreender as mudanças estruturais e culturais com eles ocorridas e incluir sua situação no debate do campo teórico da sociologia dos processos agrários.

-/-

CAPÍTULO 2

O CONTEXTO ECONÔMICO DA MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA

Ao longo deste século, e em especial depois da Segunda Guerra Mundial, notam-se significativas mudanças na agricultura e em sua relação com o restante da sociedade. Tenderam a crescer os requisitos de insumos e bens de capital produzidos fora do setor agrícola, entre os dos setores das indústrias mecânico-metalúrgica e química; tende a crescer o papel dos serviços de comercialização, financiamento, pesquisa científica e/ou tecnológica e da transferência tecnológica; aumenta a importância da indústria como agente de demanda de alimentos e de matérias primas agropecuárias; é também cada vez maior o grau de transformação dos produtos naturais antes de chegar ao consumidor final. As agriculturas nacionais tenderam a tornar-se intensamente regulamentadas pelos estados nacionais através de suas políticas econômicas, as quais tem estado cada vez mais integradas em consequência de três processos: o primeiro conduz a uma maior relação entre as agriculturas nacionais; o segundo tende à mundialização da tecnologia agropecuária e industrial, com marcadas diferenças entre os países; e o terceiro faz com que os agentes privados situados em empresas-chaves nas cadeias agro-alimentares e nos serviços de financiamento venham a ter um papel cada vez maior nos resultados alcançados na própria agricultura.

Esses processos, caracterizados como peculiares à modernização agrária, fazem referência aos processos sociais emergentes a partir da aplicação de um modelo de desenvolvimento agrário que se expandiu na América Latina, vinculado inicialmente à revolução verde da década de 1960 —ou seja, à introdução de pacotes tecnológicos vindos do centro desenvolvido através das empresas transnacionais de alimentos— e continuando com o desenvolvimento dos complexos agro-industriais da década de 1970, que na atualidade continuam operando com intensidade nos países latino-americanos.

Nos inícios da década de 1980 e com particular ênfase nos seus anos finais (com a queda do socialismo real no Leste Europeu), se manifestou a crescente integração das economias nacionais à economia mundial. Com o avanço nos sistemas de transporte e de comunicação e a crescente transnacionalização das empresas e do capital financeiro, surgiu a tendência da criação de um mercado único a nível mundial, ao qual todos os agentes produtivos do mundo agrícola devem confluir.

Essa situação começou a ser gestada progressivamente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, através de mudanças quantitativas graduais, alcançando seu amadurecimento nos finais da década de 1980 com a crescente importância das empresas transnacionais, a mobilização em massa de capital produtivo a nível mundial, a expansão dos bancos transnacionais e a intensificação dos fluxos de capital financeiro.

Esses processos geraram mudanças qualitativas na expansão das redes comerciais mundiais, encaminhando a uma reestruturação da produção em escala mundial e a uma transformação das formas de divisão internacional do trabalho, as quais começam a emergir com definida clareza na atualidade (SANTOS 1992). Com isso, as decisões quanto a *o que*, *como* e *quando* investir e produzir passaram a ser tomadas cada

vez mais em função do mercado mundial. Nesse processo de internacionalização da economia, as empresas transnacionais são aquelas que revelaram possuir uma visão estratégica do mercado e é de acordo com os seus interesses que tem vindo a se organizar a produção e o comércio, subordinando-se as ações de outros agentes à sua lógica. Nesse sentido, suas ações tem determinado de maneira crescente as decisões individuais que são tomadas em todas as regiões do mundo, em cada economia nacional, embora se trate de grupos que aparentemente são marginais ao mercado, não vinculados a ele ou subalternos em relação ao mercado das respectivas economias nacionais (BARKIN 1981).

Em poucas palavras, o que se coloca é o conceito de globalização, geralmente entendido em seu aspecto econômico, significando a eliminação de barreiras ao comércio internacional. Nesse sentido, estamos de acordo com Brumer quando diz que se trata da forma que assumiu o desenvolvimento capitalista nos países centrais a partir do final dos anos 70, intensificando-se na periferia (em nosso caso, a América Latina) a partir da segunda metade dos anos 80, com base num modelo econômico neo-liberal e de ajuste estrutural na esfera do Estado (BRUMER 1996: 1).⁵ Então, a partir dos inícios dos anos 90, a globalização econômica trouxe como consequência a integração dos mercados, provocando, entre outros aspectos, o (re)arranjo entre as esferas de produção, as finanças e o controle sócio-econômico e trazendo ainda modificações substanciais nos padrões de produção e de consumo. De um modo geral, esse modelo pode favorecer o crescimento econômico, mas diferentemente do modelo do *Welfare State*, predominante em alguns países europeus no período anterior, não tem como meta o

⁵ Brumer, Anita - *Qual a 'vocação' produtiva da agricultura familiar*. Trabalho apresentado no XX

desenvolvimento social ou a melhoria na distribuição de seus benefícios: o Estado começa a retrair-se, sendo o comportamento e as diretrizes do mercado os indicadores de como irão se distribuir as riquezas produzidas na sociedade, ficando para o Estado o papel de focalizar suas estratégias políticas com relação à questão social.

Ora, na agricultura —onde a produção depende, entre outros fatores, de condições físicas tais como solos, chuvas e temperaturas—, acrescenta Brumer, as tentativas de melhoria das condições de competitividade com vistas à internacionalização dos mercados têm gerado novos padrões de divisão do trabalho, sendo um de seus efeitos a diminuição do número relativo de trabalhadores efetivamente ocupados em atividades agropecuárias (BRUMER 1996).⁶

O processo de internacionalização tende a se apresentar com maior vigor na América Latina devido aos resultados e impactos do endividamento externo e dos processos de ajuste estrutural que se realizam no continente. Esses processos aceleraram a integração e a abertura da economia latino-americana ao novo processo econômico mundial. A forma de integração que se observa numa parte deste novo processo econômico do capitalismo não deixa de lado os problemas característicos das economias latino-americanas de décadas anteriores para sua real inserção no sistema. Devido a isso, não deixa de ser assimétrica sua forma de inserção no sistema e de uma crescente dependência o seu funcionamento econômico nacional face ao sistema global (SANTOS 1992.b), ao mesmo tempo em que a articulação entre as partes do sistema se gera nos

Congresso da ANPOCS - Caxambú (Minas Gerais), 1996.

⁶ No Brasil, embora a população ocupada na agricultura tenha aumentado em números absolutos, entre 1950 a 1980, passando, respectivamente, de 10 milhões para 21 milhões de pessoas, sua participação diminuiu em termos relativos no conjunto da economia: neste mesmo período, a população ocupada na agricultura passou de 57,8% para 25,8% da população economicamente ativa (Silva, 1990: 21).

termos e espaços determinados pelas necessidades das empresas transnacionais dos países mais desenvolvidos. De um ponto de vista mais geral, pode-se considerar os processos assinalados como sendo processos de penetração e instalação do capitalismo contemporâneo na agricultura em suas diferentes fases; implicam, por sua vez, numa base material que está relacionada ao aumento na produtividade do trabalho e da terra, a investimentos ao longo do processo produtivo e à utilização de conhecimentos científicos para desenvolver tecnologias que permitam incrementar a produtividade e o lucro. Nesse sentido, Janvry assinala que:

"...a tecnologia é um produto *social* e seus efeitos sobre o crescimento do produto e as rendas estão determinados não somente pela sua própria natureza, mas também, principalmente, pelas relações sociais do contexto" (JANVRY 1980)

Nos últimos vinte anos, no setor agropecuário uruguaio, se geraram variedades produtivas que começam a crescer, procurando condições para concorrer no mercado internacional sob a influência do modelo econômico que nos inícios da década de 1970 colocou forte ênfase nas exportações não tradicionais. Esse processo de caráter especificamente econômico de capitalização da agricultura está associado a mudanças na cultura produtiva dos produtores. Tais mudanças incluem novos aspectos, tais como uma revalorização dos mercados mundiais, da mudança técnica e da inovação tecnológica, a capacidade de um espírito de iniciativa, da disposição para correr riscos, da ênfase na informação e na gestão dos recursos da empresa, tanto em seu interior como em seu âmbito de atuação. Como diz Newby:

As explorações dependem agora em maior medida dos *insumos* fornecidos desde fora do setor e os agricultores, antigamente empresários independentes, encontram-se sujeitos a uma erosão progressiva de sua independência. A agricultura encontra-se

envolvida em maior medida num complexo produtor de alimentos, encontrando-se seus limites além da agricultura em si, num complexo de indústrias agroquímicas, de engenharia, de transformação, de vendas e de distribuição, no qual participam tanto no fornecimento dos *insumos* agrários com na comercialização do produtos agrários (NEWBY e SEVILLA GÚZMAN 1983: 80).

Müller faz referência à modernização agrária, e também social, como um processo que vem destruindo a “velha” agricultura, num sentido amplo, como construção técnico-econômico-financeira e gerencial-cultural, emergindo desse processo um novo tipo de agricultura com as características antes citadas; e aqueles agricultores que não logram transformar-se, convertem-se em agentes de uma agricultura marginal à predominante (MÜLLER 1990: 25). Assim, neste mundo do capital, as leis dinâmicas da economia são aquelas da acumulação; como diz Vessuri:

“o poder da acumulação do capital se baseia fundamentalmente em ser dono das técnicas mais produtivas e na capacidade da exclusão dos outros em relação à sua utilização” (VESSURI 1981: 121).

Um setor dos agricultores familiares, nos últimos anos, incorporou-se ao processo de capitalização agrária: parte deles desenvolveu características estruturais e culturais capitalistas —ao passo que, ao mesmo tempo, alguns outros conservaram ainda suas características de agricultores familiares mais tradicionais. As transformações mencionadas no processo produtivo levaram a mudanças substanciais dos agentes sociais que as operaram, quer sejam seus papéis o de trabalhadores, produtores, empresários, técnicos ou outros. As mudanças na organização da produção agropecuária, na industrial e na comercialização repercutiram em definitivo na forma de

estruturação e na dinâmica dos setores sociais envolvidos no mundo agropecuário. A realidade agropecuária do Uruguai não escapou à tendência mundial, que se caracteriza por um quadro de aparente estagnação produtiva, o qual oculta duas realidades diferenciadas:

"(...) a estagnação da produção hegemônica, a pecuária, e o crescimento bastante dinâmico de uma série de rúbricas agro-industriais vinculadas a mercados externos" (PIÑEIRO 1992: 30).

A modernização operada no Uruguai, constituída pela integração agro-industrial e pela formação de complexos agroindustriais, é um reflexo do que ocorreu nos países mais desenvolvidos na matéria. A agroindústria foi em grande parte a portadora das mudanças na agricultura, indicando *quando, como, quanto e onde* produzir e orientando as características técnicas e econômicas dos setores envolvidos. Essas mudanças geraram um processo de transformação de um sistema dominante de produzir e distribuir para um sistema que implica uma nova estruturação social, o que leva a transformações nas classes sociais agrárias e em seus padrões de conduta.

Devido às características no uso dos recursos básicos, é possível ter-se na agricultura diversas combinações de fatores de produção e diferentes formas de organização social. Essas combinações de fatores, associadas a formas específicas de organização social, levam à formação de complexos culturais ligados à produção agrícola. As aludidas mudanças que se processaram na forma de produzir e na forma de adaptar-se à industrialização agrícola indicariam a emergência de uma nova forma de organização técnica, econômica, financeira, gerencial e cultural na produção agrícola.

Essa nova organização e adaptação produtiva por parte dos agentes sociais da agricultura redimensiona seus problemas pois não os elimina, mas antes os coloca em outra dimensão pelo que se torna necessário redefiní-los. Entre esses agentes sociais envolvidos encontra-se o produtor familiar, o que leva a refletir sobre sua identidade conceitual no momento em que passa a fazer parte desse processo de modernização agrária.

-/-

CAPÍTULO 3

O DEBATE TEÓRICO ACERCA DO AGRICULTOR FAMILIAR

3.1 - ENTRE A ABORDAGEM CENTRADA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E A ABORDAGEM CENTRADA NA UNIDADE PRODUTIVA

Em seguida, apresentamos neste capítulo o esquema teórico a partir do qual abordaremos o problema do objeto de estudo que estamos interessados em tratar. Habitualmente o termo “produtor familiar” caracteriza com mais vigor uma exploração agrícola individual, de preferência tradicional, e que por isso tende a ser naturalmente confundida com uma exploração de tipo camponesa. É nosso interesse destacar primeiramente o conceito de “campones” e depois detalhar o conceito de “agricultor familiar”, para assim podermos colocar, depois, as diferenças e as semelhanças entre eles.

Pode parecer surpreendente que se encontre, na literatura de sociologia rural, um fato como o seguinte: no que diz o respeito à agricultura francesa, Henri Mendras veio a prever para 1967 o fim dos camponeses franceses (MENDRAS 1967: 321). Dezoito anos depois, demonstrou que tinha razão e declarou que o que aconteceu foi o desaparecimento da exploração familiar (MENDRAS 1985: 27). Em verdade, a exploração camponesa hoje em dia praticamente desapareceu do território francês, mas

com muita certeza não desapareceu a exploração agrícola familiar. Ocorre que não se pode confundir as duas coisas: “exploração camponesa” é um conceito analítico que define um modelo de funcionamento específico de exploração agrícola, descrito e analisado por A. Tchayanov (TCHAYANOV 1972: 19) e continuado posteriormente por H. Mendras, J. Tepicht (TEPICHT 1976: 236) e por outros autores. Segundo Tchayanov, o modelo camponês se define a partir das seguintes características:

- (i) existe uma interrelação entre a organização da produção e as necessidades de consumo;
- (ii) o trabalho é familiar e não pode ser feito com sentido de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável;
- (iii) o objetivo da produção é produzir valores de uso e não valores de troca.

Para Henry Mendras, o conceito de “sociedade camponesa” é um conceito típico-ideal; como tipo ideal, “sociedade camponesa” se define por cinco características:

- a) autonomia relativa em relação à sociedade como um todo;
- b) importância estrutural do grupo doméstico;
- c) é um sistema econômico de autarquia relativa;
- d) é uma sociedade de interrelacionamentos; e
- e) há uma função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma união entre a sociedade local e a sociedade em geral (MENDRAS 1967: 319).

Admite-se que a exploração agrícola é o próprio fundamento dessa sociedade; essas características se adaptam pelas unidades de produção agrícola, as quais as aplicam à sua estrutura produtiva. Encontra-se em Mendras todas as características da exploração camponesa definida por Tchayanov e, especificamente, as que fazem

referência às relações entre a produção e a família. Além disso, encontra-se aqui uma dimensão mais sociológica, pois se valoriza as relações entre a exploração camponesa, a sociedade local e a sociedade como um todo universal. Avançando nessa linha de pensamento, a exploração camponesa é interpretada como uma exploração familiar; todavia, nem toda exploração familiar é necessariamente uma exploração camponesa.

Nessa perspectiva, que tem como ponto de partida a unidade produtiva, se parte de uma base de pontos em comum, ou seja, da família como a unidade de trabalho e consumo (Firth 1964; Shanin 1973; Wolf 1957; Thorner 1962; Kerblay 1971; Mendras 1967; Franklin 1969; Warriner 1964; Meillassoux 1973; Tepicht 1967; Galeski 1972; Archetti 1976 *in* LLAMBÍ 1988). A partir dessa base, Chayanov, em sua teoria, afirma que a economia camponesa consiste num sistema econômico específico, no qual a terra, o trabalho e os meios de produção se articulam em função do processo natural do desenvolvimento familiar. Numa economia capitalista, diz Chayanov, a força de trabalho pode ser definida objetivamente sob a forma de capital variável e a combinação com uma certa quantidade de capital constante vem a se determinar pela taxa de lucro existente. Pelo contrário, para o camponês, o produto do trabalho gerado pela família é a única categoria possível de ingresso econômico e, por não estar presente o fenômeno social do salário, a categoria capitalista do lucro também não está presente. A inquietação central de Chayanov consiste em dar resposta aos mecanismos internos que poderiam explicar a racionalidade dessa unidade especial de produção e consumo (Archetti 1976: 14).

Na relação entre trabalho e consumo num estabelecimento camponês tem-se, por um lado, o tamanho da família e os membros dela integrantes que trabalham (que são

trabalhadores-produtores) e, por outro lado, os membros que não trabalham (que são consumidores, tão somente). Para tornar possível o aumento da produção é necessário promover-se uma combinação entre o trabalho, a terra, os instrumentos de trabalho e o aumento do esforço para a produção; em poucas palavras, a realização de um aumento produtivo no estabelecimento depende do grau de auto-exploração da força de trabalho da família. O eixo da teoria de Chayanov tem como base o necessário equilíbrio entre o consumo da família e a autoexploração do trabalho; nesse sentido, demonstra que, diante do fato de preços decrescentes dos produtos agrícolas, os camponeses não diminuem sua produção: pelo contrário, tratam de manter o nível de consumo por meio da intensificação da produção. Por sua vez, o comportamento de uma empresa capitalista numa situação de crise é o oposto: quando caem os preços no mercado, ela diminui sua produção. Ao expor sua concepção Chayanov afirma:

Consideramos nossa exploração camponesa como uma atividade que produz mercadorias e que, conseqüentemente, se integra a um certo sistema da economia que coexiste com ela, através do crédito e da circulação de mercadorias, mas a consideramos situada em polos opostos tanto à produção familiar como à produção capitalista. O que consideramos são os níveis de organização e da produção —a produção que utiliza a sua própria força de trabalho, em contraste com a produção baseada na força de trabalho assalariada. Nesse sentido, são duas maquinarias econômicas completamente diferentes, pois reagem, portanto, de forma diferente frente a fatores econômicos idênticos (Chayanov 1966: 224-225)

Observa-se que uma das conseqüências dessa análise é que, na interação entre as funções produtivas e as reprodutivas, ao se estabelecer o processo natural de desenvolvimento do ciclo familiar como a variável vertebral, as relações de reprodução também fazem parte das relações de produção. Dessa forma, se compreende a

importância, na teoria de Chayanov, da diferenciação demográfica: o ciclo evolutivo afetaria as formas pelas quais cada unidade de produção se relaciona com o mercado, o tamanho da unidade e a necessidade de trabalhadores adicionais em situações especiais.

É o que diz Archetti:

Sin embargo, la viabilidad de cualquier grupo doméstico no puede ser estudiada independientemente de los límites impuestos por un cierto nivel de desarrollo tecnológico y de restricciones ecológicas. No existe una viabilidad *natural* sino una viabilidad *social* que depende de la interacción entre la vida interna de cada célula de producción y el sistema externo. El problema de la reproducción social puede ser analizado, pues, solamente a través de este proceso (Archetti 1976: 15).

Por outro lado, nos encontramos diante de uma análise teórica do fenômeno do camponês a partir de uma visão de processo; ou seja, o problema central se concentra na determinação das interrelações existentes entre, por uma parte, as relações ou formas de produção que não se encontram baseadas numa completa dissociação entre a propriedade (ou o controle) dos meios de produção e o trabalho e, por outra, os sistemas sócio-econômicos nos quais vigoram as leis do modo de produção e circulação capitalista (LLAMBÍ 1988)

A característica principal do campesinato como grupo social postulada em comum pela maioria dos teóricos adeptos dessa visão é sua natureza uniclassista, a ausência de exploração generalizada de alguns camponeses por outros (Gutelman 1974: 54, Díaz-Polanco 1977: 83-94; Amín 1975: 37-39 in LLAMBÍ 1988).

Começaremos com o pressuposto de que a característica mencionada por último é sua característica principal, ou seja, a essência ou base do fenômeno; portanto, propor que o campesinato se reproduz indefinidamente equivale a dizer que existe certo tipo de

mecanismo que reproduz essa característica principal. Os teóricos dessa visão propõem que existem dois tipos de mecanismos que permitem essa reprodução. Em primeiro lugar, existem mecanismos internos ao modo de produção, que seriam as relações sociais de produção que definem o próprio modo de produção, ou as relações superestruturais, quer sejam legais ou ideológicas. Em segundo lugar, propõem que a forma de articulação entre esse modo de produção e o modo de produção capitalista implica a permanência de ambos. Alguns teóricos utilizam um desses argumentos, outros utilizam vários deles juntos; outros os utilizam sem explicitar que se trata desses argumentos, precisamente.

No que diz respeito aos mecanismos internos, num primeiro ponto é preciso ter em conta a situação na qual os meios de produção não se convertem à forma de mercadorias. Alguns teóricos (como por exemplo Díaz-Polanco 1977: 6) propõem que as relações de produção no modo camponês não são de caráter mercantil. Propõem um modo de produção no qual os valores de uso não se transformam em mercadorias; nessa situação, os meios de produção também não podem ser mercadorias dotadas das características da lei do valor. Então, as relações de produção passam a ser as de parentesco e a forma de se ter acesso aos meios de produção é através dos grupos familiares. Nesse caso, a acumulação pessoal diferencial de meios de produção fica definitivamente impossibilitada: só se pode “ter” os meios que se podem utilizar; de Janvry e Crouch colocam os problemas desta visão, com a qual concordamos, dizendo que:

En primer lugar, si se postula que las relaciones de producción del modo campesino son tan similares a las del comunismo primitivo y las sociedades de clase embrionarias, entonces no es obvio que sea metodológicamente justificable clasificar

al campesinado como un modo de producción sui generis, ya que si aceptamos con Marx (1973), que la identidad esencial de un modo de producción hay que buscarla en las relaciones de producción, deberíamos aceptar que dos modos caracterizados por esencialmente las mismas relaciones son el mismo modo. Pero, hay en segundo lugar, una objeción más fundamental: es que no hay razón ni teórica ni empírica, que impida que los modos de producción con esas características sean eventualmente destruidos por el capitalista al entrar en contacto con éste (de JANVRY e CROUCH, s.d.).

Nesse último caso, a teoria acerca do imperialismo (Lenin 1916 e Luxemburgo 1968) demonstra teoricamente o que se colocou: o objetivo, de uma forma ou outra, é controlar os recursos naturais e a força de trabalho das sociedades primitivas.

Cabe esclarecer que mecanismos superestruturais de nivelção dizem respeito a rituais e cerimônias que nivelavam a riqueza (de JANVRY e CROUCH, s.d.). Primeiro, esse tipo de prática não se encontra muito difundido pela América Latina na atualidade e, por outro, esse tipo de mecanismo pertence ao modo primitivo, pelo que seria um erro metodológico propô-lo como um mecanismo integrante do modo camponês. Além disso, é possível que esse tipo de mecanismo de fato seja uma reação ao processo de diferenciação iniciado pela “penetração” capitalista na esfera da produção.

Por outro lado, se coloca a questão dos mecanismos de articulação. O primeiro deles diz respeito aos métodos de extração dos excedentes, os quais possibilitariam ao campesinato permanecer como grupo independente no capitalismo; são representados pelo o intercâmbio desigual. Qualquer outra forma (semiescravidão, enfeudamento, trabalho assalariado) termina com a independência do camponês e o transformaria numa classe social. Todavía, o intercâmbio desigual é um mecanismo incapaz de “sugar” todo

o excedente de cada camponês. Sob a lei do valor à qual o camponês fica submetido no momento de entrar em contato com o capital através do intercâmbio comercial, o produtor ineficiente entregará mais-valia de forma tal que não poderá repor o custo de sua reprodução e tenderá à situação de semiassaliariado.

O segundo método diz respeito às imposições superestruturais ao campesinato. Na forma de articulação entre o capitalismo e o campesinato, é possível pensar que o primeiro impõe certas regras do jogo com o objetivo de impossibilitar a diferenciação interna e a perda de recursos e, portanto, a destruição dos camponeses. Pode-se apontar duas razões para isso. A primeira razão seria de ordem econômica: sob certas circunstâncias (como na acumulação periférica) é possível que o capital possa aumentar a taxa de acumulação se puder pagar somente *parte* dos custos de reprodução da força de trabalho e se a outra parte fosse paga pelos camponeses. A outra razão é de ordem política: a penetração capitalista na agricultura, ao incentivar a diferenciação do campesinato, acaba com as relações e situações de parceria e concentra as terras, e assim gera o proletariado. Mas, de acordo com o progresso técnico atingido na agricultura e as políticas que incentivam a mecanização, se origina um exército de reserva que vai além do necessário. Por isso, o estado se vê defrontado com problemas de legitimidade e tem necessidade de tomar medidas contra levantes populares, especialmente de camponeses; isso lhe permite um maior espaço de negociação nas áreas de maior interesse e exemplo disso é o caso dos *ejidos* no México (Stanvenhagen 1969 e Bartra 1979).

Então, a visão materialista histórica nos coloca que, no momento em que o processo capitalista se inicia na agricultura, não é possível impedir a diferenciação social no interior do campesinato e a destruição dos camponeses e sua adaptação à nova

forma de produção como proletários ou quase-proletários; ou seja, alguns dos mecanismos mencionados podem impedir um dos processos, mas não o outro. A propósito, Janvry e Crouch afirmam:

Las fuerzas diferenciadoras y polarizantes del capital son tales que penetran hasta resguardos santificados por el mismo estado capitalista y hacen explotar a la sociedad campesina (de JANVRY e CROUCH, s.d.).

Portanto, cremos ser necessário deixar de lado o esquema conceitual proposto do camponês, tomando dele, todavia, elementos característicos gerais e mais essenciais: a identificação *strictu sensu* do objeto de estudo do camponês como um cultivador da terra que obtem seus meios de vida (*in natura* ou através do intercâmbio) da terra que possui e trabalha por sua própria conta (só ou associado em comunidade cooperativa) (cf. CALVA 1988).

Pode-se observar isso em diferentes trabalhos empíricos trazidos pela pesquisa etnográfica, arqueológica, histórica, econômica e sociológica, os quais permitem isolar os atributos econômicos invariantes e essenciais apresentados pelos camponeses, e que permitem dizer que o camponês: a) é posseiro de uma parcela de terra; b) explora a atividade agrícola diretamente por sua conta, sózinho ou associado, e com seu próprio trabalho manual, sendo esta sua ocupação exclusiva ou majoritária;⁷ c) apropria-se totalmente ou em parte, individual ou associadamente, dos produtos que obtem de seu trabalho na terra, o substancial e invariante da condição do camponês é a apropriação

⁷ Calva sobre isso afirma: “...el campesino puede o no ser ayudado por su familia y por otros trabajadores, trabajar individualmente, en sociedad cooperativa, en comuna primitiva o en gran familia: lo esencial es el cultivo por cuenta propia y el trabajo agropecuario directamente productivo como ocupación regular y primordial o exclusiva, que es la *diferentia specifica* del campesino” (CALVA 1988: 50).

direta de forma individual, cooperativa ou como grande família, do todo ou de parte dos frutos do trabalho, característica que o diferencia do escravo e do operário assalariado; d) obtém seus meios de vida (*in natura* ou através do intercâmbio) a partir dos produtos que obtém de sua unidade produtiva.

Esses elementos definidores representam características invariantes e comuns aos camponeses e que os diferenciam. Assim, uma definição de camponês poderia ser a de que: *o camponês é o proprietário de uma parcela de terra, que trabalha por sua conta com seu trabalho manual como ocupação exclusiva ou principal, tomando de forma total ou parcial os resultados econômicos produzidos e assim satisfazendo em todo ou em parte, através do intercâmbio, as necessidades do grupo familiar.* A esse respeito, Calva ainda acrescenta:

“Se sobreentiende que los campesinos *strictu sensu* en su forma más pura o perfecta son los que viven exclusivamente de los productos de su granja y trabajan exclusivamente en ella y en ocupaciones para autoconsumo del hogar. A medida que el campesino obtiene ingresos adicionales de otras ocupaciones (venta de la propia fuerza de trabajo, pequeño comercio, etc) va dejando, en igual proporción, de ser campesino; puede ser a medias comerciante y a medias campesino, en parte jornalero (10, 20, 30%) y en parte aún preponderantemente campesino (90, 70%), a medias asalariado y a medias campesino (semiproletario), etc. La forma pura o clásica del campesino que vive exclusivamente de su actividad como productor agrícola independiente, el campesino *strictu sensu*, es el que debe tomarse como punto de partida para la comprensión de las formas híbridas, impuras o en transición”. (CALVA 1988: 51).

No que diz respeito ao contexto em relação ao agricultor familiar que os enfoques teóricos mencionam, gostaria de citar o que diz Llambí:

“Para los seguidores más directos de la terminología y el enfoque de Chayanov, el problema teórico fundamental consiste en una clara delimitación entre dos formas de organización de la producción agrícola relativamente estables: la unidad de producción *campesina* y la finca familiar *moderna*. Para los que, de una u otra forma se inspiran en el instrumental teórico y las tesis de Marx, el problema crucial consiste en la determinación de las interrelaciones existentes entre, por una parte, las relaciones o formas de producción que no están basadas en una completa disociación entre la propiedad (o el control) de los medios de producción y el trabajo; y, por la otra, los sistemas socioeconómicos en los que rigen las leyes del modo de producción capitalista” (LLAMBÍ 1988: 27).

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que a agricultura familiar não é uma estrutura fora do capitalismo, se inscrevendo, antes, na heterogeneidade das formas sociais capitalistas. O caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: é uma forma social específica de produção. O fato de uma estrutura produtiva associar família, produção e trabalho tem consequências fundamentais para a forma como opera econômica, social e culturalmente (WANDERLEY 1996). No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Como afirma Hugues Lamarche: “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE 1993: 14).

Desejamos expor agora as principais idéias acerca do agricultor familiar, para desta forma “mapear” as propostas teóricas em relação ao objeto de estudo que será por nós apresentado. O trabalho de Archetti e Stölen (1975) acerca dos colonos do algodão

na Província de Santa Fé, na Argentina, consititui uma tentativa de construir, com base na tipologia da *family farm* norte-americana, uma formulação teórica, que diz respeito a

(...) un productor que combina el trabajo doméstico y el asalariado y que acumula capital, lo que (le) permite en un plazo significativo, ampliar el proceso productivo, aumentando la productividad del trabajo (ARCHETTI e STÖLEN 1975: 149).

Ora, esta visão afasta-se da visão de Chayanov da unidade camponesa, a qual encontra-se impossibilitada estruturalmente de gerar excedentes e, ao mesmo tempo, da empresa capitalista baseada no trabalho assalariado e para a qual o objetivo é maximizar o lucro. Porém, apesar de sua capacidade de gerar excedentes e acumular capital, o tipo de unidade *farmer* não seria uma estrutura instável de produção ou uma etapa na evolução do modo de produção capitalista. Pelo contrário, se a conduta econômica de seu agente central (o chamado *farmer*) é suscetível de teorização é porque nem toda a sociedade está submetida a mecanismos que a fazem passar de uma forma de produção para outra e, nesse processo de mudança, se geram certos padrões que tendem a conservar as relações sociais fundamentais, de onde se originaria a relativa estabilidade das unidades de produção empíricas como função de uma certa lógica interna específica a este tipo de produção. Como dizem Archetti e Stölen:

“La regla básica es la apropiación de recursos productivos en función de la fuerza de trabajo doméstica” (ARCHETTI e STÖLEN 1975: 222).

Nessa visão, nitidamente, a diferença que se coloca entre o camponês e o chamado *farmer* (agricultor familiar) se encontraria na acumulação do capital, que o primeiro ocasionalmente poderia promover, enquanto que o segundo o faria de forma sistemática. Gostaríamos de colocar o que diz Llambí a propósito, já que sintetiza a posição teórica de Archetti e Stölen em relação ao agricultor familiar:

(...) la tipología de unidades productivas *farmer-campesino-empresario capitalista*, al haber sido formulada inductivamente y sin referencias a estructuras económicas más amplias, no podía dar cuenta satisfactoriamente de las condiciones de reproducción y transformación inherentes a cada uno de los tipos particulares de unidades en diferentes contextos socioeconómicos. En ausencia de un sistema hipotético-deductivo referido específicamente a estos fenómenos, el pensamiento social se dirigió nuevamente a Marx” (LLAMBÍ 1988: 30).

Abordaremos agora a visão da escola marxista acerca do agricultor familiar. Quando falamos das concepções existentes neste mapeamento, a intenção é primeiro indicar e depois, na Parte das conclusões, aprofundar as posições teóricas a respeito do tema. Para os primeiros teóricos marxistas da questão agrária no capitalismo, a principal hipótese que apoiavam era a de que a pequena agricultura é incapaz de enfrentar a concorrência da grande agricultura capitalista; esta hipótese passou a ser o principal axioma da concepção evolucionista, de acordo com a qual se sustentava que o processo de acumulação capitalista ao nível macroeconômico determina a progressiva desassociação entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho em todos e em cada um dos processos produtivos ao nível microeconômico (v. LLAMBÍ 1988). A questão que se colocaram Kautsky e Lênin em 1899 e 1915, e a respeito da qual muitos marxistas contemporâneos se interrogam, era a de como explicar que se aceite o axioma evolucionista da adaptabilidade e sobrevivência durante longos períodos históricos dos pequenos estabelecimentos agrícolas face às exigências do processo de acumulação capitalista

Para os teóricos da escola dependentista ou do capitalismo dependente dos inícios da década de 1970 e para teóricos atuais do moderno sistema mundial ou global,

o problema, como acertadamente colocam Chevalier (1983) e Foster-Carter (1978), se soluciona se se admite que não existe um único sistema mundial, que é capitalista desde o princípio até o fim (FOSTER-CARTER 1978: 49). Todas as relações que compõem esse sistema são, por definição, capitalistas. Chevalier (1983: 154) acrescenta, a respeito disso:

“...toda relación de producción o intercambio que pudiera ser vista como contribuyendo a la acumulación de capital a escala mundial tiene que ser tratada, casi automáticamente, como una parte integral, o articulación interna, del propio capitalismo”. (LLAMBÍ 1988: 30)

Por outro lado, para a posição teórica marxista-estruturalista, o problema se reduz a identificar as relações de produção que constituem as formas e modos de produção pré-existentes e as que o capitalismo teria articulado externamente; ou seja, coloca-se, no enfoque histórico-evolucionista, a sobrevivência de modos de produção anteriores, ou como formas de transição, ou como formas intermediárias de curta duração, pelo que se dá a existencia de diversas modalidades de organização no processo produtivo, as quais se articulam ao modo dominante, neste caso o capitalismo.

Na atualidade, o debate se revigorou com outras contribuições que tentam explicar a readaptação, a emergência e a reprodução, talvez de maneira temporária, das formas de organização da produção baseadas em formas não exclusivamente assalariadas, nas quais aparece a utilização da mão-de-obra familiar de maneira exclusiva ou articulada com a assalariada, situações que se apresentam em diferentes contextos histórico-sociais do processo de acumulação capitalista. Nessa linha de pensamento, é comum a colocação dos conceitos pré-marxistas de “produção de

mercadorias simples” ou “pequena produção mercantil simples” ao se identificar o problema de estudo; isso, porém, não significa que sejam posições homogêneas, como se observará mais adiante.

*

3.2 - UM ESQUEMA TEÓRICO-CONCEITUAL DE CARACTERIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Apresentamos em seguida o esquema teórico-conceitual pelo qual será abordado teoricamente o nosso problema de estudo, que é o do agricultor familiar inserido no processo de modernização capitalista.

O conjunto de todas as formas de exploração familiar não pode ser abrangido por um único modelo de análise. Por exemplo, é claro que na França a maioria absoluta das explorações familiares tem uma origem no modelo camponês; essa situação significa que todo produtor francês teve uma origem camponêsa, da qual herdou os padrões sócio-culturais característicos do modelo camponês. Porém, este exemplo está longe de ser o majoritário no mundo inteiro, como nos ilustra outro exemplo: na África, na região de Zaghuan, na Tunísia, várias observações demonstram que a maioria das explorações familiares têm como origem um modelo baseado no tipo colonial, ou seja, um modo de exploração agrícola baseado na produção mercantil e na utilização de uma mão-de-obra externa à família. Ainda um outro exemplo a ser destacado: é o contrário o que acontece

no sul do Brasil (na região de Ijuí, no Rio Grande do Sul), como também em Quebec (no Canadá), onde se observaram efeitos de um tipo de colonização ocidental diferente.

Seria um erro pensar que são idênticos todos os produtores que têm como referência um modelo anterior, além de partilharem um mesmo sistema de valores e as mesmas ambições de futuro. Embora tenha havido a transmissão de um patrimônio sócio-cultural comum, o estado de conservação desse patrimônio pode mudar de uma sociedade para outra, da mesma forma que no interior de uma mesma sociedade e até de um produtor para outro. Nesse sentido, se reconhece o papel fundamental que tem no modo de funcionamento da exploração familiar um modelo anterior, ao qual todo produtor mais ou menos conscientemente faz referência; a esse modelo denominamos *modelo de origem*. Por outro lado, também se constata que todo produtor planeja para o futuro uma determinada imagem de sua unidade produtiva, organiza estratégias e toma decisões segundo uma forma de pensar ligada à forma produtiva em que opera, para a qual tende sempre essa imagem da situação esperada; a este modelo de referência relativo ao futuro denominamos de *modelo esperado*.

Podemos citar como exemplo os casos dos produtores familiares que têm em vista diferentes objetivos: há o caso daqueles que têm como objetivo não a reprodução enquanto tal da unidade produtiva em si, mas a reprodução familiar (modelo familiar) ou o dos que visam simplesmente a sobrevivência da família (modelo de subsistência), ou o dos produtores familiares que têm como objetivo a formação de uma produção agrícola organizada com base no trabalho assalariado para a obtenção de um lucro máximo (modelo de empresa familiar moderna). Vê-se, assim, que a categoria do produtor familiar assume situações extremamente variadas.

As explorações familiares agrícolas não se apresentam como um “grupo” social homogêneo, ou seja, como uma formação social que se ligue a uma classe social em termos marxistas. A exploração familiar não é, assim, um elemento da diversidade: ela mesma contém toda uma ampla diversidade. Num mesmo espaço e num mesmo modelo de funcionamento, as explorações se dividem em diferentes classes sociais, segundo suas condições objetivas de produção (área, nível de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc.). Toda exploração familiar se define como caso ao mesmo tempo de um modelo de funcionamento e de uma classe social no interior desse modelo. Sua capacidade de reprodução deve ser analisada nesses dois níveis. O enfoque tipológico —no sentido clássico do termo— constitui um elemento de análise importante da exploração familiar agrícola.

Nossa concepção da produção familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado, integração que entendemos como completa, ou seja, tanto no plano técnico-econômico como no plano sócio-cultural. É evidente que um determinado grau de integração ao mercado se correlaciona com uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação social. sobre isso diz Lamarche:

“Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro” (LAMARCHE, 1993: 19).

Suas oportunidades de atingir o modelo esperado de unidade produtiva, ou simplesmente de aproximar-se desse modelo, dependerão da complementaridade do

projeto do agricultor familiar juntamente com o que a sociedade vier a reservar para ele, como agricultor familiar. Dessa forma se pode explicar a dominação de alguns tipos de produtores familiares, a sua estagnação, a sua diminuição ou até a sua eliminação.

Apesar de determinadas tendências predominantes, as explorações familiares não se encontram sob a influência de um processo de evolução determinista da história, que inexoravelmente as leva a um mesmo destino. Não existe, em nossa perspectiva, um determinismo histórico para o propósito de nossa análise. A coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida sob o rótulo de uma única e exclusiva modalidade de produção específica, como o é a exploração camponesa ou a empresa agrícola.

Ademais, nesse contexto de análise, duas noções devem ser consideradas: as noções de bloqueio e de ruptura. A noção de *bloqueio* corresponde a uma situação que não permite ao chefe da unidade produtiva praticar estratégias que lhe permitam atingir o modelo esperado para a unidade produtiva. A noção de *ruptura* corresponde a uma situação de antagonismo profundo entre o modelo esperado e o modelo dominante, que vem a ser promovida pela sociedade de forma global.⁸

A produção familiar está presente um pouco em todas partes do mundo, apesar das numerosas adversidades econômicas e políticas, e esse fato se deve à sua capacidade de adaptação. As explorações familiares que sempre permaneceram em seus lugares souberam —ou puderam— adaptar-se às exigências impostas por situações novas e

⁸ Denominamos “modelo dominante” à forma de organizar, produzir e tomar decisões na unidade produtiva pela qual a maioria dos produtores atuam e organizam sua cosmovisão cultural-produtiva, num determinado momento histórico.

diversas, a instabilidades climáticas, à coletivização da terra ou à mudança sócio-cultural determinada pela economia de mercado; a este propósito Jean afirma:

“Encontramos aqui um outro paradoxo da agricultura familiar: ela foi capaz de integrar rapidamente as inovações na agricultura, seja a nível das técnicas ou dos instrumentos de produção. A exploração agrícola familiar confirmou-se como um modo de produzir fortemente competitivo, com certeza mais que uma agricultura tipicamente capitalista. Neste caso, imaginem que o empresário agrícola precisa realizar a taxa média de lucro, pagando salários a seus operários e, ao mesmo tempo, fazendo concorrência a alguém que renuncia ao lucro, que não contabiliza seu tempo de trabalho (e sabe-se que o agricultor modernizado trabalha em média 70 horas por semana, o que é praticamente o dobro do tempo de trabalho das demais profissões) e que se atribui a si mesmo um salário apenas suficiente para manter-se em atividade.” (JEAN 1994: 57)

Por último, cabe caracterizar o contexto no qual se inserem os agricultores familiares; este seria, tendo em vista a viabilização sócio-econômica da unidade de produção familiar e a criação de empregos no meio rural, aquele em que alguns produtores adotaram novas estratégias produtivas e/ou fizeram modificações nos sistemas de produção; o problema que tomamos como nosso objeto de estudo se insere no primeiro ponto dos colocados a seguir. O processo sócio-econômico-produtivo compreende quatro aspectos principais:

a) melhoria e eventual ampliação dos atuais sistemas de produção, de modo a se obter uma melhor inserção no mercado (através de mudanças tais como irrigação, estufas, higiene e apresentação dos produtos, métodos naturais ou biogenéticos de produção e controle ambiental —tal como a chamada “agricultura ecológica”—, entre outros aspectos);

- b)** adoção de uma nova atividade agropecuária que possa ser mais rentável;
- c)** criação de atividades industriais (tais como pequenas usinas de beneficiamento de produtos agropecuários, oficinas de confecção ou malharias de pequeno porte) e de serviços (entre os quais pode ser mencionado o turismo) no próprio meio rural;
- d)** implantação de formas associativas de produção. (cf. BRUNER 1996)

Mas, como a própria Bruner acrescenta:

“...1) Alguns produtores, principalmente dentre aqueles inseridos nos sistemas de produção que incorporaram inovações tecnológicas exigentes de grande quantidade de capital, tais como as culturas de arroz irrigado, soja e trigo, transformaram-se em 'agricultores profissionais' (cf. Abramovay, 1992: 127).

2) Muitos produtores passaram a produzir sob a forma de integração à agroindústria, como é o caso dos produtores de aves, suínos, fumo, uva, pêssego, tomates, leite e outros, numa forma de relação em que a indústria assume grande parte do poder de decisão sobre a produção agropecuária.

3) Alguns produtores e/ou membros de suas famílias começaram a trabalhar nos setores de serviços e de transformação semi-industrial ou industrial, fenômeno que também foi registrado em outros países e que foi chamado, por diferentes autores, de “agricultura em tempo parcial” (Fuller, 1983 e 1984; Elek, 1991; Schneider, 1995), atividade múltipla (*pluriactivity*) (Reis *et alii*, 1990), “*multiple job-holding agriculture*” (Damianos *et al.*, 1991), “proletarização parcial” (Seyffferth, 1974), “agricultores-operários” (Franklin, 1969) ou “colonos-operários” (Sacco dos Anjos, 1995). Essas diferentes denominações abrangem situações em que: **a)** o produtor soma suas atividades agropecuárias com atividades fora do estabelecimento; **b)** enquanto um ou mais trabalhadores assumem as atividades agropecuárias, outro(s) membro(s) da família têm uma atividade fora do estabelecimento, mas permanece(m) residindo na habitação familiar”. (BRUNER. A. 1996: 1)

Ora, já mencionamos que a agricultura familiar não produz fora do modo capitalista, pelo que nosso problema de estudo encontra-se inserido no capitalismo. Quer dizer, apesar de sua vinculação com o mercado e de sua preocupação com preços e lucro, o produtor familiar não é necessariamente um capitalista, pois é proprietário da terra na qual produz, não vive fundamentalmente do trabalho dos outros e ele e/ou os membros de sua família trabalham no próprio estabelecimento agropecuário. Consideramos que esses elementos descritivos da forma estrutural de produção são integrantes do conceito de agricultor familiar e que ajudam a sua definição.

Então, para caracterizar a produção familiar e contrastá-la com a empresa capitalista, consideramos pertinentes as seguintes particularidades, como apontadas por Bruner e por Friedmann:

“**a)** os indivíduos que investem e consomem são os mesmos, não ocorrendo uma divisão estrutural entre lucro e salários; **b)** a produção é organizada através de relações de parentesco, havendo uma correspondência entre propriedade e trabalho; **c)** a base da desigualdade entre os membros da família está na divisão de trabalho de acordo com gênero e idade; **d)** há uma tensão entre investimento e consumo, entre as necessidades da família e as da empresa, fazendo com que o trabalho familiar seja flexível, podendo chegar ao ponto da “auto-exploração” mencionada por Chayanov.” (FRIEDMANN 1986: 45-8; BRUNER 1996: 1)

A esses fatos cabe considerar, como diz Bruner, que:

"...uma das principais diferenças entre o produtor familiar e o empresário capitalista é que o primeiro precisa produzir, de certa forma, independentemente do mercado, pois ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto que o segundo pode decidir mais livremente onde e como investir seu capital. Ao mesmo tempo, enquanto que o empresário capitalista pode despedir empregados considerados “excedentes”, numa lógica de racionalização econômica, o produtor familiar não pode fazer o mesmo com seus trabalhadores, membros de sua família." (BRUNER 1994: 89-90)

Para finalizar este amplo esboço geral do esquema conceitual de nosso problema de estudo —o agricultor familiar—, acrescentamos aos elementos mencionados as duas seguintes considerações: as transformações do agricultor familiar no processo de modernização tecnológico-produtivo mencionado não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, mas antes fazem surgir um agricultor portador de uma tradição camponesa que lhe permite adaptar-se às novas exigências sociais da produção capitalista; e , por outro lado, a produção familiar uruguaia tem características particulares que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sócio-cultural, com que deve se adaptar às exigências, condicionamentos e potencialidades dos novos padrões de acumulação capitalista da sociedade moderna, neste caso da região norte do Uruguai, o departamento de Salto, América Latina” (WANDERLEY 1996).

PARTE B

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DO AGRICULTOR FAMILIAR NO URUGUAI

Esta segunda parte compõe-se de **três capítulos** e seu objetivo é caracterizar a situação atual da agricultura da região de Salto e o papel do agricultor familiar. O primeiro deles o **capítulo 4** visa a caracterizar as atividades agrícolas na região de Salto no contexto da economia uruguaia; o **capítulo 5** pretende expor as mudanças no uso da terra, as entradas e saídas de agricultores no setor de cultivo sob estufa e a mobilidade revelada por aqueles que permaneceram nesse setor entre 1990 e 1994, a partir de dados quantitativos colhidos em algumas fontes distintas. No **capítulo 6** buscamos fazer uma apreciação de informações qualitativas coletadas por meio de entrevistas levadas a efeito na região, junto a certo número de produtores agrícolas familiares e empresariais diretamente contactados; nosso objetivo é realçar aspectos importantes ligados à organização, ao comportamento, à autoconsciência e à cultura dos produtores de culturas agrícolas sob estufa.

CAPÍTULO 4

A ECONOMIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DE SALTO NO CONTEXTO DA ECONOMIA NACIONAL E DA SOCIEDADE RURAL DO URUGUAI

A região do Departamento de Salto localiza-se no noroeste do Uruguai, ao longo da margem esquerda do Rio Uruguai; a oeste faz fronteira com a República Argentina e ao norte com a República Federativa do Brasil; a cidade de Salto dista aproximadamente 140 quilômetros dessa fronteira. Essa região apresenta condições agroecológicas que possibilitam a produção de frutas e hortaliças fora de sua temporada, ou seja, fora da estação do ano na qual normalmente são produzidas. A produção é enviada basicamente ao sul do Uruguai, principalmente para sua capital, Montevidéu. Parece-nos que nessa região emerge com maior clareza em comparação com as outras regiões do país a figura do agricultor familiar empresário; a situação que nela se observa de modernização agrária se originou e se desenvolve com uma alta participação dos agricultores familiares.

A expansão dos chamados cultivos de “primor” na região deve-se à emergência de setores de população de altas rendas (beneficiados pela concentração dos lucros, produto das políticas de ajuste fiscal da última década) que aumentaram seu consumo de frutas e hortaliças frescas produzidas fora de estação (PIÑEIRO 1991.a) e também pela ampliação de sua oferta propiciada pela incorporação, nos mecanismos de distribuição e comercialização das cadeias de supermercados e hipermercados na venda desse tipo de produtos; esses dois fatores se

retroalimentaram e originaram uma tendência ao aumento sustentado da procura nos últimos anos.

O dinamismo econômico da região de Salto tem na atividade da produção hortícola chamada de “primor” um de seus sustentáculos. Atualmente existem aproximadamente 150 hectares de cultivos protegidos sob cobertura de plástico; em relação ao ano de 1992, no qual existiam aproximadamente 99 hectares, houve um crescimento nos últimos 5 anos de 52% da superfície de produção sob estufa. Os cultivos principais são o tomate e a pimenta vermelha e verde, mas nos últimos anos foram incorporados outros cultivos, como milho, beringela, alface, melancia, melão, etc. Esta diversificação dos cultivos aumenta as possibilidades de comercialização e protege os produtores das oscilações dos preços regionais. Os outros cultivos de importância na região são o morango fora de estação, que atinge uma superfície de 70 hectares, e a cebola. Os produtores hortícolas dessa modalidade atingem um número de aproximadamente 600, dos quais 76% são agricultores familiares.

Setenta por cento dos produtores utilizam o que é considerado o pacote tecnológico mais avançado em cultivos chamados de “primor” —ou seja, culturas de vegetais atípicos em dada época do ano, para as quais se prepara um microclima apropriado através de estufa ou de sua cobertura com mantas de plástico; são agricultores familiares, que participam com 55% da superfície total cultivada sob plástico. Essa situação é o primeiro indicador de que esse setor incorporou a nova tecnologia e assumiu os demais elementos necessários desse empreendimento, o qual acarreta uma importante quantidade de capital por hectare.

A tecnologia de produção sob estufa consiste basicamente num “cultivo sob cobertura plástica, com sistema de regos e com condições sanitárias e de umidade controladas; permite

liberar a produção de muitos riscos climáticos, acelerar o processo de germinação e diminuir os tempos de crescimento” (PIÑEIRO 1991.b).

Para que se possa apreciar devidamente a posição da região no mercado produtor hortícola sob estufa ao nível nacional e a evolução dessa forma de produção nos últimos 10 anos, é preciso considerar os dados relativos às diferentes zonas produtoras agrícolas do país, que apresentamos na tabela 1, abaixo.

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA ÁREA DE CULTIVO SOB ESTUFA E DO NÚMERO DE PRODUTORES
EM DIFERENTES ZONAS AGRÍCOLAS DO URUGUAI - 1988-1994

ZONAS	1988	1990	1992	1994
SALTO-NORTE				
Área em Ha.	16	48	98,7	125,13
N.º de Produtores	s/d	148	221,0	296,00
BELLA UNIÓN e T. GOMENSORO-NORTE				
Área em Ha.	s/d	9	12	35
N.º de Produtores		s/d	s/d	56
SUL DO URUGUAI				
Área em Ha.	s/d	15,5	36	37
N.º de Produtores	s/d	37,0	85	80
TOTAL DA ÁREA AO NÍVEL NACIONAL	<i>s/d</i>	<i>72,5</i>	<i>146,7</i>	<i>197,13</i>
TOTAL DE PRODUTORES	<i>s/d</i>	<i>185</i>	<i>306</i>	<i>432</i>

Fonte: Revista *Uruguay Granjero*, Julho de 1994, pág. 19.

No Uruguai, foi no Departamento de Salto que teve início esse tipo de produção e em 1994 se concentravam nesse Departamento 63% da superfície de produção e 68% dos produtores. A partir desses dados, relativos às zonas produtoras agrícolas, se observa que é na

zona Norte onde se concentra a produção sob estufa, numa proporção de 81%, da mesma forma que se encontra aí o maior número percentual de produtores.

Com relação àquilo que se produz sob estufa na Zona Norte se observa que, em 1994, 85% dos produtores cultivavam tomate, que representava 62% do cultivo sob estufa, vindo em seguida a pimenta vermelha e verde, com 29% da produção e 71% dos produtores. O rendimento esperado por metro linear na produção de tomate é aproximadamente de 20 quilos e na de pimenta vermelha ou verde de 12 quilos. Para se ter idéia do capital investido nessa Zona, e especificamente em Salto, estima-se que o custo por metro quadrado de produção sob estufa é de US\$5,00, o que reflete o risco assumido pelo produtor, os níveis de capitalização atingidos e as exigências que são colocadas ao produtor para que possa permanecer nesse tipo de processo produtivo.

Cabe ainda assinalar que o número de estabelecimentos hortícolas no Uruguai, segundo dados do último Censo Agropecuario de 1990,⁹ perfazia um total de 7.016 e no Departamento de Salto 459, quer dizer, 6,5% do total dos estabelecimentos. No país, esses estabelecimentos se concentram no Departamento de Canelones, localizado ao sul do Uruguai, representando 63% do total de estabelecimentos hortícolas; o Departamento de Salto é o segundo em importância quanto ao número de estabelecimentos. Dos seus 459 estabelecimentos, um número de 276, quer dizer, 60% deles, se dedicam à horticultura *de primor*, e quando se observa a produção *de primor* ao nível nacional, 99% dela se concentra em Salto.

De acordo com esses dados, 9% dos produtores são familiares, 25% são categorizados como estando na transição entre familiares e empresários, 59% são empresas médias e 7% são empresas grandes. Estima-se que a horticultura contribui, no interior da economia do

⁹ *Censo General Agropecuario 1990*. Dirección de Censos y Encuestas/Ministerio de Ganadería Agricultura

Departamento de Salto, com aproximadamente 5% para o Produto Interno Bruto (PIB), o qual é de 423 milhões de dólares; cabe acrescentar que esse Departamento contribui com 3% do PIB total do Uruguai, o qual é de aproximadamente de 15 bilhões de dólares; Salto, junto com outros quatro Departamentos (Montevideo, Maldonado, Colonia e Paysandú), concentram 80% do PIB do Uruguai.¹⁰

Nas tabelas a seguir apresentamos algumas informações estatísticas relativas à evolução da agricultura uruguaia e do Departamento de Salto, em especial da produção hortícola. A fonte desses dados são os Censos Agropecuários de 1980 e 1990; foram selecionadas as seguintes variáveis: (i) *Superfície Total*; (ii) *Superfície de Plantio*; (iii) *Número de Estabelecimentos*; (iv) *Número Total de Trabalhadores*; (v) *Número Total de Trabalhadores Produtor-e-Família*; (vi) *Número de Trabalhadores Assalariados*, e por último, (vii) *Número de Tratores*.

A tabela 2 apresenta os dados censitários de 1980 e 1990; comentamos em seguida o comportamento das variáveis selecionadas ao nível nacional.

y Pesca-MGAP, Montevideo (Uruguay), Octubre de 1994.

¹⁰ Fonte: Jornal *Cambio* – Salto, Uruguai, 19/06/97 pág. 3; os dados são produto do Projeto de Pesquisa conveniado entre a Universidade da República-Instituto de Economía e a UTE, organismo público da energia elétrica.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA URUGUAIA - 1980-1990 — COMPARAÇÃO DE
ALGUMAS VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA O TOTAL DO URUGUAI

<i>Variáveis Seleccionadas</i>	1980	1990	Variação Absoluta	Variação Relativa
Sup. Total (em mil Ha.)	1.602	1.568	-342	97,9
Sup. de Plantio (em Ha.)	57.804	40.306	-17.498	69,7
N.º Total de Estabelecimentos	68.362	54.819	-13.543	88,2
N.º Total de Trabalhadores	159.446	141.261	-18.185	88,6
N.º de Trabalhadores “P-e-F”	102.039	86.337	-15.702	84,6
N.º de Trabalhadores “P”	57.407	54.924	-2.483	95,7
N.º de Tratores	32.878	32.641	-237	99,3

1- Superfície Total: É a área total de produção agropecuária; o que se percebe na tabela apresentada é a diminuição de 342.000 hectares no período entre 1980 e 1990.

2- Superfície de Plantio: É a área de cultivo efetivamente dedicada à produção hortícola no Uruguai; observa-se uma diminuição de hectares nessa área produtiva primária ao nível nacional, em relação à superfície total; a diminuição na horticultura é percentualmente maior. No período entre 1980 e 1990 a superfície de produção hortícola diminuiu, ao nível nacional, em aproximadamente 30%, considerando como base os dados de 1980.

3- Número de Estabelecimentos Agrícolas: A partir de 1980 se observa uma importante diminuição de estabelecimentos naqueles Departamentos que concentravam os pequenos estabelecimentos (Montevideo, Canelones e San José). Os dois Departamentos de Artigas e Salto, que apresentaram um comportamento diferente, apresentam as menores concentrações de estabelecimentos menores do que 20 hectares como característica diferencial em relação aos demais. Em Salto, o fato significativo não é o aumento de estabelecimentos (já que é pouco significativo), mas é que não tenha havido diminuição de estabelecimentos, como aconteceu no país em sua totalidade.

4- Número Total de Trabalhadores Rurais: Observa-se uma diminuição dos trabalhadores rurais no Uruguai a partir de 1980, o que confirma a tendência iniciada há três décadas atrás. Nesse período entre 1980 e 1990, foi de aproximadamente 21% a diminuição do número de trabalhadores rurais.

5- Número Total de Produtores-e-Trabalhadores Familiares: Na totalidade de produtores, a categoria produtor-família é a que diminuiu de forma absoluta e relativa de maneira significativa. Em 1990 existiam 84% dos produtores-e-familiares em relação a 1980; sua diminuição é comparativamente maior que a de outras categorias, como a dos trabalhadores assalariados. Vários elementos poderiam explicar essa diminuição, mas é importante destacar a diminuição considerável de estabelecimentos nos Departamentos onde a pequena produção familiar é muito importante (como nos casos dos Departamentos de Montevideo, Canelones e San José).

6- Número de Trabalhadores Rurais Assalariados: No total do país o quociente entre trabalho familiar e trabalho total é de 0,61 em 1990 e de 0,64 em 1980; esse quociente mede a participação da mão-de-obra familiar no total da mão-de-obra utilizada no trabalho. Observa-se que o peso da mão-de-obra familiar diminuiu, o que faz supor a mercantilização crescente da mão-de-obra utilizada e pode significar importantes transformações econômicas e sociais que estariam ocorrendo na estrutura produtiva nacional.

7- Número de Tratores do País: Observa-se uma diminuição do número de tratores do país de quase 1% no período entre 1980 e 1990, o que revela uma interrupção da tendência de aumento de tratores registrada entre 1970 e 1980.

A seguir apresentamos a tabela 3, com dados censitários relativos ao Departamento de Salto de 1980 e 1990 e, em seguida, comentários sobre o comportamento verificado das

variáveis selecionadas.

TABELA 3

*EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NO URUGUAI - 1980-1990 — COMPARAÇÃO DE
ALGUMAS VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA O DEPARTAMENTO DE SALTO*

<i>Variáveis selecionadas</i>	1980	1990	Variação Absoluta	Variação Relativa
Superfície Total (em mil de Ha.)	130,8	128,2	26	98,0
Superfície de Plantio (em Ha.)	3.281,0	2.273,0	-1.008	69,3
N.º Total de Estabelecimentos	2.686	2.695	9	100,3
N.º Total de Trabalhadores	8.248	8.009	-239	97,1
N.º de Trabalhadores “P-e-F”	3.491	3.213	-278	92,0
N.º de Trabalhadores “P”	4.757	4.796	39	100,8
N.º de Tratores	1.308	1.327	19	101,5

1- Superfície Total: A área total onde há produção agropecuária; percebe-se pela tabela a diminuição de 2.600 hectares no período entre 1980 e 1990.

2- Superfície de Plantio: A área de cultivo efetivamente dedicada à produção hortícola no Departamento de Salto; observa-se uma diminuição de 1.008 hectares na área produtiva primária ao nível departamental. Em relação à superfície total, a diminuição na horticultura é percentualmente maior. No período entre 1980 e 1990, a superfície de produção hortícola diminuiu aproximadamente 31%, considerando como base os dados de 1980.

3- Número de Estabelecimentos Agrícolas: O total de estabelecimentos agropecuários do Departamento se manteve praticamente igual no período entre 1980 e 1990, fato que cabe assinalar, já que nele não se produziu o fenômeno de diminuição verificado ao nível nacional.

4- Número Total de Trabalhadores Rurais: Observa-se uma diminuição de 239 dos trabalhadores rurais no Departamento de Salto, o que representa neste período entre 1980 e 1990 uma diminuição de aproximadamente 3% de trabalhadores rurais.

5- Número Total de Produtores-e-Trabalhadores Familiares: Na totalidade dos produtores, a categoria produtor-família é a que diminuiu de forma absoluta e relativa de maneira a mais significativa: em 1990 existiam 92% dos produtores-e-familiares em relação a 1980, uma diminuição que é comparativamente menor da que aconteceu ao nível nacional.

6- Número de Trabalhadores Rurais Assalariados: Observa-se que diminuiu o número de trabalhadores totais e se manteve o número de trabalhadores assalariados (inclusive tendo havido um leve crescimento de 0,8%). Em resumo, a importância da mão-de-obra familiar, no total do trabalho agrícola no Departamento de Salto, se reduziu e aumentou o assalariamento da mão-de-obra, tendo então se produzido de maneira inversa aquilo que ocorreu ao nível nacional com maior intensidade.

7- Número de Tratores do Departamento: Observa-se uma diminuição de quase 1% do número de tratores do Departamento no período entre 1980 e 1990, o que revela ter havido uma interrupção na tendência de aumento de tratores registrada entre 1970 e 1980.

Em resumo, observa-se em Salto, que o fato significativo é que não tenha havido diminuição de estabelecimentos, como aconteceu no país em sua totalidade; a importância da mão-de-obra familiar, no total do trabalho agrícola, se reduziu e aumentou o assalariamento da mão-de-obra, tendo então se produzido de maneira inversa aquilo que ocorreu ao nível nacional com maior intensidade, ou seja, que a partir da década de 1980 começou um processo de inovação tecnológica na produção agrícola que demanda da maior quantidade e intensidade de força de trabalho assalariado.

CAPÍTULO 5

A DINÂMICA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ENTRE 1966 E 1994: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

5.1. Uso da Terra por Itens Produtivos

A mais importante variação absoluta de superfície cultivada em valores negativos no uso da terra entre 1980 e 1990 é observada no item de cultivo de cereais e cultivos industriais. A análise de dados do último Censo Agropecuário de 1990 sugere que a diminuição observada pode ser explicada pela diminuição da superfície cultivada de milho, trigo e linho, fundamentalmente (245.000 hectares, aproximadamente), seguida de uma diminuição menor nas superfícies de sorgo, girassol e beterraba para açúcar (17.000 hectares, aproximadamente).¹¹

Em sentido contrário, constata-se a ocorrência de aumentos nas superfícies de dois importantes cultivos entre 1980 e 1990: a cevada para cerveja e o arroz (69.000 hectares, aproximadamente).

A tabela 4, a seguir, traz dados extremamente significativos nesse sentido.

¹¹ - *Censo General Agropecuario 1990*. Op. cit.

TABELA 4

USOS AGRÍCOLAS DA TERRA - URUGUAI (1966-1990)

em Hectares					
ITENS	1990	1986	1980	1970 (*)	1966 (*)
Frutas Cítricas	20.799	15.125	18.929	3:220.061	4:021.651
Outras Frutas	11.975	12.116	12.268	5:667.658	5:483.384
Pomares	32.774	27.241	31.197	29.407	33.050
Vinhedos	11.985	13.122	15.291	18.942	18.858
Hortaliças	40.306	44.468	57.804	65.096	61.901
Cereais e cultivos industriais	597.035	702.227	859.049	1:049.161	1:083.393
Reflorestamento	176.168	166.113	178.916	130.773	148.052
Pasto Artificial	651.765	533.222	493.973	355.652	313.667
SUPERFÍCIE TOTAL	15.681.804	15.627.836	16.024.665	16.517.730	16.533.556
Superfície de Produção Agrícola	1:510.033	1:486.393	1:636.230	1:619.624	1:658.921

(*) Nos itens "Frutas Cítricas" e "Outras Frutas", consta, para 1966 e 1970, o número de plantas existentes.

No caso de Plantas de Produção para "Frutas Cítricas", o ano 1970 é = 2:497.070 e para o ano 1966 é = 2:899.193. Nos Censos Agropecuários de 1966 e 1970, não existiam quesitos diferentes entre citrus e outras frutas: todas eram registradas num mesmo item. Depois no Censo de 1980 é que se iniciou a separação entres *citrus*, *frutas* e *outras frutas*, o que veio permitir dimensionar o impacto das novas políticas exportadoras; deveu-se a elas o novo impulso agroexportador da década de 70 que impulsava as exportações de novos itens produtivos, dentre os quais os de citrícos e frutas.

Para "Outras Frutas", as cifras são: no ano 1970 = 4:601.459 e para 1966 = 4:276.110.

Superfície de Produção Agrícola: faz referência à quantidade de hectares dedicado a atividades agrícolas, nelas incluindo-se a horticultura, ou seja, aproximadamente 13 milhões de hectares encontram-se dedicadas à criação de gado.

Cabe esclarecer que os dados do Censo Agropecuário de 1990 indicam que os Departamentos de San José e Canelones, juntamente com Colonia, Río Negro, Soriano e Paysandú, registraram em conjunto quase três quartos do declínio total em superfície de cultivo de cereais e cultivos industriais. Somente os Estados de Rocha e Treinta y Tres registraram aumento na área cerealeira, devido ao aumento de superfície de arroz e, de forma secundária, da soja.

Registrou-se um aumento da área de frutas cítricas seguido de uma mudança na distribuição geográfica das plantações de citrus. O maior aumento de superfície deu-se em

Paysandú, Salto e Río Negro, que registraram um aumento de 4.493 hectares em relação a 1980. As frutas cítricas diminuíram aproximadamente 1.663 hectares, no período, no resto do país, principalmente em Canelones e Montevideo.

O cultivo da videira diminuiu em 3.306 hectares, o maior declínio registrando-se em Canelones e Montevideo, registraram-se aumentos de importância em Artigas e San José.

Ocorreu uma diminuição de 17.498 hectares de superfície hortícola em relação a 1980, dando-se o maior declínio no Estado de San José (2.137 hectares), além de outros seis Estados (Canelones, Cerro Largo, Montevideo, Rivera, Rocha e Salto) que revelaram um declínio de 8.544 hectares em relação à superfície registrada em 1980. Os sete Estados citados representam 61% do declínio de superfície hortícola do país.

A partir dos dados do Censo Agropecuário de 1990, observa-se que existiu um aumento de importância na superfície de reflorestamento em estabelecimentos agropecuários em Canelones, Durazno, Lavalleja, Paysandú, Rivera e Tacuarembó. A maior diminuição registrou-se em Colonia, Maldonado e Rocha; a diminuição das área florestais explica-se por terem muitas áreas deixado de ser parte de explorações agropecuárias.

Observa-se que houve um grande aumento de superfície de pastos de grama artificial entre 1980 e 1990, considerando só três Estados: Colonia, San José, e Soriano; neles se concentra 54,8% do aumento no período mencionado. Os três Estados compreenderam uma diminuição na área cerealeira de aproximadamente 40% do declínio total desse item de produção. Nesses Estados se registrou um grande aumento do número de unidades de estabelecimentos de pecuária por hectare, pelo que se pode pensar que esse crescimento se fez às expensas das área antes dedicadas a cereais e que hoje se dedicam à criação de gado gordo,

leiteiro e voltado ao melhoramento das raças. Todos os outros Estados, com exceção de Salto e Durazno, registraram aumentos na superfície de pastos de grama artificial.

5.2. Mobilidade Social no Setor Hortícola entre 1990 e 1994

5.2.1 - *Nível de Estabilidade dos Produtores no Setor*

Neste item analisaremos, como uma dimensão da mobilidade social, a capacidade dos produtores de manter-se em situação de estabilidade no processo, no setor de cultivos sob estufa da região, entre 1990 e 1994; essa análise nos permitirá indicar com precisão o conjunto de produtores participantes do processo de mudança técnica e a modernização da produção de hortaliças, bem como conhecer a proporção de exclusão e inclusão de participantes que o processo abrangeu entre os anos mencionados. Reconstruindo os dados censitários de 1990 a 1994, se pode conhecer o momento de entrada de cada produtor no setor hortícola e caracterizar sua situação desde esse momento até 1994.

Dessa maneira, se observa através dos dados dos Censos de Cultivos Sob Estufa de 1990 até 1994, que o total de produtores que participaram do processo de modernização foi de 382; abandonaram a produção no período 1990-1994 um total de 112 produtores, dos quais 40 haviam entrado em 1990 e 72 depois dessa data. Ora, em 1994 se observou 270 produtores integrando esse processo, dos quais 82 permanecem desde 1990, 58 desde 1992 e 130, que entraram entre 1993 e 1994, são considerados como novos produtores.

Por fim, se pode observar uma dinâmica muito importante de incorporações e saídas de produtores da atividade hortícola. Em apenas quatro anos, somente permaneciam desde o

início do processo uma proporção de 21,4% dos produtores com referência a 1994 e 15% com referência a 1992. Nesse período, 29,3% dos produtores abandonaram o setor, ao passo que em 1993 nele ingressaram 34,3% dos existentes em 1994.

Esta informação deixa claro como, por detrás de um processo geral de crescimento estável e explosivo, existem movimentos contraditórios e de diferenciação importantes; o aumento de número de produtores e da superfície produtiva em horticultura não é resultado de um crescimento equilibrado dos produtores que iniciaram o processo de mudança técnica; pelo contrário, os processos contínuos de diferenciação e de inclusão e de exclusão são os que originam um processo de crescimento dotado de características de expansão tipicamente capitalista.

5.2.2 - A Mobilidade Social dos Produtores de Cultivos Sob Estufa

Nesta seção abordaremos a mobilidade social dos produtores; nossa análise utilizará como indicador a evolução da superfície de cultivos sob estufa no período de 1990 a 1994. Dessa forma se poderá quantificar as variações de superfície, o que nos indicará a capitalização ou descapitalização dos produtores no decorrer do processo de modernização dos cultivos sob estufa.

Com isso em mente, foi elaborada a tabela 5, que indica a mobilidade dos produtores que permaneceram estáveis na produção desde o ano 1990, que perfazem um total de 140 produtores. Essa tabela foi construída utilizando a superfície de cultivo que cada produtor tinha ao entrar no processo e comparando em seguida esse número com a superfície que veio a ter em 1994. O pressuposto aqui assumido é o de que a participação num grupo de tamanho de superfície utilizada para cultivo revela a situação sócio-econômica de cada agricultor.

Portanto, os produtores que apresentaram em 1994 a mesma superfície que possuíam no início não registraram mobilidade; os que apresentaram menos superfície se considera que tiveram *mobilidade descendente* e os que passaram a ter mais superfície de cultivo em 1994 em relação a 1990 se considera que tiveram *mobilidade ascendente*.

Ao traçar uma diagonal através da tabela desde o canto superior esquerdo até o canto inferior direito, ficariam agrupados três setores. O primeiro grupo que pode ser identificado é aquele indicado pela própria diagonal e seria o dos produtores que permaneceram estáveis no mesmo grupo de superfície; o segundo grupo, indicado por ficar abaixo da diagonal, seria o dos produtores que perderam superfície de produção sob estufa no período assinalado, pelo que seriam produtores com mobilidade descendente e em processo de descapitalização. Por último, o terceiro grupo, indicado por ficar acima da diagonal, representa aqueles produtores que aumentaram sua superfície no período e se colocam num processo de mobilidade ascendente, tendo passado, portanto, por uma capitalização. Essa classificação é aqui proposta em termos de hipótese de trabalho e será testada posteriormente.

Em função disso, a tabela nos indica que, dos 140 produtores que permaneceram estáveis na produção desde 1990 e 1992 até 1994, 16,5% ficaram com menos superfície, 45% ficaram com a mesma superfície e 38,5% aumentaram sua superfície. Pode-se inferir dessa situação que os produtores que permanecem na produção mantem a tendência de uma mobilidade ascendente forte, o que explicaria, com as incorporações de novos produtores no período, que a superfície sob estufa em 1990 tenha sido de 45.73 hectares e em 1994 tenham aumentado para 117.17 hectares.

TABELA 5

*MOBILIDADE SOCIAL CONSTATADA ENTRE GRUPOS DE PRODUTORES DE
CULTURAS SOB ESTUFA - SALTO (URUGUAI), 1990-1994*

	SITUAÇÃO NO ANO DE 1994					
Situação no Início (1990)	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	TOTAL
Grupo 1 (0 a 1.000 m²)	9	4	6	1	1	21
Grupo 2 (1.001 a 2.500 m²)	1	14	14	2	0	31
Grupo 3 (2.501 a 5.000 m²)	3	7	17	20	0	47
Grupo 4 (5.001 a 10.000 m²)	0	1	8	14	6	29
Grupo 5 (10.000 m² e demais)	0	0	1	2	9	12
TOTAL	13	26	46	39	16	<u>140</u>

A tabela também permite analisar a mobilidade em cada uma das categorias de área ou superfície, porém não nos indica o que aconteceu no processo de inclusão ou exclusão de produtores, pelo que, para se ter uma descrição da mobilidade do conjunto dos produtores que participaram do setor nestes últimos anos, se elaborou a tabela 5.

Na tabela 6 apresentamos a distribuição em quantidades absolutas e por categorias de tamanho de superfície sob estufa, dos 382 produtores que entraram no processo a partir de 1990 e também ainda suas mudanças de situação pelas quais passaram no período, se

indicando os novos produtores que entraram em 1994 e a saída de certo número de produtores entre 1990 e 1994.

TABELA 6

MOBILIDADE SOCIAL ENTRE GRUPOS DE PRODUTORES AGRÍCOLAS FAMILIARES EM 1994, EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO QUE TINHAM NO MOMENTO DE ENTRADA NO SETOR, EM 1990, EM SALTO (URUGUAI)

	SITUAÇÃO ANO 1994							
Situação no Início - 1990	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Excluídos	Incluídos	TOTAL
Grupo 1	9	4	6	1	1	17	33	71
Grupo 2	1	14	14	2	0	32	51	114
Grupo 3	3	7	17	20	0	36	28	111
Grupo 4	0	1	8	14	6	20	13	62
Grupo 5	0	0	1	2	9	7	5	24
TOTAL	13	26	46	39	16	112	130	382

Grupo 1= 0 a 1.000 m²; Grupo 2= 1.001 a 2.500 m²; Grupo 3= 2.501 a 5.000 m²; Grupo 4= 5.001 a 10.000 m²; Grupo 5= 10.000 m² e mais.

Como se pode constatar, a maior quantidade de produtores em todos os grupos é a daqueles que saíram ou entraram no processo de produção sob estufa, o que sugere idéia de um forte dinamismo da mobilidade capitalista operando em todos os grupos. Nesse sentido, a principal tendência é a de uma situação ascendente para aqueles que permaneceram; por outro lado, a principal "porta" de exclusão é a participação no grupo 3 e a principal "porta" de inclusão é constituída pelo grupo 2.

Por fim, pode-se dizer, em resumo, que quem permaneceu tendeu a crescer, quem saiu do processo ou tem tido maior probabilidade de sair dele é o agricultor que se encontra no setor 2 ou 3, e por último, que quem ingressou no processo o fez como pequeno produtor, ou seja, a partir dos grupos 1 e 2.

Para poder confirmar essas inferências e poder analisar o impacto da modernização sobre a mobilidade por camadas ou estratos, apresenta-se a tabela 6, na qual concentramos os grupos de superfície nas categorias de *pequenos* (Grupos 1 e 2), *médios* (Grupo 3) e *grandes* (Grupos 4 e 5) e ressaltamos os índices de mobilidade para cada uma delas e para o conjunto dos grupos de situação de mobilidade constatada.

TABELA 7

ÍNDICES DE MOBILIDADE SOCIAL EM RELAÇÃO AO TAMANHO DA SUPERFÍCIE SOB ESTUFA CONSTATADA ENTRE OS PRODUTORES DE SALTO (URUGUAI)

(EM PORCENTAGENS)

	Categorias de Superfície Sob Estufa - (1990 - 1994)			
Mobilidade	PEQUENOS	MÉDIOS	GRANDES	TOTAL
Ascendente	15,0 %	9,0 %	6,0 %	16,0 %
Estáveis	12,5 %	15,0 %	23,0 %	18,0 %
Descendente	0,5 %	18,0 %	12,0 %	6,0 %
<i>Incluídos</i>	45,0 %	25,0 %	18,0 %	38,0 %
<i>Excluídos</i>	27,0 %	33,0 %	27,0 %	22,0 %
TOTAL	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Os dados desta tabela confirmam o que já afirmamos anteriormente com relação à dinâmica da mobilidade dos produtores no processo de crescimento econômico. Nesse sentido, o dado mais importante é o de que aproximadamente 60% dos produtores se incorporaram ou saíram da produção sob estufa, no período estudado de apenas quatro anos; nesse período

menos de 18% permaneceram com a mesma superfície sob estufa que tinham no início —e deve-se recordar que o período de estudo engloba a fase da primeira expansão dos cultivos sob estufa na região.

Ao analisar a distribuição por tamanhos dos grupos de produtores, constatamos em termos gerais que todos sofreram um impacto importante e, de forma contrária ao que se poderia esperar, os grupos maiores tiveram mobilidade em todos os sentidos, da mesma forma que os pequenos.¹² Isso deixa claro que a maior mobilidade em termos de entrada e saída de produtores do setor de cultivos sob estufa aconteceu entre os pequenos produtores: 72% deles estiveram incluídos numa dessas situações, com o resultado final de um número maior de entradas no processo que o de casos de abandonos desse setor de produção. Essa constatação indica ainda que a maioria dos produtores entraram no setor dos agricultores familiares sob estufa com pequenas superfícies, procurando em seguida se incorporar aos padrões típicos do processo de produção moderna para depois buscar um aumento de sua superfície de cultivo. Isso explicaria a grande mobilidade encontrada nesse setor de produtores, o qual, como se observa, é aquele que apresentou menor percentagem de permanência, já que cada agente conseguiu aumentar sua superfície de cultivo para poder ficar no setor, ou então foi levado a abandoná-lo.

Na categoria dos produtores médios se observa a maior mobilidade descendente e a maior percentagem de exclusão de produtores, como resultado do aumento do risco econômico, o que significa aumento da escala de produção, ou seja, que o aumento da

¹² Cabe salientar que, por limitações metodológicas, a mobilidade descendente do grupo de menor superfície e a mobilidade ascendente do grupo de maior superfície não reflete com clareza o fenômeno analisado, já que a mobilidade descendente no grupo menor, por registrar só os produtores que têm menos de 1.000 m², não registra os movimentos ocorridos em grupos de tamanho de áreas cultivadas menores que o dessa cifra. Situação semelhante se deu no extremo superior da escala, com os produtores grandes, que têm mais de 10.000 m². A partir disso, constata-se que os movimentos mencionados são produto dos grupos médios que se incorporam a eles,

produção de cultivos sob estufa encontra-se associado o aumento do risco econômico-financeiro. Na categoria das superfícies maiores é também importante a mobilidade apresentada pelas empresas, como seria de esperar; este é o grupo de maior permanência, mas apresenta um nível de abandono da produção semelhante —em termos de porcentagem— aos da categoria de superfícies pequenas. Considerando em termos absolutos, vê-se que só as empresas abandonaram esse setor de produção e que também existe uma importante porcentagem de empresas que entraram nessa escala de produção, o que indica a penetração de empresas no setor seduzidas pela rentabilidade que apresentou no período. Todavia, essas empresas não ficaram fora do fenômeno da descapitalização, já que 12% delas reduziu sua superfície no período e 27% delas saíram desse setor de produção.

Os dados analisados permitem ainda extrair duas constatações como síntese final: a primeira delas é em parte contrária às interpretações que postulam um impacto altamente diferenciado dos processos de modernização entre os pequenos e grandes produtores, já que se pode perceber que os dois setores receberam de forma importante o impacto da modernização da produção. Isso permite afirmar, que os termos de inclusão e exclusão nos processos de modernização se manifestaram em todas as diferentes camadas de produtores. Cabe aqui lembrar, no entanto, que os impactos negativos têm conseqüências diferentes; o impacto da adoção de formas modernas de produção é diferente quando se dá sobre uma empresa capitalista daquele que se dá sobre uma unidade de produção familiar, pois esta última é, além de tudo, uma unidade de reprodução da família, ao passo que a empresa capitalista não tem esse papel, pelo que os efeitos sociais desse impacto são diferentes. No caso das empresas capitalistas, também não se deve esquecer o impacto que tem a adoção de formas modernas de

sendo, no caso, o grupo 2 o dos pequenos produtores e o grupo 4 o dos grandes produtores.

produção como fonte geradora de empregos; considerar detalhes desta linha de análise nos colocaria diante de outra perspectiva do problema, afastando-nos de nosso objetivo de considerar o processo a partir da unidade produtiva e a partir do produtor como tema de reflexão.

Em segundo lugar, pudemos constatar que os efeitos do processo de modernização se fariam sentir em dois tipos de manifestações de caráter diferente, sendo um deles sobre a agricultura familiar —sendo esta apresentada principalmente sob os aspectos de exclusão e inclusão dos agentes do setor em estudos que já avultam em importância qualitativa e quantitativa— e o segundo sobre as empresas capitalistas, que ainda estão pouco estudadas do ponto de vista da questão agrária, já que se as considera como um processo "natural" do desenvolvimento capitalista.

Nossa opinião é que as análises dos processos de modernização deveriam aprofundar-se na consideração dos processos de inclusão e exclusão de todas as unidades econômicas e não centrar-se exclusivamente nas unidades familiares, para que se possa obter, assim, uma visão mais geral e integral do fenômeno e procurar, dessa forma, novos conceitos que sejam capazes de proporcionar uma síntese da modernização da produção no âmbito da sociologia agrária.

Para finalizar, a constatação que aqui apresentamos poderia ser objetada por alguns com o argumento de que apenas se assinalou o perfil do agricultor familiar clássico capitalizado. Em certo sentido de fato é assim, mas em nosso entender essa interpretação apenas reduz a importância do fenômeno ao situar esse agente numa fase de transição de um estado para outro; resulta de uma conceituação que perde a riqueza da análise desse setor social e fundamentalmente perde de vista que a maioria desses novos agricultores familiares

têm passado por uma mudança no sentido de se tornarem empresários capitalistas, mas tendem a se estabilizar na situação que se revelou anteriormente. Assim, ninguém poderia afirmar que, num futuro imediato, na agricultura só existirão empresários e assalariados; isso não acontece em nenhum setor da economia e nada leva a pensar que na agricultura venha a acontecer de maneira diferente. Pelo contrário, a hipótese mais provável é que, devido às condições específicas da produção agropecuária, a presença dos empresários familiares e produtores familiares capitalizados deverá ainda ser maior que em outros setores da economia.

CAPÍTULO 6

INGRESSO NA MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA E VIVÊNCIA DAS MUDANÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS

Tendo em vista uma avaliação qualitativa de sua situação na modernização da produção e da experiência que vivenciaram em seu decorrer entre 1990 e 1994 e nela ainda permanecendo em 1996, realizamos entrevistas junto a 20 produtores hortifrutigranjeiros, de um total de 40 produtores identificados através dos dados censitários de 1990 e 1994. Esses 40 produtores de certa forma “sobreviveram” à introdução do processo de produção sob estufa e os vinte entrevistados (do mesmo modo que os outros 20) fizeram (e ainda fazem) parte do processo de modernização agrária da região, desde seus inícios, ocorridos aproximadamente em 1988, até agora, quando se expandiu e massificou entre os produtores a aplicação do pacote tecnológico de produção sob estufa, ou a também chamada plasticultura.

Esses produtores mais uma vez foram classificados em cinco grupos de tamanho de área de produção, o primeiro englobando os denominados *pequenos*, possuidores de uma superfície de menos que 1.000 m²; o segundo os com mais de 1.000 m² e menos de 2.500 m²; o terceiro com mais de 2.500 m² e menos de 5.000 m²; o quarto os com mais de 5.000 m² e menos de 10.000 m², e por último, o quinto incluindo os produtores com áreas de produção de mais de 10.000 m² sob cobertura plástica. Cabe esclarecer o critério que orientou a especificação dos grupos de produtores segundo suas áreas nas categorias indicadas. Por se considerar que a produção em área inferior a 2.500 m² necessita de uma inversão de capital físico e humano de

baixos volumes, se pode definir esses produtores como *pequenos*. Para a produção em áreas acima desse nível até a dimensão de 10.000 m² o volume de capital que é necessário investir deve ser de um montante maior, mas sem precisar atingir um volume extremadamente vultoso, podendo se definir esses produtores como *médios*. Por fim, os produtores com mais de 10.000 m², devendo fazer um investimento de nível mais vultoso e importante, podem ser considerados como *empresários não familiares* ou *capitalistas*.

Quando fazemos referência ao volume de capital necessário, devemos considerar que o m² de produção sob estufa impõe um custo aproximado de 5 dólares americanos. Assim, quando falamos no *pequeno produtor* nos referimos a um produtor que precisa investir aproximadamente entre US\$2.500 no mínimo e US\$12.500 no máximo; um *produtor médio* precisaria investir na faixa entre US\$12.500 e US\$50.000; e os produtores que são *empresários-capitalistas* precisam investir acima de US\$50.000. Assim, passam a ser claros os critérios empregados e justificados os termos em que foram definidos os grupos extremos dessa estratificação; porém, numa faixa de posições intermediárias parece se situar uma zona semi-obscura que é preciso analisar e definir com maior precisão.

Procuramos neste trabalho nos conduzir no sentido de alcançar, como um dos objetivos finais, os elementos empíricos e conceituais que possam permitam lançar luz de modo decisivo sobre essa zona de imprecisão.

6.1 - A AMOSTRA

6.1.1 - A Unidade de Análise

Para identificar nossa unidade de análise, consideramos o elemento central a ser por nós observado na pesquisa de campo, ou seja, aquele que pode ser observado e analisado empiricamente por meio de técnicas de pesquisa pertinentes. Em nosso caso, a unidade de análise é o agricultor especializado na horticultura e que faz uso do pacote tecnológico de produção sob estufa. Assim, ao falarmos no agricultor teremos em mente o produtor hortícola moderno; nesse sentido, a categoria de agricultor moderno diz respeito a um produtor que usa em sua atividade os pacotes tecnológicos de produção que aumentam a eficiência do trabalho empregado, diminuem os tempos "mortos" ou ociosos na produção agropecuária, especialmente na horticultura, e levam, assim, ao aumento do retorno do capital investido. Essa é uma situação diferente daquela existente numa etapa anterior da agricultura na região .

Não é nossa intenção ou objetivo específico neste trabalho debater ampla e exaustivamente a categoria de agricultor moderno; desejamos deixar claro que o objetivo do estudo é antes observar e analisar o *comportamento* através do tempo do novo agricultor na sua atividade de horticultura. Assim, entenderemos o agricultor hortícola modernizado como um produtor que faz parte de um processo de modernização levado adiante, num primeiro momento, na área tecnológica produtiva, especificamente na área hortícola, e que cabe dar conta das mudanças ocorridas com ele e de suas características estruturais através do tempo até o presente e elucidar o que o leva a ser um ator diferente daquele ao qual se fazia referência na etapa anterior.

6.1.2 - A Estratificação e a Forma de Efetua-la

Decidimos, como já expusemos, estratificar o grupo de produtores que se integraram ao processo tecnológico de produção sob estufa, agrupando-os nos cinco subgrupos indicados de

acordo com o critério de superfície de cultivo sob estufa na unidade produtiva, critério que vinculamos à hipótese de que o nível de capitalização atingida se associa com a superfície trabalhada sob estufa. Ao se avaliar os mencionados sub-grupos, pode-se proceder a um reagrupamento em tipos *pequeno*, *médio* e *grande* de produtores sob estufa, o primeiro integrado por produtores que trabalham com menos de 2.500 m², o terceiro integrado pelos que trabalham com mais de 5.000 m² e o grupo dos produtores médios integrado pelos que trabalham superfícies de cultura entre 2.500 e 5.000 m².

6.2 - POR QUE, ENTRE OS PRODUTORES, OS PRODUTORES FAMILIARES?

6.2.1 - *Contexto Histórico e Sócio-Cultural da Produção*

Ao longo deste século e em especial depois da Segunda Guerra Mundial notam-se significativas mudanças na agricultura e em sua relação com o restante da sociedade. Tenderam a se avolumar os requisitos de insumos e bens de capital produzidos fora do setor, entre os quais na indústria mecânico-metalúrgica e química; tendeu a crescer o papel dos serviços de comercialização, financiamento, pesquisa científica e/ou tecnológica e da transferência tecnológica; aumentou a importância da indústria como agente de demanda de alimentos e matérias primas agropecuárias; é também cada vez maior o grau de transformação dos produtos naturais antes de chegar ao consumidor final. As agriculturas nacionais tenderam a tornar-se intensamente regulamentadas pelos estados nacionais através de suas políticas econômicas, as quais tem estado cada vez mais integradas em consequência de três processos: o primeiro conduziu a uma maior relação entre as agriculturas nacionais; o segundo levou à

tendência de mundialização da tecnologia agropecuária e industrial, com marcadas diferenças entre os países; e o terceiro fez com que os agentes privados situados em empresas-chaves nas cadeias agro-alimentares e nos serviços de financiamento viessem a ter um papel cada vez maior nos resultados alcançados na própria agricultura.

As transformações mencionadas no processo produtivo levaram a mudanças substanciais dos agentes sociais que as operaram, quer sejam referidos como trabalhadores, produtores, empresários, técnicos, etc. As mudanças na organização da produção agropecuária, industrial e na comercialização repercutiram nitidamente na forma de estruturação e na dinâmica dos setores sociais envolvidos no mundo agropecuário. A respeito disso, Piñeiro diz:

“Desde un punto de vista más general se puede considerar a los procesos señalados como de penetración e instalación del capitalismo en el agro en sus diferentes fases. Este proceso implica por un lado una base material que esta relacionada con el aumento en la productividad del trabajo y de la tierra, inversiones a lo largo del proceso productivo, utilización de conocimientos científicos para desarrollar tecnologías que permitan incrementar la productividad y la ganancia.

En los últimos veinte años en el sector agropecuario uruguayo se han generado rubros que comienzan a crecer, encontrando condiciones para competir en el mercado internacional bajo el influjo del modelo económico que a partir de mediados del 70' puso fuerte énfasis a las exportaciones no tradicionales.

En este proceso de capitalización del agro de carácter estrictamente económico, va acompañado por cambios en la cultura productiva del productor que incluye nuevos aspectos como: una nueva valoración de los mercados mundiales, del cambio técnico e innovación tecnológica, espíritu de emprendimiento, capacidad de riesgo, énfasis en la información y la gestión de los recursos de la empresa, tanto a su interior como de su ambiente”.¹³

A modernização operada no Uruguai, constituída pela integração agro-industrial e pela formação de complexos agroindustriais, é um reflexo do que ocorreu nos países mais desenvolvidos nesse domínio. A agroindústria foi em grande parte a portadora das mudanças na agricultura, indicando quando, como, quanto e onde produzir e ainda orientando as características técnicas e econômicas dos setores envolvidos. Essas mudanças geraram um processo de transformação de um sistema dominante de produzir e distribuir para um sistema

¹³ D. Piñeiro - *“Nuevos y no Tanto: Los Actores Sociales Para la Modernización del Agro Uruguayo”*. CIESU-EBO, Uruguay, 1991.

que implica uma nova estruturação social, o que tem levado a transformações nas classes sociais agrárias e em seus padrões de conduta.

Devido às características no uso dos recursos básicos, é possível ter-se na agricultura diversas combinações de fatores de produção e diferentes formas de organização social. Essas combinações de fatores, associadas a formas específicas de organização social, levam à formação de complexos culturais ligados à produção agrícola.

Cabe-nos, então, ressaltar enfaticamente que o produtor da região de Salto encontra-se inserido neste processo de mudanças tecnológicas, produtivas, econômicas e sociais no qual surgem na agricultura regional agentes sociais diferentes, que não são novos, todavia, porque já têm uma história produtiva antiga na região; assim, nesse contexto novo de modernização, vem à luz um novo ator no “velho” cenário social da horticultura. É a própria modernização que traz, demanda e impõe essas transformações do horticultor, já que precisa de “sangue novo” para se tornar viável. É por isso que consideramos o produtor hortícola da região de Salto como um elemento chave para a compreensão do papel do agricultor familiar no processo de modernização agrária regional.

6.2.2 - *Quem é o Produtor Hortícola Familiar?*

A região de estudo apresenta condições agroecológicas que permitem a produção de cultivos fora de temporada, visando o abastecimento da região sul do Uruguai e principalmente da Capital, Montevideu. Cabe aqui lembrar mais uma vez que a expansão dos chamados cultivos de “primor” na região e no país deve-se à emergência de setores da população de altas rendas, que aumentaram seu consumo de frutas e hortaliças frescas fora de

estação (PIÑEIRO, 1991.a), como também da valorização cultural da figura esguia, dos alimentos com fibras, frescos e naturais que favorecem uma dieta equilibrada e saudável para o corpo humano, e pela incorporação da cadeia comercial de supermercados e hipermercados na venda deste tipo de produtos, ampliando a oferta; os fatores mencionados se retroalimentaram, originando uma tendência ao aumento sustentado da procura nos últimos anos.

O dinamismo econômico da região de Salto se deve à atividade da produção hortícola chamada de “primor”. Atualmente existem aproximadamente 150 hectares de cultivos hortícolas sob estufa; 50% dessa superfície corresponde ao crescimento dos últimos quatro anos. Os cultivos principais são o tomate e a pimenta vermelha e verde, mas nos últimos anos foram incorporados outros cultivos, como milho, beringela, alface, melancia, melão, etc. Essa diversificação dos cultivos aumenta as possibilidades de comercialização e protege os produtores das oscilações dos preços regionais. Os outros cultivos de importância na região são o morango fora de estação, que atinge uma superfície de 70 hectares, e a cebola. Os produtores hortifrutigranjeiros atingem um número de aproximadamente 600, dos quais 76% são agricultores familiares e aproximadamente 35% dos produtores hortifrutigranjeiros produz sob estufa.

6.3 - ENTREVISTAS “EM PROFUNDIDADE”

6.3.1 - *Por que essa Técnica?*

Operamos, na condução deste trabalho, com uma técnica qualitativa de pesquisa de levantamento de informações empíricas como forma complementar de uma técnica

quantitativa de tratamento de dados. Argumentando no sentido da complementariedade que podem ter essas técnicas, diz o professor espanhol Ortí:

"Desde la perspectiva de la máxima generalidad epistemológica, el enfoque cuantitativo y el enfoque cualitativo no se contraponen así mediante la falsa dicotomía de 'lo verificable' y 'lo no verificable', sino en cuanto a dos distintas formas de interpretación de la teoría con la realidad, con 'objetos formales' distintos —los 'hechos' o los 'símbolos'— pero igualmente relativas —y más bien indigentes— en sus capacidades productivas de un conocimiento pretendidamente 'objetivo', 'bien definido', 'cristalizado' y 'absolutamente incuestionable' sobre la sociedad y sus cambios y conflictos".¹⁴

Em princípio, quando se trabalha com contextos de realidade social aos quais se integram e passam a fazer parte os discursos dos agentes e fatos sociais em que estes estão envolvidos, se coloca a dificuldade de que ambos reclamam mutuamente uma compreensão e explicação adequadas. A observação dos fatos, o registro dos dados, a quantificação de sua evidência e extensão e a interpretação e compreensão dos discursos (e dos próprios fatos) constituem momentos essenciais na estruturação e explicação sistemática dos processos sociais. Como bem diz o professor Beltrán:

"Lo que la gente me dijo me ayudó a explicar lo que había sucedido —formula, por ejemplo, con sencillez, Whyte en *Street Corner Society*— y lo que yo observé me ayudó a explicar lo que la gente me dijo".¹⁵

Numa pesquisa sociológica “motivacional” —isto é, voltada a apreender as motivações que se situam no ponto de partida do comportamento dos agentes envolvidos— a importância da interpretação qualitativa na compreensão significativa da interação social implica numa

¹⁴ Alfonso ORTI - “La Obtención de Datos”- II.3 - *El Análisis de la Realidad Social - Métodos y Técnicas de Investigación* - Alianza, Madri, 1992.

¹⁵ M. Beltrán - "Cinco vías de acceso a la realidad social" - *Revista Española de Investigaciones*

certa precedência metodológica das técnicas qualitativas —que contribuem para a definição mais estrita e aprofundada possível do sentido das ações e opiniões observadas— em relação às técnicas quantitativas, limitadas à coleta, reunião e “posicionamento” das ações e opiniões enquanto dados.

Já que a pesquisa motivacional possibilita a análise da orientação da conduta de determinados grupos sociais com relação a determinadas situações, os dados e cálculos numéricos (que nos são proporcionados pelos ‘censos’ e os levantamentos estatísticos), sempre necessários e os mais precisos que seja possível, devem por fim ser integrados num modelo interpretativo global, cujo esquema conceitual das categorias chaves motivacionais significativas seja definido pela análise qualitativa dos discursos dos grupos estudados. Dessa forma, os dados e as variáveis métricas produzidos e processados por meio de técnicas quantitativas estatísticas, podem agora ser “reinterpretados” por meio de sua inclusão numa análise qualitativa dos discursos abertos (ou totais) das pessoas entrevistadas; as entrevistas, assim realizadas são produzidas e interpretadas por meio de técnicas qualitativas de tratamento interpretativo da interação social direta.

Neste trabalho procuramos alcançar, como um *primeiro objetivo*, os aspectos culturais integrantes da gestão produtiva, administrativa e da comercialização da unidade de produção hortícola. Procuramos ainda, como um *segundo objetivo*, conhecer os aspectos culturais em relação à visão de futuro do grupo familiar e dos agricultores familiares; as estratégias de sua reprodução como grupo social; suas estratégias políticas, sua visão sobre as políticas agrícolas do Estado dirigidas ao setor e, por fim, sua visão do proceso de modernização agrária,

incluindo sua concepção do passado, do presente e do futuro desse processo no qual estão envolvidos.

6.3.2- O que é a “entrevista de aprofundamento”?

A técnica das entrevistas de aprofundamento a que recorremos tem por fim a coleta de dados ou informações por meio da utilização de uma pauta ou guia para a entrevista; quando se busca conhecer determinados pontos de informação mais detalhados do entrevistado, essa orientação é empregada para todos os entrevistados selecionados de igual maneira. É uma técnica que permite flexibilidade na conduta do entrevistador no momento de enunciar as perguntas, pois, pode adequá-las de forma a que o entrevistado possa compreendê-las bem. Ao fazer-se referência ao aprofundamento tem-se em vista que essa técnica de pesquisa permite que se apreenda as motivações, as atitudes e a história pessoal do entrevistado, numa situação tal como a que constitui o nosso objeto de estudo, antes delimitado pela interpretação dos dados quantitativos reunidos. Sobre isso dizem Goode & Hatt:

“Además, el entrevistador puede hacer un sondeo más profundo cuando la ocasión así lo exija. Esto permite también una interpretación más adecuada de las respuestas dadas a cada pregunta. Además, el desarrollo del análisis del contenido y el cifrado cualitativo hacen posible algo de uniformidad de las respuestas que no sean del tipo simplemente afirmativo o negativo. Así, ha quedado en parte eliminada una de las objeciones fundamentales puestas a la entrevista cualitativa”. (Goode W. e Hatt.P 1988: 229)

Em relação à técnica de análise dos dados ou da informação coletada, utilizamos a análise de conteúdo, que é uma técnica de pesquisa destinada a formular, a partir de dados, inferências reproduzíveis e válidas que possam ser aplicadas a seu contexto (cf. Krippendorff K; 1990: 28). Krippendorff acrescenta ainda:

“Como técnica de investigación, el análisis de contenido comprende procedimientos especiales para el procesamiento de datos científicos. Al igual que todas las restantes técnicas de investigación, su finalidad consiste en proporcionar conocimientos, nuevas intelecciones, una representación de los ‘hechos’ y una guía práctica para la acción. Es una herramienta” (Krippendorff 1990: 28)

6.3.3 - As constatações ensejadas pelas entrevistas realizadas

Apresentamos a seguir os resultados das entrevistas feitas junto a 20 agricultores familiares na região de Salto, no Uruguai, todos produtores do setor de horticultura sob estufa. As entrevistas foram realizadas entre os dias 16 e 24 de julho de 1996; seu objetivo foi o de identificar elementos que possam permitir caracterizar a mobilidade ascendente dos produtores mencionados entre os anos 1990 e 1994.

Nossa opção foi por um tipo de entrevista semi-fechada, com uma pauta de orientação que se dividiu em dois blocos. O Bloco A, relativo ao Processo de Transformação no Tempo (antes e depois da aplicação do novo pacote tecnológico) se compunha da seguinte forma: se perguntou a respeito da situação inicial na produção (quanto capital tinha o agricultor no início), os fatores que acredita vieram a influir no crescimento (*quais* foram e *como* atuaram), a composição da família, os papéis de cada membro e sua incorporação ao funcionamento do trabalho, as expectativas quanto ao futuro (pessoal, dos filhos e da unidade produtiva) e a sua conduta associativa: as origens da organização associativa e produtiva, sua participação política e sua participação na comunidade local. E no Bloco B se perguntou a respeito de temas ligados à Autopercepção do Produtor, centrando-se nas relações familiares (peso e poder de cada membro no interior da família), as relações produtivas (no setor), as relações sociais (incluindo a valorização de seu trabalho) e a importância do setor no desenvolvimento da região e do país. Teve-se também em consideração as seguintes questões: créditos; capacitação

individual; conhecimento técnico-agronômico; comercialização; força de trabalho; investimentos; especialização de itens produtivos; gestão; registro e gerenciamento (o aspecto administrativo da unidade produtiva) e a maneira pela qual são tomadas as decisões na unidade produtiva.

Assim, respeitou-se na forma de análise das respostas basicamente essa mesma ordem de apresentação dos blocos de questões. Cabe assinalar que se inseriu nessa análise sete entrevistas feitas pela *Unidad de Estudios Regionales* da *Facultad de Ciencias Sociales* da *Universidad de la República*, as quais foram selecionadas de um total de 20, por conterem informações compatíveis com as nossas 20 entrevistas, o que por outro lado revelou-se útil porque acrescenta mais unidades de análise ao levantamento efetuado.

Apresentamos abaixo, em conclusão, os principais resultados obtidos, tendo privilegiado dois aspectos: a) o do processo de transformação ao longo do tempo, e b) o da auto-percepção dos produtores. Estão expressos em nove proposições sobre o processo de transformação no tempo e seis proposições sobre a autopercepção, que enumeramos e expomos a seguir.

A) O Processo de Transformação no Tempo

a₁ ● Em relação à situação inicial na produção sob estufa, percebeu-se que os produtores já trabalhavam na horticultura, só que num outro tipo de produção protegida. Assim, ao passar para o novo pacote tecnológico, a maioria já tinha as ferramentas mínimas para se defrontar com essa modalidade de produção; muito deles (90%) adaptaram as ferramentas que já tinham para as exigências da produção sob estufa.

a₂ ● Todos os produtores são proprietários de suas unidades produtivas, mas quase em partes iguais se dividem entre os que precisaram de crédito bancário para iniciar sua produção sob estufa e aqueles que, a partir de poupança familiar, produto de colheitas anteriores ou anos de sucesso produtivo-comercial, obtiveram o capital financeiro necessário para dar início a essa nova forma de produção hortícola.

a₃ ● Os motivos que levaram a se iniciarem nessa forma de produção foram basicamente três: *a)* fazer o que o vizinho e “tudo mundo” estava fazendo; *b)* fazer o que o vizinho fazia mas antes experimentando em seu estabelecimento e, como deu bom resultado, continuou; e *c)* experimentou o novo pacote tecnológico porque procurava melhorar a produção e obter bons resultados econômicos e produtivos que permitissem produzir mais e melhor.

a₄ ● Pudemos identificar dois “momentos” no tempo do crescimento da superfície das culturas sob estufa. O primeiro momento foi de 1988 até 1992; foi quando o pacote se socializou entre os produtores, graças, por um lado, à atuação do *Movimiento de Horticultores de Salto* e sua equipe técnica e, por outro lado, à alta rentabilidade obtida pela produção de produtos hortícolas sob estufa no mercado nacional, já que os produtores desta região foram os primeiros a produzi-los em grande escala. Um segundo momento, que começou a partir de aproximadamente 1992 e chega até o presente, logo depois daquele primeiro momento, promoveu uma relocação dos recursos produtivos e os produtores com áreas acima dos 1.500 m² até aproximadamente 10.000 m² passaram a situar numa posição ascendente na estrutura da produção regional. Esses produtores tiveram na esfera comercial as principais motivações

para continuar crescendo. Em outras outas palavras, desde então, claramente, é o mercado que começou a orientar a produção em termos de *quanto*, *o que*, *como* e *onde* produzir.

a₅ ● Nota-se que cada grupo de produtores apresenta uma visão própria do futuro, mas o fator comum entre eles é a questão da comercialização da produção hortícola: percebe-se que as expectativas que têm com referência ao setor não são homogêneas ou num só sentido; ou seja, existem tanto visões positivas como negativas, com certa tendência para essas últimas, porém não associada estritamente à situação sócio-produtiva de cada agricultor. Tanto empresários com não-empresários demonstraram que podem pensar positiva ou negativamente; no entanto, a expectativa quanto ao futuro se encontra associada ao fator comercial e ao comportamento dos preços no mercado.

a₆ ● O mercado nacional é importante para todos os produtores e todos canalizam sua comercialização basicamente para Montevideo; abrem-se expectativas sobre a comercialização no recentemente aberto Mercado Regional de Salto e agora também tem importância a comercialização intra-regional proporcionada pelo Mercosul, o que significa que, num raio de até 800 quilômetros, os produtores hortícolas podem comercializar seus produtos e, além disso, historicamente Salto foi o porto de saída dos produtos intra-regionais para o Oceano Atlântico através do rio Uruguai, o que na atualidade adquire uma nova importância para este setor produtivo. Os grandes produtores, em especial, visualizam estrategicamente essa saída comercial da produção e procuram hegemonizar o setor através do discurso e da ação; caminha também nesse sentido a principal organização de produtores hortícolas, o *Movimiento de Horticultores de Salto*, que abre as portas à exportação para os pequenos produtores, mas se nutre basicamente das mercadorias de produtores médios e grandes; assim, a exportação é uma saída para manter as

taxas de lucro do capital investido pelo grandes produtores e uma oportunidade de sobrevivência para os pequenos e médios, pelo que se observa que a produção hortícola local começa a fazer parte do circuito hortícola intra-regional do Mercosul.

a₇ ● O novo pacote tecnológico introduziu mudanças no relacionamento entre os produtores hortícolas. Observa-se que entre os produtores pequenos o relacionamento se inclina mais para se dar com o vizinho e é de caráter mais individual do que na esfera produtivo-comercial. Já entre os produtores médios (e especialmente os médios-grandes) e os grandes existe também esse relacionamento entre vizinhos, mas se observa uma maior tendência ao trabalho coletivo organizado com ênfase na esfera comercial e inclusive na produtiva, como saída viável para a obtenção de maiores lucros individuais.

a₈ ● Os empresários familiares fazem uma distribuição mais racional e gerenciada das atividades no estabelecimento, enquanto que entre os agricultores familiares não-empresários a distribuição do trabalho responde às necessidades de força de trabalho do momento na unidade produtiva. É necessário assinalar que a forma de produção gera uma divisão social do trabalho orientada para o lucro no caso dos empresários e no caso dos agricultores familiares não-empresários orientada à sua própria reprodução social no setor.

a₉ ● Observa-se dois processos em relação à questão de gênero. Um deles é que a mulher vem participando ativamente da vida produtiva do estabelecimento, apoiando o marido na tomada de decisões, assumindo tarefas na parte administrativa e trabalhando na terra em certos períodos do ciclo produtivo, como na colheita. O segundo processo, que se observa é que a partir da instalação do novo pacote tecnológico, que muda a forma de produção, a mulher continua

participando ativamente mas assumindo agora seu papel num determinado setor ou fase do ciclo de produção. Ela continua desempenhando um duplo papel na vida do estabelecimento, pois é a dona de casa que cumpre as atividades domésticas com que o homem pouca ou quase nenhuma relação tem. Assim, a mulher do produtor hortícola continua com a antiga ocupação de dona-de-casa e assumiu a nova “profissão” de trabalhadora da produção sob estufa.

B) A Auto-percepção do Produtor

b₁ ● A estrutura e a composição familiar na produção hortícola, e especialmente naquela da cultura sob estufa, tem um peso de importância na continuidade da produção; todavia, deve-se ressaltar que esse peso não é o mesmo, nem é igual, para todos os produtores, pois para os pequenos produtores seu peso pode significar a continuação no processo ou dela ser marginalizado, posto que num primeiro momento a mão-de-obra de que dispõe é a da própria família, que normalmente não é muito grande, mas composta por um número entre 4 e 6 integrantes e se mostrou importante que tenha em seu interior integrantes homens, porque são eles os tidos como “legítimos” continuadores da atividade da família, o que é válido também para qualquer tipo de produtor. Para os produtores médios, além disso, verificou-se que o peso da estrutura e da composição familiar é também indicado pela rentabilidade obtida e a forma de organização administrativa e do trabalho. No cenário atual, a continuidade é viável com a consolidação e crescimento econômico-produtivo do estabelecimento, tendo em vista sua realização como empresa; contudo, um cenário contrário pode indicar um futuro difuso ou indefinido para os filhos e para a própria produção do estabelecimento de cultura sob estufa. Por último, no caso dos produtores grandes, estão convictos de que o cenário está montado e esperam

que os filhos continuem e levem a cabo o processo de transição na consolidação e definição do estabelecimento como firma. Para isso, os filhos já tem atividades específicas no estabelecimento; a maioria deles tem mais anos de estudo formal que os pais e alguns prosseguirão, ingressando nos estudos universitários, para serem a futura mão-de-obra técnica da firma e gerenciar empresarialmente a produção sob estufa.

b₂ ● A nova forma de produção intensiva na horticultura também trouxe mudanças nas condutas de inter-relacionamento dos produtores; quer dizer, aquela visão do produtor localizado perto do estabelecimento como um vizinho começa a mudar, passando o agricultor a ter dele a visão até de um concorrente; observa-se isso entre os produtores médios e grandes, aqueles com um perfil de empresário familiar, o que porém não quer dizer que tenham perdido a valorização do outro produtor, localizado próximo a eles, como um vizinho, de alguma forma; todavia, entre os produtores pequenos, a visão predominante é a do produtor-vizinho.

b₃ ● Existiriam mecanismos formais e informais da transferência do conhecimento tecnológico; quando falamos em mecanismos formais queremos fazer referência por exemplo aos institutos criadores de componentes de conhecimento agrônomo e seus mecanismos de extensão junto aos produtores; outro mecanismo formal seria representado pelo técnico que proporciona assistência profissional aos produtores e em seu assessoramento aconselha e indica as novidades técnicas que teriam condições de incorporar com proveito. Os mecanismos informais seriam representados por exemplo pelo vendedor da loja de produtos agropecuários, o vizinho ou o parente que tem assistência do engenheiro agrônomo e até os contactos e as consultas com os próprios vizinhos quanto aos problemas sanitários, de fertilização, etc. e às soluções aplicadas. Em poucas palavras, os produtores criam redes sociais de comunicação e

de transferência das inovações técnicas na horticultura, que se somam aos próprios mecanismos de extensão gerados pelos institutos e os técnicos.

b₄ ● Observa-se entre os pequenos produtores que são capazes de perceber uma aceitação positiva pelos “outros” integrantes da sociedade que não trabalham na horticultura, mas não um reconhecimento econômico da sua atividade; eles próprios se visualizam de forma isolada frente ao “mundo” e como compondo uma sociedade de escala mais “micro”, como um grupo à parte ou peculiar. Entre os produtores médios e grandes, observa-se que percebem que a horticultura nos últimos anos gerou nos moradores da cidade uma imagem de sucesso econômico e alta rentabilidade, uma imagem que eles afirmam que não é real, pois estão cientes do capital que gerenciam e da imagem que geram na opinião coletiva do habitante urbano de que a produção sob estufa é igual ao êxito econômico, imagem que dizem ser falsa. Em poucas palavras, os produtores rurais sabem da importância econômica que têm na geração de empregos na área rural e do capital que circula por intermédio da produção hortícola intensiva, mas não acham que tenham apoio por parte da sociedade, o que se expressa através da carência de políticas específica para o setor e, por outro lado, cremos nós, através da expressão simbólica do preço da mercadoria que a população paga, a qual é rejeitada se tem um preço considerado alto; isto é interpretado pelo produtor como uma rejeição de seu trabalho.

b₅ ● Na questão da comercialização, os pequenos produtores encontram-se vinculados à figura do intermediário, o qual se encarrega do transporte e venda da mercadoria no mercado hortícola, centralizado na cidade de Montevideo; vender para o intermediário impede a diminuição dos custos internos da transação comercial e a captação de maiores lucros para o produtor. Por outro lado, o pequeno produtor transfere recursos econômicos a baixo custo (à

medida em que sua mercadoria contem mão-de-obra familiar) ao capital agro-industrial através dessa forma de venda e, por último, por ser um produtor que não obtém grandes volumes de produção na cultura sob estufa, se encontra numa posição de difícil barganha frente àquele agente que irá vender sua mercadoria na procura de melhores preços. Entre os produtores médios se observa basicamente duas situações: a) a comercialização através de um intermediário; e b) o agrupamento de produtores vizinhos para comercializar. Na primeira situação, a forma de comercializar a produção é muito semelhante à forma dos pequenos produtores; a principal diferença encontra-se nos volumes de produção, os quais são superiores em comparação aos dos pequenos. Essa situação permite a esse tipo de produtor médio-baixo defender-se melhor frente às oscilações dos preços no mercado e frente à porcentagem cobrada pelo intermediário pelo serviço que presta ao produtor. Na segunda situação, os produtores, através da construção de uma rede de comercialização integrada por produtores vizinhos, vem obtendo uma maior eficiência produtiva, não na terra mas no sistema comercial, pois aumentaram sua eficiência e participação no lucro, do qual não participavam pela via do sistema tradicional. Houve uma diminuição do custo de transação ao se eliminar o intermediário, através da venda direta ao atacadista, à agroindústria e às grandes cadeias de supermercados e hipermercados e, por fim, com o pagamento à vista da mercadoria entregue por ocasião da comercialização, o que para o produtor médio é muito importante, para poder enfrentar as obrigações de crédito bancário e do endividamento junto às casas comerciais. Por fim, os produtores grandes fecham todo o circuito comercial, pois produzem, empacotam, transportam e vendem no mercado, sendo tudo isso gerenciado pelo trabalho familiar do produtor. Esses produtores encontram-se num processo de reprodução ampliada do capital investido, no qual a mão-de-obra familiar cumpre o papel de gerenciamento e de atividades

específicas no processo de trabalho, contratando mão-de-obra assalariada permanente e temporária para o resto das atividades no estabelecimento.

b₆ ● Quanto à questão do gerenciamento e da administração dos fatores produtivos do estabelecimento, no setor de produtores médios é difícil observar uma atitude ou conduta homogênea em relação ao gerenciamento dos fatores produtivos do estabelecimento em função do tamanho de superfície de produção sob estufa; poder-se-ia pensar nesses produtores como estando em processo de transição para a condição de empresários familiares ou, em sentido contrário, rumo ao abandono (economicamente desastroso) dessa atividade econômica. Aqueles que se encontram num processo de capitalização e de reprodução ampliada do capital investido, e assim já começando a contratar mais mão-de-obra assalariada (num primeiro momento no tempo), visam a começar a integrar elementos culturais empresariais, tais como a valorização da informação econômica e produtiva fornecida, através do gerenciamento da unidade produtiva. Entre os pequenos produtores observou-se que as formas de gestão e administração da unidade produtiva existentes são incompatíveis com a nova forma de produção sob estufa; observou-se que esses produtores não se articulam com o modelo produtivo intensivo no aspecto de gerenciamento dos fatores produtivos, conservando elementos tradicionais do antigo modelo de produção —situação que gera elementos culturais contraditórios, já que são produtores que integram os elementos de produção sob estufa mas cujos elementos de gerenciamento desses fatores (os quais também fazem parte do pacote) não são valorizados para decidir sobre a produção, tomando-se a decisão de trabalhar nesses cultivos mais pela acumulação de conhecimento transferido por gerações anteriores. Por último, constatou-se que os produtores grandes valorizam o controle e o registro da informação econômica e produtiva, quanto aos

rendimentos por m² e ao lucro obtido pelo capital investido; o que talvez ainda não tenham aperfeiçoado é a forma dos registros, já que são feitos de forma caseira ou artesanal, num caderno de controle ou guardando os cupons fiscais das operações comerciais de venda de produtos hortifrutícolas; mas é valorizado o controle, o registro e a informação que fornecem para saber o que, quanto e como produzir no próximo ano. Para esses empresários familiares, essa informação cumpre o papel de apoiar a tomada de decisão do que fazer na produção sob estufa; os cultivos não são mais feitos de forma tradicional, pelo que é importante o saber acumulado nos cultivos anteriores, mas os fatores de rentabilidade e produtividade das culturas são agora os que decidem para o produtor quanto à produção futura. Essa informação é coletada através de sua atitude e conduta permanente de manter registros e controles de produção e do comportamentos dos preços durante o ano produtivo no mercado hortifrutícola; em função disso, claramente, não só produz mas também gerencia essa produção e integra elementos culturais-produtivos novos em seu cotidiano, visando dar forma a um novo ator no cenário agrário regional.

6.3.4 - *As peculiaridades do produtor familiar capitalizado*

Devemos enfatizar que esse novo estilo de agricultura familiar se originou no interior mesmo da agricultura familiar das décadas anteriores e que seus participantes, enfrentando processos particulares de concentração e exclusão, conseguiram superá-los, continuando em sua condição de agricultores familiares e demonstrando que podem ser importantes agentes nos processos de modernização agrária, atingindo ao mesmo tempo uma alta eficiência social no uso dos recursos de que dispõem.

Este processo de gestação de um novo tipo de produtor familiar está fortemente associado a uma mudança na concepção da “ruralidade”, que hoje é radicalmente diferente do contexto que apresentava o produtor há algumas décadas atrás. O mundo rural se urbanizou, tanto pelo encurtamento das distâncias devido ao desenvolvimento de vias de comunicação como devido à chegada dos serviços urbanos e, fundamentalmente, porque a população rural internalizou os padrões simbólicos do meio urbano, tanto os referentes ao consumo como os referentes às aspirações sociais (GÓMEZ, 1991; KMAID e RIELLA, 1991.b; MÜLLER, 1990.b). A esse respeito, citemos o que nos diz Müller:

“O atual mecanismo de incorporação, ao reproduzir o processo de trocas, abre caminhos à passagem da fazenda para a empresa, como maneira de apropriação do trabalho social, negando o caráter rural, de campo, e transformando o rural em urbano” (MÜLLER, 1980: 17).

José Graziano da Silva acrescenta:

“Em outras palavras, o processo de desenvolvimento capitalista transforma a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a ‘fabricar’ essas condições quando elas estão ausentes. Aqui, as inovações biológicas aparecem como fundamentais, no sentido de que são elas que potencializam as inovações químicas, físicas e mecânicas no setor agrícola, pois representam a própria reprodução da Natureza pelo capital à imagem e semelhança, isto é, submetida aos interesses do processo capitalista de produção” (GRAZIANO DA SILVA 1980: 3).

Esse novo agente emergente na agricultura uruguaia será caracterizado em princípio como um produtor familiar capitalizado; pensamos que esse agente potencialmente poderá atuar nas condições que indicam o novo padrão de acumulação.

O termo “produtor familiar capitalizado” é utilizado para assinalar a nova forma de gestão da agricultura familiar sob essas circunstâncias; é certo que se encontra associado às relações sociais de produção, mas se propõe aqui uma leitura diferente. O produtor familiar capitalizado, em nosso entender, é um indivíduo que administra, gerencia e toma decisões para

maximizar a rentabilidade dos recursos produtivos que possui. Por isso, a categoria é utilizada para identificar quem possui, entre seus recursos, trabalho assalariado e força de trabalho composta principal ou unicamente familiar. O que a categoria indica é só uma forma de gestão. Certamente, até hoje, na bibliografia sobre a temática, a capacidade de capitalização foi utilizada só para os produtores capitalistas. O que interessa assinalar é que, para maximizar o rendimento ou o lucro, conforme sejam capitalistas ou produtores familiares capitalizados, utilizam de acordo com seus recursos uma gestão empresarial na realização de sua atividade produtiva.

O produtor familiar capitalizado tende a organizar de forma diferente suas relações com o mundo comercial e social. As margens de lucro de seu estabelecimento não dependem já só de sua família e das circunstâncias climáticas; dependem da produtividade social expressa na eficiência de suas compras produtivas, sua interação com as flutuações e determinações da indústria, o comércio e as finanças. A forma pela qual cada agricultor familiar utiliza estes fatores será o determinante central para explicar seus êxitos econômicos. Ademais, um agricultor que fez uma boa utilização desses fatores poderá obter maiores lucros que outro agricultor familiar que, com maiores recursos, não utilize apropriadamente esses fatores. Esta conceituação se insere no que alguns autores (MÜLLER, 1990.c; MARTINE, 1991) chamam de “agricultor familiar moderno”, que se originou no Brasil, ligado principalmente aos processos de agroindustrialização.

Em resumo, as transformações agrárias das duas últimas décadas também implicaram na emergência de uma nova camada social de produtores familiares capitalizados, que atuam como agentes importantes em vários itens da produção.

Esta observação nos leva a propor a necessidade de se impulsionar políticas para a modernização da agricultura familiar, não com a intenção de manter todos os produtores sem distinção. O que se pretende é conseguir manter o maior potencial humano possível que esses agricultores representam, no espaço social em que conseguem ser mais úteis, ou seja, *trabalhando a terra*. Isso não significa mudar as regras do jogo do modelo de acumulação, já que essas regras se encontram num momento de expansão e dificilmente poderiam ser modificadas substancialmente nos próximos anos, mas sim assinalar que a pequena produção foi e ainda é socialmente eficiente. Talvez o mais importante desta colocação seja começar a retirar a idéia de “tradicionalista” que se associou ao agricultor familiar e começar a dar ênfase à apreensão de novos elementos que esses produtores incorporam à sua forma de agir para enfrentar as novas condições econômicas.

Outro elemento a ter em conta, como já foi indicado, é que a sensibilização pela conservação do meio ambiente produziu uma mudança relevante nos padrões de consumo alimentar, o que produz um aumento na procura de frutas e hortaliças frescas, permitindo uma revitalização da produção de itens especificamente vinculados à agricultura familiar. A agricultura familiar, por outra parte, está destinada a ter um papel relevante num modelo de desenvolvimento sustentável. Este, por sua vez, seguramente reforça as tendências para o surgimento desse novo tipo de agricultor.

PARTE C)

PERSPECTIVA DE INTERPRETAÇÃO TEÓRICO- CONCEITUAL DO APARECIMENTO, DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO ATUAL DO AGRICULTOR FAMILIAR DE SALTO

A seguinte parte compõe-se de três capítulos e seu objetivo é a interpretação teórico-conceitual do aparecimento, do desenvolvimento e da situação presente do agricultor familiar saltense, produtor de cultivos sob estufa. O **capítulo 7** (o primeiro deles), visa descrever e caracterizar a inserção no mercado hortícola nacional sob o análise de processo histórico do fenômeno, do agricultor familiar saltense. No **capítulo 8** busca-se analisar o processo inovativo tecnológico, caracterizá-lo e definir o papel do produtor familiar. Por último, no **capítulo 9** procuramos analisar as mudanças no agricultor familiar, o tipo de agricultor que opera sob a nova tecnologia produtiva adotada, como não só é um agricultor, mas é também um produtor, e como está integrado à sociedade de uma economia e de uma cultura globalizada, interrelacionando na análise as condicionantes que impulsionam no sentido de mudanças no padrão tecnológico da agricultura (iniciando processos centrais de capitalização) e as condicionantes que partem do desenvolvimento social e histórico-cultural desse agricultor

familiar que possibilitam que ocupe certa faixa de produtores familiares capitalizados, representando o capital social do capital físico.

CAPÍTULO 7

A INSERÇÃO NO MERCADO: DEPENDÊNCIA PASSIVA OU INTEGRAÇÃO DINÂMICA?

7.1.- A Produção Familiar no Uruguai desde o século XIX

1. O Comércio de Passagem no Uruguai do Século XIX

Desde o fim da dominação espanhola na região da Bacia do Prata (antigo *Vicerreinato del Río de la Plata*), os novos países independentes passaram a desenvolver um intenso comércio entre si e com a Europa; os únicos portos que apresentavam condições para essa atividade, pela sua profundidade e localização, eram os de Montevideu e de Buenos Aires. Esses portos disputavam a supremacia na captação de barcos de além-mar, pois os lucros obtidos pela cobrança de taxas alfandegárias se somavam à intensa atividade de traslado dos produtos em direção aos pontos do interior da Bacia da Prata; esta também incluía o Rio Grande do Sul, que não possuía porto oceânico que permitesse a saída ou a entrada de mercadorias; assim, os portos de Montevideu e de Buenos Aires apresentavam a característica de serem portos de passagem de mercadorias.

No estabelecimento desse processo de comércio de passagem de mercadorias em direção ao norte da Bacia do Rio da Prata, o Rio Uruguai veio a apresentar um papel fundamental ao fornecer uma magnífica via de transporte rápido e barato e, por outro lado, ao unir as três subregiões envolvidas: o interior da Argentina, o Rio Grande do Sul e o interior do

Uruguai (principalmente a região do litoral). Mas as mercadorias não circulavam

só no sentido ascendente do Rio Uruguai, pois a mesma malha de transporte que permitia a entrada de mercadorias européias também possibilitava a saída das mercadorias da região para serem exportadas pelos portos de Montevideu ou de Buenos Aires.

Esse comércio de passagem, de particular dinâmica, tinha nos portos oceânicos sua principal chave, pelo que as duas nações que possuíam os portos disputaram durante o século XIX as regalias que deles se geravam, reinstalando a chamada “luta de portos” que protagonizaram durante a época da Colônia Espanhola (Moraes, I: 1990).

Nesse contexto comercial mercantil do século XIX não escapou aos governantes da época a estratégica localização do Departamento de Salto, pelo que, entre 1829 e 1832, um decreto do governo criou a *Receptoría de Aduanas en Salto*; isso refletia a privilegiada localização geográfica que possuía Salto para o comércio. Até Salto podiam chegar barcos de transporte de grande volume de mercadorias, que depois continuavam por via terrestre, já que um pouco mais rio acima se encontravam as cachoeiras do Rio Uruguai. O transporte

pelo rio era muito mais barato e rápido na época, pelo que localizar uma *Receptoría* em Salto era uma questão estratégica no contexto da “luta de portos” com a cidade porto de Buenos Aires.

Em 1831 começava a funcionar a *Receptoría* saltenha, revitalizando a vida sócio-econômica e cultural daquele ponto geográfico da República, desde sua fundação e durante as próximas décadas, face à influência do comércio de passagem. Então, em meados do século XIX, o porto de Salto era o mais importante do setor oeste do Rio Uruguai e o segundo da região, depois de Montevideu, o que assinala a importância estratégica no desenvolvimento do país do porto de Salto. Por um lado, indica um intenso intercâmbio comercial, cultural e de pessoas com o resto do mundo é nesta época um dos principais pontos de chegada de imigrantes europeus à região, que traziam com eles novas formas de fazer a agricultura; por outro lado, indica o crescimento e desenvolvimento de Salto como cidade cosmopolita: se poderia dizer que é a época “dourada” da região, que veio a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento capitalista comercial da Bacia do Prata.

Assim sendo, a região veio a cumprir o papel de fornecer de matérias-primas e alimentos para as regiões industrializadas da Europa, principalmente, entre elas a Inglaterra, país hegemônico do capitalismo industrial do século XIX, regiões que cresciam em população urbana e em operários. A partir disso diz Hobsbawn:

“ O que uma parte crescente da agricultura tinha em comum por todo o mundo era a sujeição à economia industrial mundial. Suas demandas multiplicavam o mercado comercial para produtos agrícolas –a maior parte alimentos e matérias-primas para a indústria têxtil, assim como alguns produtos industriais de menor importância– tanto internamente, graças ao rápido crescimento das cidades, como internacionalmente. Sua tecnologia tornava

possível trazer das regiões outrora inacessíveis de forma efetiva para a esfera do mercado mundial, por meio da ferrovia ou do vapor”. (Hobsbawn 1996: 244)

Então, ao porto de Salto se dirigiam as mercadorias originárias da região das Missões do Alto Uruguai, do litoral argentino, do Rio Grande do Sul e de boa parte da região noroeste do Uruguai.

O porto de Salto se transformou num porto terminal das mercadorias que entravam por Montevideo e por ele saíam; simultaneamente à situação de porto terminal era ponto de convergência de meios de transporte que ligavam a todas as partes da região. Sobre isso Ines Moraes afirma:

“ Asi, un pasajero podía en Salto embarcarse con destino a...”Buenos Aires, Montevideo, Palmira, Mercedes, Fray Bentos, Concepción del Uruguay, Paysandú, Villa Colón, Guaviyú y Concordia”. Podía también tomar una diligencia que lo llevará a Uruguayana tres veces por mes pasando por Santa Rosa u otra que lo llevaría a San Eugenio”. (Moraes 1990: 24)

É preciso assinalar que até 1853 a *Receptoría de Salto* foi o último posto aduaneiro em direção ao norte que o Uruguai possuía.

1.1- O Comércio com o Rio Grande do Sul

As relações comerciais com o Brasil devem ser consideradas desde a época da *Provincia Cisplatina*, as quais foram intensas e originaram não só relações comerciais, mas também relações políticas. Essas terminaram com o fim da dominação do Império do Brasil, mas as relações comerciais continuaram; por outro lado, intensificou-se a perseverante penetração brasileira através ao território pela compra de terras e também pelo assentamento de poderosos fazendeiros brasileiros na região fronteira. Esses fazendeiros vendiam, no início, o gado em pé para a indústria de carne em salmoura no Uruguai, ou vendiam os couros em Montevideu para serem reexportados. Por outro lado, os fazendeiros uruguaios localizados na fronteira obtinham mercadorias do Rio Grande do Sul, como erva mate, cana branca, tabaco e outras, de origem brasileira.

Em torno de meados do século XIX, os vínculos comerciais são maiores e mais fortes, o Brasil é o principal comprador do Uruguai, principalmente de farinhas, e é o principal vendedor de ervas, café, tabaco açúcar, etc, a maioria das mercadorias tendo origem no Rio Grande do Sul. Esse forte intercâmbio é explicado por um Governador do Rio Grande do Sul à Câmara Legislativa no começo do século XX:

“En toda la costa oceánica que se extiende desde el Cabo de Santa Marta, en el Estado de Santa Catalina, hasta la ensenada de Castillos, en la República Oriental del Uruguay, es la barra del Rio Grande del Sur la única entrada que se ofrece a la navegación. Hasta 1885 solo era navegable para

embarcaciones de dos metros y medio de calado. De ahí

en adelante sus condiciones mejoraron gracias a la acción de fuerzas naturales que ahondaron hasta la profundidad media de cinco metros en la dirección sur. No obstante, subsisten los inconvenientes para una navegación franca y de largo curso. Los elevados fletes, las exageradas tasas de seguros, remolques y servicios de prácticas gravan enormemente el comercio y restringen los transportes. He ahí por qué nuestro comercio, exceptuando el del litoral, hizo de Montevideo su entreposto, convirtiéndonos en tributarios de la vecina República, cuyas vías férreas se dirigen a nuestra frontera como otros tantos tentáculos destinados a absorber la savia económica de Rio Grande del Sur”. (Moraes 1990: 25)

Nessa época, o Estado vizinho não tinha outra alternativa que o porto de Montevideú como porto de saída de suas riquezas e, por outro lado, o porto de Montevideú se convertía no porto de entrada de mercadorias com destino ao Rio Grande do Sul –e não só de mercadorias européias senão também de mercadorias brasileiras, como os alcoóis de Pernambuco ou Bahía, já que desembarcavam no porto de Montevideu para depois dirigir-se ao Rio Grande do Sul.

O volume do comércio com o Rio Grande do Sul era importante e o lucro obtido pelos intermediários também o era; uma vez feitos os controles necessários das mercadorias, essas eram embarcadas para o porto de Salto, viagem que era realizada por via fluvial até o surgimento da ferrovia. Depois continuava por via terrestre até a fronteira com o Brasil, prosseguindo pelo rio Uruguai até Uruguaiana e finalmente até a capital do Estado.

Dessa forma, o porto de Salto desempenhava um importante papel nesse comércio de passagem e também como controle do contrabando; esta situação permitia a obtenção de importantes lucros e desenvolvimento econômico e social na zona.

Todavia, não se deve esquecer da concorrência argentina. Em 1860 o porto vizinho de Concordia foi declarado livre, com o objetivo de transformar este porto em porto terminal do Rio Uruguai, o que prejudicava o porto de Salto, já que com essa medida as

mercadorias ingressavam pelo porto argentino e eram reembarcadas em outro porto argentino para continuar a viagem ao Rio Grande do Sul. O governo da época, do Presidente Bernardo Berro, decidiu declarar *depósitos libres* os povoados de *Santa Rosa* e *San Eugenio*, para assim enfrentar a concorrência argentina, medida que consolidou o porto de Salto em relação ao porto de Concordia. Desta maneira, a entrada e saída de mercadorias via Uruguiana para o Rio Grande do Sul passou a ser pelo porto de Salto. Isso não foi casual, pois as relações comerciais entre ambas as cidades eram antigas, devido à sua localização estratégica e privilegiada para o comércio de passagem. Uruguiana era em meados do século a cidade mais povoada do Estado e o nexo fundamental para o interior do Estado e para os rios que se comunicavam com ele, sendo o porto de Salto o principal porto fornecedor de mercadorias; essa situação foi uma forte atração para os comerciantes e profissionais saltenhos a instalar-se em Uruguiana.

Pode-se assim dizer que a época dourada do comércio de passagem em Salto pode ser localizada entre 1860 e 1880, aproximadamente, anos nos quais foi favorecido pela legislação que permitiu proteger o porto de Salto da concorrência argentina, principalmente.

A partir de 1880, começaram a se apresentar uma série de elementos que mudaram tal situação até o desaparecimento do comércio de trânsito no Uruguai no início do século XX. Em 1880 começou a se desenvolver a ferrovia nos países da Bacia do Prata e sua extensão por todo o território, com forte presença de capital de origem inglesa. Isso aconteceu num contexto de expansão industrial inglesa, análise que não é objetivo deste trabalho.¹⁶

1.2 - A Mudança do Modelo Comercial

A partir de 1869, a construção da via férrea se iniciou de forma tímida, mas a lei de promoção das ferrovias de 1884 promoveu, por meio de subsídios estatais às empresas construtoras das linhas de trem por quilometro construído, a construção de linhas férreas em todo o território nacional.

Os pesquisadores Barrán e Nahum, em seu livro *Historia Rural del Uruguay Moderno* (1968), demonstraram a relação existente entre o alto comércio de Montevideo e o trem “uruguaio” feito com capital de origem inglesa. Sua hipótese central coloca que a forma radial das linhas de trem tinham como objetivo principal a captação do comércio de passagem regional, com ponto final no porto de Montevideo. Isso beneficiaria, por um lado, as empresas de trem e, por outro, os poderosos grupos do alto comércio de Montevideo como principais intermediários, assegurando para eles o monopólio do comércio de passagem.

¹⁶ Eric J. Hobsbawm, in *A era do Capital*, na segunda parte (págs. 51 até 221) faz uma análise nesse sentido.

Porém, nem sempre a intenção se reflete na realidade; o trem se desenvolveu rapidamente por todo o território do Uruguai, principalmente procurando a fronteira, para captar as mercadorias com destino do porto de Montevideu. Entretanto, não conseguiu com esta estratégia assegurar o predomínio do porto de Montevideu em relação ao de Buenos Aires e como conseguiu modificar o sistema de comunicações e transporte estabelecido até esse momento, o sistema de transporte fluvial começou a desaparecer e, com isso, a indústria marítima e a frota nacional definharam.

Em torno de 1890 Buenos Aires consolidou sua superioridade em relação ao porto de Montevideu e, por outro lado, pelo fim do século, conseguiu transformar todo o território argentino num mercado que tinha como ponto final de entrada e saída seu porto. Dessa maneira, conseguia que os interesses do porto fossem os interesses da nação. Posteriormente inaugurou seu novo porto, o que consolidou ainda mais essa situação.

A esta situação se somou o rápido e extenso crescimento do trem no território argentino, que também procurava captar o transporte de mercadorias para leva-las ao porto de Buenos Aires. A construção de vias férreas em ambos lados do Rio da Prata foi uma corrida que tinha como prêmio final os lucros do comércio de passagem. Para assegurar seu predomínio, a Argentina complementou a expansão e o crescimento do transporte por trem com uma legislação alfandegária inteligente e flexível; cabe, por último, lembrar que os diferentes tipos de câmbio favoreciam, também, a Argentina.

Salto foi o primeiro porto a sentir o impacto desta nova situação; em 1880, Concordia (do lado argentino) uniu-se a Monte Caseros (no norte de Concordia, na *Provincia de Corrientes*) por trem; dessa forma, se criou um trajeto paralelo ao existente do lado uruguaio que unia Salto e Santa Rosa, só que mais rápido.

Em 1890, o trem Midland passou a comunicar Salto com Montevideu por meio de *Paso de los Toros*, transformando Salto em local subsidiário de Montevideu, e por fim, em 1892, a linha que pos Montevideu em comunicação com Rivera retirou da influência de Salto a região riograndense e noroeste do país, com que anteriormente tinha fortes relações comerciais. Nesse sentido Barrán e Nahum comentam:

“El destino estaba sellado para la preponderancia comercial de la ciudad oriental sobre el rio Uruguay. En pocos años la modificación del sistema de transportes había concluído con su apogeo. Otras ciudades más felices lo recogerían (...).” (Barrán e Nahum 1968: 312)

Em definitivo, a época dourada do comércio de passagem do porto e da cidade de Salto começou a decair e a situação não voltaria a ser como antes foi. Por um lado, se tem a forte concorrência do lado argentino, que inaugurou o transporte ferroviário, o que facilitou e aumentou a velocidade de transporte das mercadorias e da comunicação entre os principais pontos produtivos; por outro lado, o porto de Montevideu, na disputa de posição com o porto de Buenos Aires, investiu no transporte por trem, que promoveu, para centralizar no seu porto a comercialização das mercadorias do país e das regiões de fronteira, situação que fez permanecer em Salto o poder de porto estratégico.

Nesse novo contexto econômico, a estrutura comercial e produtiva se viu fortemente afetada e o impacto significou a diminuição do crescimento e desenvolvimento econômico e social; por isso, começou a se desenvolver novas estratégias na procura de um novo papel nesse novo espaço econômico regional.

Entre 1853 e 1880, a agricultura se desenvolveu segundo pautas básicas da época do período colonial, com o surgimento do cercamento das propriedades agrícolas com arame como elemento novo. Baseada em estabelecimentos minifundiários de produção de cereais, era

um tipo de produção para o mercado pelas características de seus principais itens produtivos (trigo e milho) que deviam ser comercializados. A produção tinha como principal destino o mercado interno e se existia um excedente de produção, o destino era a exportação.

Nesse contexto, se existia pouca produção, eram abertas as fronteiras para o cereal importado e assim se defendia o consumo, e se a produção era farta, os preços caíam pelo excesso de oferta: em todas as situações a comercialização dos produtos não trazia benefícios para o produtor. A rentabilidade, assim, era quase nula, o que configurava uma economia de subsistência, na qual toda tentativa de acumulação era frustrada pelo fato de ter de se satisfazer às necessidades do consumo. A via principal de transporte dessas mercadorias eram os rios e os portos; seu principal vetor, o porto de Salto, nessa época cumpriu um destacado papel.

Entre 1880 e 1905 começaram a se apresentar novos elementos nesse cenário: a expansão do trem favoreceu a abertura de novas áreas à agricultura no centro e no litoral do país; a chegada dos imigrantes (pelos portos já mencionados) ou de seus filhos, de certa forma voltou mais a nação à produção agrícola; se iniciou a maquinização agrícola com a introdução das primeiras colhedeiras e se aumentou a proporção de arrendatários em relação aos proprietários. (Moraes 1990)

Mas, por outro lado, o trigo e o milho continuaram sendo os principais itens produtivos; a pequena propriedade não mudou na forma de produzir, a tecnologia não conseguia ainda aumentar a rentabilidade e o circuito comercial continuava “sugando” os produtores, além do que passou-se a implementar políticas protecionistas do mercado interno do trigo nacional, impulsadas desde 1895.

A partir de 1905 até aproximadamente 1930, se iniciou um ciclo de prosperidade na economia uruguaia, articulado a uma experiência política particular –o *Batllismo*–, a qual

impulsionou a agricultura por caminhos novos. É nossa intenção em seguida caracterizar de forma breve essa experiência histórica, já que marcou profundamente a história sócio-econômica-cultural da sociedade uruguaia ainda em fase de formação de sua identidade como nação e, além disso, na questão agrária, a agricultura familiar desenvolveu um papel chave nas políticas econômicas e sociais desenvolvidas pelo estado *batllista* –mas, deve ficar claro que o *Batllismo* e seu principal representante José Batlle y Ordoñez, são produto do tempo histórico em que viveram.

Utilizaremos dois autores para brevemente caracterizar essa experiência; o primeiro deles é Piñeiro, que diz:

“Generalmente se reconoce que el Estado en el Uruguay durante el período batllista ofrece un buen ejemplo de la autonomía relativa que puede lograr de los intereses económicos dominantes en el sentido que ha sido postulado por Poulantzas. Es un hecho histórico que los terratenientes, controlando la principal fuente de acumulación del país, sin embargo fueron sistemáticamente excluidos de la alianza que controlaba el Estado durante el período batllista. Batlle respetó los derechos la propiedad de la tierra y no pudo cambiar la estructura agraria; si bien impuso ‘impuestos a la tierra más altos; impuestos a la herencia o a la propiedad ausentista, legislación que aseguraba el salario mínimo, esquemas de colonización, créditos a los pequeños productores éstas (medidas) fueron fácilmente evadidas o tuvieron un impacto mínimo’ (Finch 1981: 11). La estructura agraria permaneció incambiada. Los precios crecientes de los productos exportables (básicamente carnes y lanas) durante el primer cuarto de siglo, permitieron que Batlle redistribuyera estos beneficios entre las clases urbanas, de donde provenía su apoyo político, sin realmente amenazar la acumulación de los terratenientes o de cuestionar su base de poder”. (Piñeiro 1985: 52)

Este modelo político, social, econômico e cultural desenvolvido no Uruguai gerou uma série de impactos. Piñeiro, em seguida, os expõe:

“El período batllista dio lugar a una clase media muy fuerte. Pequeños capitalistas aplican su energía al desarrollo de la manufactura ligera, del pequeño comercio, de actividades de distribución o de la construcción, mientras profesionales y empleados eran incorporados en los servicios públicos y en la administración del Estado. Pero el apoyo a Batlle iba más allá de las

clases medias: leyes que establecían la jornada laboral de las 8 horas, beneficios jubilatorios, compensaciones por accidentes de trabajo y legislación que implantaba el salario mínimo le aseguraron un amplio apoyo entre las clases trabajadoras en detrimento de los gremios o de los partidos políticos clasistas". (Piñeiro 1985: 52)

O segundo autor que iremos utilizar, Finch, nos acrescenta o seguinte:

*"...la ideología del batllismo era fundamentalmente de clase media o pequeña burguesa en carácter. Si bien ningún grupo era excluido de la alianza batllista, aquellos más representados eran los **pequeños productores**¹⁷ y la masa de empleados públicos y del sector financiero. Un sentido de equidad combinado con garantías a la propiedad, la creencia en los valores de movilidad social expresados en el crecimiento de las facilidades educacionales y de la igualdad de oportunidades, y apoyo al estado neutral que está por encima de las clases, fue característico. Las políticas batllistas trataban por lo tanto de mantener un equilibrio entre fuerzas sociales antagónicas por concesiones a cada una, mientras que consevaba y reforzaba la independencia del sistema político a través de su capacidad para mediar". (Finch 1981: 13)*

O que foi colocado por esses autores permite ter claro as principais características do modelo *batllista*, mas na questão agrária as conseqüências se resumem numa diversificação da produção agrícola, que passa a incluir os itens hortícolas, frutícolas e a vitivicultura (com base no pequeno produtor e na propriedade minifundiária) e uma forma de produção mista com base na produção leiteira, de caráter intensivo e muita rentabilidade. A isso se somou o crescimento da área cultivada, especialmente na região do setor oeste, mas permaneceu a dualidade latifúndio/minifúndio.

A partir de 1930 e nos próximos 30 anos, o Uruguai começou a princípio a receber os impactos da crise de 1929 originada nos Estados Unidos; na metade dos anos 30 se iniciou a implantação do modelo de crescimento industrial promovido pelo chamado *Neo-batllismo* (o modelo de substituição de importações) e ao final do período assinalado, a execução do plano

¹⁷ Sublinhado do autor.

de estabilização veio, como era seu fim, abrir as fronteiras aos produtos importados, com elevado impacto social.

Por volta de 1935 o meio agrário uruguaio ainda continuava recebendo os impactos da crise mundial de 1929, que afetou gravemente a agricultura nacional ao elevar o preço dos insumos e a iliquidez do mercado de capitais. Essa situação começou a mudar em inícios de 1940, graças ao crescimento industrial que o país começou a experimentar. A partir de 1946, a execução do modelo *Neo-batllista* de “crescimento para dentro” ou de substituição de importações, tinha como suporte principal das políticas econômicas e privilegiado a indústria e a agricultura. Como consequência da aplicação do modelo mencionado, entre os anos de 1946 e 1959, ocorreram importantes transformações na agricultura nacional. (Moraes 1990)

Essas mudanças se refletiram no aumento da área cultivada, na incorporação de novas regiões de produção agrícola e na expansão da produção de oleaginosos e dos cereais, itens que ao final do período se apresentavam como os principais da produção agrícola nacional.

Por outro lado, aumentou velozmente a mecanização da agricultura e as obras de infraestrutura cresceram, consolidaram-se os setores industriais relacionados à agricultura e se consolidou e ampliou uma base empresarial constituída por pequenos produtores que utilizavam em seus estabelecimentos basicamente mão-de-obra familiar. Sobre isso diz Piñeiro:

“Muchos inmigrantes europeos también terminaron como campesinos, pero su contribución parece haber sido menor que la de la población local. Asentándose en las afueras de las capitales departamentales y particularmente en las proximidades de Montevideo, fueron incorporados por las políticas del Estado batllista que dominó las primeras tres décadas de este siglo. Basándose en el trabajo familiar, sus condiciones de existencia sólo pueden ser explicadas a la luz del rol que tenían en el patrón general de acumulación como proveedores de alimentos para una creciente

fuerza de trabajo urbana. Sus condiciones de reproducción fueron tan favorables que sus números se duplicaron en el transcurso de los primeros 40 años de este siglo.

Sin embargo, también las políticas batllistas, particularmente aquellas que surgieron luego de la Depresión, dieron lugar a una clase de agricultores medios que se basaban tanto en el trabajo familiar como en el trabajo asalariado. Se los encontraba principalmente en la producción de granos, en la producción de lácteos, en la de fruta y también hasta cierto punto en la producción de lanas. Si bien el trabajo familiar constituía una base de operación de la unidad operativa, cantidades variables de trabajo asalariado viabilizaban la reproducción de la unidad contribuyendo con fuerza de trabajo en los momentos de mayor requerimiento. La característica de este tipo de unidades era la mecanización que favorecía la operación del predio dentro de los límites de la mano de obra familiar disponible.” (Piñeiro 1985: 62-63)

Ora, o aumento na produção agrícola não significava aumento nos rendimentos mas na superfície cultivada; a mecanização não se adaptou às condicionantes e características do Uruguai mas respondia às exigências dos fabricantes da maquinaria agrícola; a expansão da área semeada apresentava uma perigosa e forte associação com o aumento dos subsídios do Estado e os preços dos produtos agrícolas no mercado internacional iniciavam uma fase depressiva desde 1953, situação que as políticas cambiais não poderiam deter.

1.3 - A Crise e a Origem do Novo Modelo Social-Produtivo no Uruguai

As fraquezas do modelo se iniciariam a partir de 1955 e finalizariam em 1959, com a mudança de governo na eleições nacionais daquela época. O novo governo iniciaria um novo modelo contrário ao anterior, o *Neo-batllismo*. O novo modelo iniciado a partir de 1959 pelo governo do Partido Nacional ou *Partido Blanco*, se apoiava numa proposta de uma progressiva liberalização da economia com uma maior tendência a abrir a economia para o exterior.

A agricultura perdeu o sistema de subsídios, crédito barato, preços fixados previamente, tendo que enfrentar a queda dos preços ao nível internacional e a desvalorização do dólar. Como consequência, a agricultura extensiva ficou detida; o mesmo aconteceu com a horticultura e a fruticultura, pois os cultivos de caráter industrial encerram seu período de crescimento; o único cultivo que se mantém na tendência a longo prazo, e inclusive cresce na atualidade, é o arroz. Sobre isto diz Piñeiro:

“La década del '60 puede verse como un período de transición durante el cual el modelo batllista fue gradualmente abandonado, sin haberse aún un proyecto alternativo. Hacia el final de la década del '50 los países industriales, recuperados de la guerra, comienzan a competir nuevamente en el mercado de productos agrícolas. Imponen barreras aduaneras para proteger sus mercados, mientras los precios agrícolas decrecen en términos constantes. El proceso de industrialización sustitutiva en el Uruguay se agota y se desarrolla el proceso que es característico de la década del '60: el estancamiento de las actividades productivas. Las políticas dirigidas al sector agropecuario cambian el énfasis nuevamente hacia la producción ganadera, abandonando aquellas que alentaban la agricultura. Las exportaciones agrícolas decrecen retornando la agricultura a su rol anterior de aprovisionamiento del mercado interno. El subsector ganadero sin embargo es incapaz de crecer más allá, afectado por rigideces estructurales. La producción de carne y lana se estanca, mientras que las importaciones de bienes de capital y de materias primas para la industria manufacturera continúan creciendo. La balanza de pagos tiene déficit en varios años, incrementando por lo tanto la deuda externa. El producto bruto nacional decrece. La tasa anual de acumulativa de crecimiento del producto bruto nacional fue de 4,2 para el período 1946-1955, pero sólo de 0,6 para el período 1956-1973. (Astori, 1981)”. (Piñeiro 1985: 66)

Em meados dos anos 60 (1965) a superfície agrícola é aproximadamente de 1.600.000 hectares, o que representa apenas 9% da superfície agropecuária do país; desse dado, mais de 60% da produção é de cereais (principalmente trigo); em segundo lugar, os cultivos para indústria, como o linho, o girassol e a cana e beterraba para produção de açúcar; e em terceiro

lugar, a horticultura e a produção para forragem. A fruticultura representa apenas 2% da superfície agrícola total.¹⁸

O volume da produção agrícola experimentou níveis de crescimento entre 1940 e 1954, mas desde aquele ano os níveis de produção começaram a cair visivelmente, sobretudo a partir de 1958, ano no qual caiu vertiginosamente, ao deixarem de existir os subsídios ao trigo. Ao mesmo tempo, diminuiu a participação dos itens agrícolas nas exportações pela diminuição do volume produzido de linho, girassol e farinha.

Em poucas palavras, a agricultura deixou de ter o lugar de privilégio que tinha e começou a ocupar um lugar secundário no cenário agrícola nacional, lugar que ocupava tradicionalmente na agricultura uruguaia. Os diferentes desequilíbrios na produção e comercialização de carnes, o crescente nível da inflação a partir de 1962 e o crescimento da dívida externa faziam parte dos principais problemas da política econômica dos diferentes governos nos seguintes anos e da década de 1970, como também os impactos sociais das políticas de estabilização aplicadas frente aos problemas mencionados, ficando a problemática agrícola em segundo lugar, ou chamando a atenção dos diferentes governos de forma ocasional. (Moraes 1990)

Então, nesse período de estagnação no crescimento econômico do Uruguai, começaram a gerar-se tensões pela apropriação do excedente que já não aumentava, tensões que foram determinantes para pôr um termo à aliança entre o setor manufatureiro, as classes médias (profissionais, empregados do Estado), parte da classe trabalhadora, aliança sobre a qual se sustentava o modelo *batllista*. A ruptura dessa aliança progressivamente foi adquirindo características dramáticas, até chegar-se ao golpe militar em 1973; a ditadura militar inicia o

¹⁸ Fonte dos dados mencionados nesse parágrafo: *América en Cifras* - OEA, 1965 e *CLAEH-CINAM*,

novo modelo sócio-econômico que procurava criar as condições para restaurar a acumulação do capital, que sofreu sérias dificuldades nos anos anteriores.

Astori (1981) assinala que o período 1974-1981 se caracterizou pelo reajuste das condições internas de produção e distribuição dos lucros obtidos e pela reinserção do país no mercado mundial. O modelo neoliberal teve sucesso em seus primeiros seis anos, ao tirar o país da estagnação ocorrida na década anterior; o desenvolvimento econômico medido através do produto bruto nacional cresceu nesse período 5%, percentagem muito acima dos 0,3% do período 1961-1968 e dos 1,9% do período 1968-1973 (Macadar 1981).

Ora, esse crescimento não se apoiou na agricultura, mas na indústria, na construção e no comércio. Como já se mencionou, também ocorreram mudanças na forma de inserção do Uruguai no mercado mundial; as exportações aumentaram nesse período de US\$ 382 milhões em 1974 para US\$1.058 milhões em 1980; dessa forma, se superou a tradicional barreira dos US\$200 milhões de exportações de anos anteriores, que se apoiaram na carne e na lã.

O crescimento das exportações se sustentou nos itens não tradicionais¹⁹, que representaram 38% do total das exportações de 1974, e passaram a compor 60% delas seis anos depois. (Macadar 1981: 291). Ora, as importações também cresceram no período de 1974-1980: para 1974 o valor aproximado foi de US\$ 400 milhões e para 1980 o valor foi de US\$ 1.027 milhões, o que provocou um déficit considerável na balança comercial (Macadar 1981, 294).

O aumento das importações se gerou na diminuição das barreiras alfandegárias, na disparidade cambial entre o peso e o dólar (o valor do peso era maior que o do dólar) e da dependência na compra do petróleo (Piñeiro 1985). Nesse sentido afirma Piñeiro:

Montevideo, 1966, pág. 59.

“El déficit en la balanza comercial se incrementó por el pago de ‘royalties’ e intereses, y especialmente debido al pago de intereses y amortizaciones de la deuda externa, haciendo que la balanza de pagos fuese fuertemente negativa. Este déficit se compensó con nuevos créditos de bancos privados, del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial. La deuda externa, medida en dólares corrientes aumentó tres veces entre 1973 y 1980, llegando en este último año a un récord de dos mil millones de dólares (Macadar, 1981)”. (Piñeiro 1985: 68)

Outra das características desse período é o crescimento da importância relativa do sistema bancário e financeiro; os bancos e instituições semelhantes cresceram favorecidas pelos lucros obtidos graças à diferença entre as taxas passivas e ativas de juros. Entre os instrumentos de política econômica de tipo geral utilizados pelo governo nesse período esteve a utilização artificial do tipo de câmbio, que valorizava o peso em relação ao dólar. Desde 1978 até 1982 foi utilizada essa ferramenta administrativo-cambial, o que provocou a sobrevalorização do peso em relação ao dólar; no início a diferença era pequena, mas chegou a ser uma diferença importante em 1982, o que gerou consequências importantes na economia nacional e com especial ênfase na agricultura.

Astori (1981) indica que possivelmente se teria conseguido um dos principais objetivos do novo modelo: a taxa de retornos sobre o capital investido, que cresceu nesse período. A taxa média de retorno sobre o capital aumentou desde 5,4% em 1973 a 8,7% em 1979 (Piñeiro 1985); o retorno do capital foi favorecido pela queda dos salários medidos em termos constantes. Tomando-se os salários em 1970 como base 100, dez anos depois o valor real dos salários eram de 57% (Melgar 1981); de forma semelhante, Faroppa (1982) estimou que o aumento da taxa de retorno sobre o capital investido se deu graças ao empobrecimento dos assalariados. Nesse sentido Piñeiro acrescenta:

¹⁹ Os itens tradicionais são considerados como sendo a carne e a lã; os não tradicionais seriam todos os outros.

“Hasta 1981 el modelo económico parece haber logrado sus principales objetivos: la tasa anual de crecimiento del producto bruto fue del 5%, aumentó la exportación de productos no tradicionales, y también las inversiones extranjeras. Pero lo que es más importante la tasa de retorno sobre el capital invertido también aumentó favoreciendo la acumulación del capital, una condición necesaria en la concepción de los diseñadores del modelo, para la inversión privada y el crecimiento económico. El costo de logra estos objetivos fue el de incrementar tres veces la deuda externa, aumentando de esta manera la dependencia económica del país y un decrecimiento de los salarios reales que deprimieron el mercado interno”. (Piñeiro 1985:70)

A partir de 1982, o modelo começou a apresentar sinais de debilidade; a indústria nacional foi prejudicada seriamente pelos produtos importados ou pela queda no consumo interno devido à baixa nos salários, o que fez diminuir ou fechar quase metade da indústria nacional; as reservas internacionais do Uruguai diminuíram devido à falta de confiança nas autoridades e aos problemas financeiros na Argentina e a taxa de desemprego atingiu 17%, dado admitido oficialmente e nunca antes observado no país, sinais claros do impacto sócio-econômico dos males do modelo de política econômica e do começo do fim de seu principal executor: a ditadura militar.

Em seguida apresentamos as conseqüências desse processo sobre a agricultura nacional, especialmente na horticultura, setor tradicionalmente baseado na agricultura familiar, para dessa forma finalizar em meados da década de 1980 com o percurso sócio-histórico da agricultura familiar uruguaia e especialmente dos agricultores familiares da região de Salto, os quais sofreram diferencialmente os impactos desse modelo em relação aos produtores familiares do sul do país.

Os produtos hortícolas, juntamente com a beterraba para açúcar, compõem a produção tradicional do produtor familiar; os principais produtos são: batata, cebola, batata-doce, alho, abóbora e tomate. Esses produtos agrícolas são básicos na composição da dieta alimentar dos

trabalhadores, os quais são também afetados pelo chamado movimento de tesoura, do qual assim diz Piñeiro:

“Es en este grupo de productos que el movimiento de pinzas de precios decrecientes de los productos y precios crecientes o a lo sumo estables de los insumos se siente más fuertemente”.

(Piñeiro 1985:84)

A diminuição dos preços dos produtos mencionados era um dos objetivos do modelo neoliberal, já que formavam parte do orçamento familiar do trabalhador. Para atingir esse objetivo, o governo, a partir de 1974 e até 1978, começou uma gradual diminuição das tarifas aduaneiras relativas a esses produtos, mas cabe lembrar que anteriormente ao golpe de estado o *batllismo* tinha intervindo nesses mercados de produtos hortícolas, entre 1946 e 1974, regulando seus preços e utilizando diferentes instrumentos; o objetivo básico era proteger os consumidores e garantir aos produtores familiares, aos produtores capitalistas e aos comerciantes intermediários taxas de lucros razoáveis.

Por volta de 1974 essa política deixou de existir para a maioria dos produtos, menos para a batata-doce, a abóbora, a cebola e a batata; desde 1974 e até 1978, as tarifas de importação desses alimentos foram fixadas entre 350% e 225%, para posteriormente, de forma gradual, serem reduzidas a 100%. Ora, em 1978, junto com um pacote de medidas que procuravam a liberalização do setor agropecuário, o Poder Executivo promulgou um decreto de diminuição gradual das tarifas aduaneiras para todos os produtos hortícolas; em cinco anos se conseguiu o objetivo, atingindo-se o patamar de 35% na tarifa aduaneira em 1985.

Ora, esse processo se iniciou em 1979, quando os preços da carne aumentaram devido às medidas adotadas pelo próprio governo militar em agosto de 1978, o que exigiu medidas prontas para a política anti-inflacionária do governo. Essas medidas não estariam dirigidas –

ou afetariam— ao poderoso setor criador do gado, que apoiou o golpe militar e tradicionalmente foi um setor estratégico na geração de riquezas dentro da estrutura produtiva do país e, na esfera pública, um integrante com poder de barganha frente ao Estado.

Então, as aludidas medidas não deveriam provocar a diminuição dos preços da carne, mas afetariam os produtores familiares, os quais se apresentavam como mais “fracos” no momento da barganha frente ao Estado; assim, as medidas adotadas foram de caráter político, além de econômico, porque os produtores familiares não tinham o poder que têm os criadores de gado. Isso significou que as tarifas aduaneiras diminuíram para 35% e não só para produtos hortícolas, mas também para produtos avícolas, de carne de porco e frutas, o que nitidamente colocava aos produtores familiares uruguaios em clara desvantagem com os produtos importados. A tabela a seguir apresenta a diminuição da tarifa aduaneira em relação aos produtos hortícolas, a partir do início do golpe militar e a clara política de liberalização do mercado hortícola que implementou.

Tabela 8 - *Tarifas Aduaneiras em vigor no Uruguai entre 1974 e 1985 para seis produtos agrícolas ilustrativos.*

	%				
Itens Hortícolas	1974-1976	1977	1978	1979	1979-1981
Alho	120	90	116	35	35
Cebola	120	90	116	35	35
Abóbora	150	110	36	35	35
Batata Doce	150	110	36	35	35
Batata	120	90	116	35	35
Tomate	150	110	136	116	35

Fonte: Barbato, 1978: 82 (Piñeiro 1985: 85)

Em consequência, os produtores familiares hortícolas puderam continuar na produção depois da promulgação dessa política; a horticultura compunha um dos poucos itens

produtivos nos quais os produtores conseguiram suportar a concorrência dos produtos importados e continuar produzindo nesse mercado; Piñeiro comenta o seguinte, quanto a isso:

“Los cultivos hortícolas quedan como uno de los pocos rubros a partir de los cuales los campesinos pueden obtener una cantidad de dinero necesaria para renovar su ciclo productivo. Debe insistirse que en un retiro completo del mercado es prácticamente imposible para el campesinado uruguayo que históricamente estuvo muy ligado al mismo. Las artesanías han prácticamente desaparecido de la unidad de producción campesina (como consecuencia de una mercantilización profunda) contribuyendo a que concurriesen al mercado para suplir la mayor parte de sus necesidades. Consecuentemente tratarán por todos los medios de mantener ciertas porciones de producción comercializable, aún frente a retribuciones cada vez menores por su trabajo. (...) La producción hortícola tiene ciertas ventajas sobre otras. Requiere menos inversiones (en comparación por ejemplo con la producción comercial de aves y cerdos), el ciclo de las inversiones es corto y los campesinos pueden aún tener un mayor control sobre las condiciones de comercialización que en la mayoría de los otros productos. Algunos de los productos hortícolas puede ser vendido o consumido por la unidad doméstica. Más aún la mayor parte de los productos hortícolas preferidos por los campesinos tienen períodos de conservación largos añadiendo la flexibilidad a su uso: el boniato, las papas, el zapallo, la cebolla y el ajo. La autonomía relativamente mayor que tienen en la comercialización hortícola les permite intentar la captura de variaciones favorables de precios. Si toda la agricultura tienen un componente de riesgo, la producción hortícola, en los ojos de cada productor individual, puede ofrecer una de las probabilidades más altas de ganar”. (Piñeiro 1985:98)

Então, na década de 1980 (e inclusive também na de 1990, de políticas específicas) e a partir do golpe militar, a política do governo afetou profundamente os preços dos produtos dos agricultores familiares. As consequências afetaram com maior profundidade os produtos hortícolas, já que esses produtos se encontravam mais ligados ao mercado, e a produção hortícola foi uma das que gerou maior transferência de excedentes para os setores priorizados pela política neoliberal. Ora, essa política neoliberal não tinha como objetivo principal uma maior extração de excedente dos agricultores familiares; sua prioridade era a extração de

mais-valia relativa e absoluta dos trabalhadores assalariados. O que aconteceu com os agricultores familiares foi um efeito secundário.

Para atingir esse objetivo, o custo da reprodução dos assalariados deveria diminuir, o que significava a diminuição dos preços de certos alimentos básicos no mercado interno promovido por essa política, enquanto favorecia a diminuição dos salários. Por outro lado, essa situação veio a gerar um efeito devastador entre os agricultores familiares. A desvalorização do trabalho dos agricultores familiares levou a que começassem a integrar-se ao mercado de trabalho, o que aumentou a oferta de trabalho assalariado e, por outro lado, permitiu aumentar a extração da mais-valia absoluta dos assalariados (Piñeiro 1985).

Por último, a reprodução social dos produtores familiares nesta época ficou difícil, devido basicamente ao movimento chamado de “tesouras”, ou seja, o movimento dos preços dos produtos que caíram e, por outro lado, o custo dos meios de produção e da reprodução da força de trabalho familiar que aumentou. Então, veio-se a ter uma situação em que uma maior extração de excedente se deveu principalmente ao aumento dos custos indiretos de reprodução da força de trabalho familiar e às fortes diminuições dos preços dos produtos dirigidos ao mercado, o que poderia gerar formas de “resistência” a tal modelo de produção na agricultura. Essa resistência dependeria de vários fatores, como diz Piñeiro:

“En especial dependerá del grado en que la previa incorporación al mercado ha destruído o ha preservado las artesanías en la unidad doméstica campesina, o de la existencia de nuevas tierras, o de la existencia de un mercado de trabajo, etc. Aún más, en lugar de retraerse del mercado, los campesinos podrían buscar a través de su organización, formas de resistir aquellas medidas que incrementan la transferencia de excedentes”. (Piñeiro 1985: 100)

No caso dos produtores familiares da região de Salto, essa resistência da qual Piñeiro fala teve outro caráter, já que os produtores diminuíram, mas encontraram, por um lado,

formas organizativas e, por outro, vantagens agro-ecológicas em relação aos produtores familiares do sul (onde se concentra a maioria dos produtores familiares do Uruguai), que viabilizaram desenvolver certos pacotes tecnológicos que permitiram diminuir os tempos de produção e, num primeiro momento, “frear” a descapitalização; alguns produtores, num segundo momento, começaram mesmo a obter certa capitalização, questão que será analisada no momento da apresentação do estudo de caso.

Em resumo, cabe destacar que fazemos referência a produtores dedicados à horticultura por ser este setor produtivo aquele mais tradicionalmente vinculado à agricultura familiar. A agricultura familiar atinge aproximadamente 40.000 produtores, dos quais 9.000 dedicam-se aos cultivos de hortas e de frutas e representam aproximadamente 10% do VBP (Valor Bruto de Produção) do setor. A maioria dos produtores se localizam na região metropolitana de Montevideo e, em menor grau, no litoral oeste, na cidade de Salto. A localização perto de Montevideo tem sua origem no fornecimento de alimentos frescos para a capital do país (PIÑEIRO 1991).

Em sua origem, a agricultura familiar uruguaia se desenvolveu no contexto de um modelo que procurava a segurança no abastecimento de gêneros alimentícios, o crescimento econômico por meio do aumento da produção, a substituição das importações, a criação de empregos para setores urbanos em crescimento e uma justa distribuição do produto gerado (RAMOS 1993). Nesse quadro, a função social destinada a esse setor foi a de produzir alimentação barata para a crescente classe operária urbana. Por isso se estruturou um setor social de agricultores familiares que, com estas regras macro-econômicas, demonstrou eficiência e utilidade social.

Todavia, quando começou a mudar o modelo de acumulação, esses setores começaram a ser identificados cada vez mais como ineficientes e como tendo escassas probabilidades de adaptação aos novos padrões macro-econômicos já descritos. Inicia-se assim a ameaça de um desaparecimento radical desses produtores. O setor veio, assim, a se defrontar objetivamente com a necessidade de uma reconversão para obter uma nova inserção nos novos padrões de acumulação. É frente a esse estímulo “negativo” que um setor de agricultores familiares, que dispõe de certos recursos, consegue continuar na produção e inicia uma “reconversão estrutural”, gerando o aparecimento de um novo tipo de agricultor familiar, difícil ainda de estimar em termos quantitativos.

Devemos enfatizar que esse novo estilo de agricultura familiar se origina no interior mesmo da agricultura familiar das décadas anteriores e que, enfrentando processos particulares de concentração e exclusão, conseguiu superá-los, continuando em sua condição de agricultura familiar e demonstrando que pode se constituir em importante grupo de agentes nos processos de modernização agrária, atingindo ao mesmo tempo uma alta eficiência social no uso dos recursos de que dispõe.

Esse processo de gestação de um novo tipo de produtor familiar está fortemente associado a uma mudança na concepção da “ruralidade”, que hoje é radicalmente diferente do contexto que apresentava o produtor há algumas décadas atrás. O mundo rural se urbanizou, tanto pelo encurtamento das distâncias devido ao desenvolvimento de vias de comunicação, como devido à chegada dos serviços urbanos e, fundamentalmente, porque a população rural internalizou os padrões culturais e simbólicos do meio urbano, tanto os referentes ao consumo como os referentes às aspirações sociais (GÓMEZ 1991; KMAID e RIELLA 1991.b; MÜLLER 1990.b).

Os agentes incorporados às explorações familiares agrícolas não se apresentam como um grupo social homogêneo, ou seja, como formação social que se ligue a uma classe social em termos marxistas. A exploração familiar não é, assim, um elemento da diversidade: ela mesma contém toda uma ampla diversidade.

Num mesmo espaço e num mesmo modelo de funcionamento, as explorações se dividem em diferentes classes sociais, segundo suas condições objetivas de produção (área, nível de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc.). Toda exploração familiar se define como caso, ao mesmo tempo, de um modelo de funcionamento e de uma classe social no interior desse modelo. Sua capacidade de reprodução deve ser analisada nesses dois níveis. O enfoque tipológico —no sentido clássico do termo— constitui um elemento de análise importante da exploração familiar agrícola.

Nossa concepção da produção familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado, integração que entendemos como completa, ou seja, tanto no plano técnico-econômico como no plano sócio-cultural. É evidente que um determinado grau de integração ao mercado se correlaciona com um determinado modo de relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação social.

Neste sentido diz H. Lamarche: “Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro” (LAMARCHE 1993: 19).

CAPÍTULO 8

A ADESAO ÀS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS COMO REAFIRMAÇÃO CULTURAL PRODUTIVA E ADAPTAÇÃO À MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA

Ao longo deste século e em especial depois da Segunda Guerra Mundial notam-se significativas mudanças na agricultura e em sua relação com o restante da sociedade.

Tenderam a crescer os requisitos de insumos e bens de capital produzidos fora do setor, entre eles na indústria mecânico-metalúrgica e química; tende a crescer o papel dos serviços de comercialização, financiamento, pesquisa científica e/ou tecnológica e da transferência tecnológica; aumenta a importância da indústria como agente de demanda de alimentos e matérias primas agropecuárias; é também cada vez maior o grau de transformação dos produtos naturais antes de chegar ao consumidor final.

As agriculturas nacionais tenderam a tornar-se intensamente regulamentadas pelos estados nacionais através de suas políticas econômicas, as quais tem estado cada vez mais integradas em consequência de três processos: o primeiro conduz a uma maior relação entre as agriculturas nacionais; o segundo tende à mundialização da tecnologia agropecuária e industrial, com marcadas diferenças entre os países; e o terceiro faz com que os agentes privados situados em empresas chaves nas cadeias agro-alimentares e nos serviços de financiamento venham a ter um papel cada vez maior nos resultados alcançados na própria agricultura.

O desenvolvimento da pesquisa tecnológica na área agrônômica, teve propósitos diferentes nos chamados países desenvolvidos em relação ao que teve nos chamados subdesenvolvidos; nos primeiros se procurava o autoabastecimento alimentar (com vistas especialmente a fornecer alimentos baratos e fartos para a crescente população operária), para o que foi fundamental aumentar os índices produtivos da produção agropecuária, enquanto nos segundos se tem em mente o desenvolvimento econômico de economias atrasadas, a superação do subdesenvolvimento e da pobreza, em particular da pobreza rural, e, por último, o papel da agricultura para o desenvolvimento da economia como um todo, de sua importância para o crescimento econômico.

Nesse sentido, todo o movimento iniciado na década de 1960 de expansão do padrão moderno de agricultura, conhecido como “Revolução Verde”, tinha a concepção de que a pobreza e o atraso rural teriam condições de ser superados caso fossem incorporados fatores produtivos novos, substituindo os fatores tradicionais. (SALLES FILHO, 1993)

A hipótese implicada nessa perspectiva apresenta a séria dificuldade representada pela concepção relativa ao acesso a novos conhecimentos e ao domínio dos modos de usá-los; haveria uma base econômica lógica na situação anterior, “em razão da qual a agricultura tradicional, por empregar apenas fatores tradicionais de produção, seria incapaz de crescer, exceto a custos elevados”. (SCHULTZ, 1965: 17)

As condições naturais, então, não seriam tão relevantes: mais importantes seriam a disponibilidade de “capital material” (insumos e máquinas) e o nível educacional do pessoal agrícola mobilizado (o capital social). Em outras palavras, o autor supunha que a agricultura poderia ser uma atividade rentável como outra qualquer, bastando para isso que fossem feitos

investimentos em instituições de pesquisa e extensão, em produção dos insumos modernos e em educação no meio rural.

Não é nosso objeto, aqui, a questão da inovação tecnológica, mas cremos que é importante assinalar o que disseram alguns autores representantes de correntes de pensamento acerca do tema ao apresentarem sua visão acerca da modernização na agricultura, por exemplo, ao abordarem a dicotomia entre a agricultura tradicional e a agricultura moderna.

Para Schultz, os seguintes aspectos qualificariam a agricultura tradicional: a) o estado dos conhecimentos permaneceria constante; b) o estado das preferências e dos motivos para manter e adquirir as fontes de renda permaneceria constante; c) ambos estes estados permaneceriam constantes durante tempo suficiente para que aquelas preferências e motivos marginais cheguem a um equilíbrio em relação à produtividade marginal daquelas fontes de renda; assim sendo, nenhum aumento substancial na produção agrícola seria obtido pela redistribuição dos fatores à disposição dos agricultores. Sobre isso este autor ainda diz:

“ Segue-se portanto que a combinação de espécies plantadas, o número de vezes e a profundidade em que é feito o cultivo, a época do plantio, da irrigação e da colheita, a combinação de ferramentas manuais, valetas para levar água aos campos, animais de tração e equipamentos simples, tudo isto é feito com vistas aos custos e retornos marginais”.
(SCHULTZ, 1965: 49)

A chave do crescimento para este autor estaria no fornecimento de novos fatores lucrativos a baixos preços, baseados em novos conhecimentos incorporados em insumos e em pessoal qualificado; daí a importância, que defende, de se investir na produção de insumos, na pesquisa pública e na educação rural. A mudança técnica deve ser reconhecida aí como fator de produção, que proporciona aumentos maiores de renda (cf. SALLES FILHO, 1993).

Ao contrário de Schultz, MELLOR (1966) propõe uma separação entre a agricultura tradicional e a agricultura moderna, mas propõe a modernização através de certo número de fases e enxerga na mudança técnica o mecanismo necessário para superar a baixa capacidade da agricultura tradicional em elevar a produção e a produtividade. Tentaremos sintetizar sua proposta a seguir: Na *primeira fase*, chamada de *agricultura tradicional*, os aumentos de produção dependem basicamente do aumento simétrico do uso de fatores tradicionais, admitindo-se que algumas inovações de uma agricultura dinâmica possam ser introduzidas, conferindo pequenos incrementos de produtividade. Na *segunda fase*, denominada de *agricultura tecnologicamente dinâmica de low capital technology (LCT)*, haveria a adoção, limitada por produtor e por região, de um pequeno número de melhoramentos tecnológicos, que trariam elevados retornos, mesmo com imperfeições nos sistemas de posse e uso da terra, no crédito e nas condições de mercado. Os limites em relação à primeira fase estariam caracterizados por um fluxo permanente de inovações, facilitado pela implantação de um quadro institucional de apoio já bastante complexo. A *terceira fase*, denominada de *high capital technology (HCT)*, ou *agricultura tecnologicamente dinâmica*, distinguir-se-ia da anterior pelo fato de que naquela a dimensão do uso de capital seria ainda restrita, frugal e modesta. Assim, a principal característica desta fase seria a substituição de mão-de-obra por capital, na forma de maquinaria; seria uma fase tecnologicamente dinâmica, na qual instituições são mais desenvolvidas, criando um fluxo de inovações poupadores de mão-de-obra, entre as quais, além das máquinas, também se encontrariam as inovações biológicas voltadas para o aumento do rendimento do trabalho.

Antes de prosseguirmos, caberiam aqui alguns comentários. O primeiro deles é que prevalece a idéia de que a mudança técnica explica-se fundamentalmente pela impossibilidade

de incrementos de produção derivados de uma persistente alocação de fatores tradicionais, que impossibilitam o aumento da produtividade (SALLES FILHO, 1993). Entretanto, diferentemente de Schultz, Mellor trabalha com a idéia de recursos e não com a de fatores. Isso significa que, apesar de ambos estarem preocupados com o potencial econômico dinâmico da agricultura, que seria acionado pelo progresso técnico, Mellor não está raciocinando em termos de uma função de produção da agricultura tradicional; sua perspectiva é de um *continuum*, onde os recursos podem assumir várias combinações e assim diferentes performances econômicas.²⁰

A segunda observação refere-se à introdução de noções de evolução, de cumulatividade e de complementariedade no processo inovador agrícola. Examinemos a que se devem. Primeiramente, não haveria especificidades de fatores produtivos, por se considerar que o avanço tecnológico na agricultura pode resultar em taxas de crescimento e de lucratividade tão elevadas quanto em qualquer outro setor. Ademais, não ocorreriam situações de exclusão entre crescimento industrial e crescimento da agricultura. O desenvolvimento da agricultura é visto de forma contínua e segundo o nível de intensificação tecnológica, os limites seriam definidos pelo nível de uso de tecnologia (*low capital* e *high capital technology*). Por último, não haveria incompatibilidades de princípio entre recursos tradicionais (abundantes) e recursos modernos (escassos), mas um certo nível de concorrência, com efeitos excludentes, e sobretudo complementares e cumulativos, num processo de complexificação (nos casos em que o tipo de produção o permite) segundo incorporações sucessivas de novos *inputs*, denotando um mecanismo de concorrência entre técnicas, evolutivo, complementar e

²⁰ A ideia de um *continuum* foi particularmente bem tratada por BOSERUP (1987).

cumulativo, até porque os recursos escassos não seriam intercambiáveis. (SALLES FILHO, 1993)

Ademais, nessa perspectiva, os produtores de tecnologia estão localizados entre firmas produtoras de fertilizantes, pesticidas, máquinas e sementes e também na pesquisa pública, que desenvolveria atividades de pesquisa que exigissem volume de produção em grande escala, como seria o processo de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em genética de plantas e animais.

Em síntese, as visões apresentadas correspondem a dinâmicas voltadas à promoção do desenvolvimento e funcionais do progresso técnico na agricultura. A oferta de tecnologia deveria ser estimulada para colocar, a baixos custos, fertilizantes, pesticidas, máquinas agrícolas, sementes e assistência técnica à disposição do produtor, já que desta forma se desenvolveria o setor agrícola e se adotaria padrões modernos de produção; a propósito disso, SALLES FILHO diz:

“ A perspectiva de Mellor constitui um avanço inegável sobre a concepção heterogênea e ao mesmo tempo articulada do processo inovativo, mas, como nem ele, nem tampouco Schultz estavam preocupados em explorar os condicionantes da evolução daquele padrão tecnológico recém concebido, várias questões relativas à direção do progresso técnico não foram discutidas” . (SALLES FILHO, 1993: 58-9)

Tal questão não será objeto de discussão neste estudo, mas tentaremos desenvolver nossa abordagem a partir da análise do caso particular que pesquisamos.

Estamos de acordo com a idéia de que as transformações das estruturas do mercado são provocadas pelo progresso tecnológico, mas o debate intelectual e teórico é em torno da direção desse progresso tecnológico e sua origem; não é uma questão central neste trabalho, porém cremos que as características da tecnologia que possibilitam que seja fator de mudança econômica estrutural deveriam ser procuradas na dimensão econômico-estrutural

(cumulatividade, oportunidade, grupos de poder e suas relações, desenvolvimento de economias de escala, nível atingido das forças produtivas) e na dimensão tecnológica, ou seja, em seu carácter parcialmente endógeno representado na noção de *paradigma tecnológico*. A articulação dessas noções tem como resultado a noção de *trajetória tecnológica*; SCARLATO e RUBIO (1994), a propósito disso, dizem:

“ En su dimensión económica, las innovaciones se caracterizan por su diverso grado de:

- oportunidad de introducción de avances tecnológicos relevantes y rentables;
- acumulatividad inherente a los patrones de innovación y a la capacidad innovativa de las firmas;
- apropiabilidad privada de los frutos del progreso técnico mediante su rendimiento económico, etc.

En la dimensión más específicamente tecnológica de las innovaciones, resultante de su carácter parcialmente endógeno, éstas se caracterizan por responder a lo que G. Dosi denomina un ‘paradigma tecnológico’ (...). Dosi 1984 (citado por Porcile, 1989), propone: “en amplia analogía con la definición de Kuhn, definimos un paradigma tecnológico como un modelo o patrón de solución para problemas tecnológicos seleccionados, basado en principios seleccionados de las ciencias naturales y en materiales tecnológicos seleccionados” (...) “Así como el paradigma científico determina el campo de la investigación, los problemas, los procedimientos y las tareas (...) así también lo hace la tecnología”. (SCARLATO e RUBIO: 1994: 161)

Assim, o progresso tecnológico integrante de um determinado paradigma tecnológico traduz a forma ou padrão “normal” de realizar a formulação e solução de problemas específicos no interior do paradigma. As dimensões econômicas, estruturais e tecnológicas definem, a cada momento, o *trade-off* importante a ser focalizado pela pesquisa tecnológica, em direção do “progresso técnico”, resultando o produto social de seu tempo histórico.

Ora, o paradigma tecnológico estabelece determinados limites ou fronteiras; nesses limites se operam as transformações. E nesse sentido o conceito de trajetória tecnológica é útil:

“la trayectoria tecnológica es un *cluster* de posibles direcciones tecnológicas cuyas fronteras externas son definidas por la naturaleza del propio paradigma” (DOSI 1994, citado por PORCILE 1989, in SCARLATO e RUBIO 1994: 164)

Vê-se, assim, que a tecnologia de produção de cultivos sob estufa faz parte de um determinado paradigma tecnológico, expressado na chamada “revolução verde”; os produtores adaptaram-se a esse paradigma pondo em uso os conhecimentos transmitidos por outras gerações de produtores, especialmente aqueles que começaram a trabalhar com outro tipo de produção protegida. A tecnologia sob estufa na região não veio a ser utilizada de forma como que típico-ideal “pura” como foi pensada no contexto da “revolução verde” e a modernização que trouxe; o que ocorreu é que os produtores criaram uma trajetória tecnológica determinada dentro desse paradigma. Porcile sobre isso diz:

“En síntesis, ciencia, tecnología y economía son ámbitos estrechamente interrelacionados, pero que conservan cierto grado de autonomía en su desarrollo. Los conceptos de paradigma y trayectoria tecnológica procuran considerar este ámbito específico de la tecnología, dotado de reglas propias para su transformación y, al mismo tiempo, capaz de recibir y responder a los estímulos generados endógenamente por el sistema económico. La intensidad y el sentido dominante de la interacción entre tecnología y economía (la intensidad relativa de los vectores que ligan ambos espacios) se modifican a favor del espacio económico a medida que la tecnología madura y se estabiliza en una cierta trayectoria tecnológica”. (PORCILE 1989, in: SCARLATO e RUBIO 1994: 164-5)

Os impactos dessas inovações tecnológicas poderia ser classificado em quatro tipos, segundo a proposta de Graziano da Silva:

- a) inovações *mecânicas*, que interferem na intensidade e no ritmo da jornada de trabalho;

- b) inovações *físico-químicas*, que atuam nas propriedades do solo, elevando a produtividade do trabalho e reduzindo perdas do processo produtivo;
- c) inovações *biológicas*, que alteram a velocidade de rotação do capital, reduzindo o período de produção; e
- d) inovações *agronômicas*, que elevam a produtividade global do trabalho, por meio da recombinação e da melhor organização dos recursos disponíveis. (cf. GRAZIANO DA SILVA, 1990: 40, in SALLES FILHO, 1993: 50)

Esses impactos significariam que a mecanização aumentaria o ritmo e a intensidade do trabalho, aumentando o tempo de não-trabalho, e também a extração de mais valia relativa; os pesticidas reduzem o tempo de trabalho e aumentam a produtividade pela redução de perdas causadas por pragas e doenças e pela presença de ervas daninhas; a fertilização aumenta a produtividade do trabalho, na medida em que o acréscimo de trabalho decorrente da atividade de colocar adubo pode resultar (até um certo limite técnico) em aumentos relativamente maiores de produção. As inovações biológicas agem pela criação de novas variedades e raças, alterando os ciclos biológicos, reduzindo assim a duração do processo produtivo e ampliando as possibilidades de cultivo em diferentes situações climáticas e em diferentes épocas do ano. Ademais, potencializam enormemente as outras inovações por efeitos sinérgicos entendidos como efeitos relacionados por uma mesma força causal; as inovações agronômicas permitem introduzir mudanças na organização do processo produtivo, que levam ao incremento da produtividade, como maior adensamento por hectare, rotação de cultivos, culturas e práticas culturais mais racionais em relação às condições agroecológicas, etc.

É possível pensar que os impactos que originam as mudanças e soluções de tipo químicas (fertilizantes, pesticidas), mecânicas (máquinas e implentos) e biológicas (variedades

melhoradas) ajudaram de forma fundamental na valorização do capital na agricultura. Ora, o paradigma tecnológico novo não é utilizado de uma forma “pura” pelos produtores familiares, ou seja, a trajetória tecnológica adotada é construída socialmente pelos produtores familiares. Cabe salientar que, entre os produtores familiares, a decisão de utilização de determinada tecnologia é uma decisão política que depende da relação de poder no sistema onde essa tecnologia poderá ser utilizada, o que quer dizer que o paradigma tecnológico se desenvolve em diferentes trajetórias tecnológicas, as quais se desenvolvem relacionadas ao peso do poder político entre os atores sociais do cenário agrícola da região.

Por um lado, existiria uma forma tecnológica dominante de produzir que possibilita diferentes “caminhos” para desenvolver-se e possibilitar os principais impactos na forma de produzir e, por outro lado, os atores constroem esses caminhos segundo a capacidade política e econômica que possuem. No caso analisado, os produtores familiares integraram desde o início do século a estrutura produtiva regional e nacional, cumprindo o papel de fornecer alimentos baratos e em grande quantidade para a classe operária emergente e, por outro lado, coabitando com o poder político e econômico hegemônico do setor latifundiário da região.

A partir da crise do modelo de substituição de importações, o setor latifundiário começou a perder seu poder hegemônico, mas por outro lado, o papel dos produtores familiares deixou de ter razão social nesse modelo de país, o que os levou por meio de diferentes organizações sindicais a lutar por seu espaço social. Na década de 1970 desenvolveu-se na região a produção de cultivos sob estufa, a qual não teve na época um impacto social entre os produtores, mas teve consequências de carácter econômico; os primeiros produtores começaram a ter resultados dessa nova modalidade de produção a partir de finais da década de 1980, através principalmente da organização sindical que essa

tecnologia trouxe, o que então representou um impacto social entre os produtores familiares, e das condições agroecológicas e de mercado regional e nacional como impacto econômico.

Em resumo, o progresso técnico na agricultura, assim como em qualquer outro ramo da atividade capitalista de produção, baseia-se na perspectiva da busca do lucro dentro de condições de concorrência existentes nos diferentes ramos e nos respectivos mercados. (SALLES FILHO, 1993)

Ora, dever-se-ia ter maior cuidado com a utilização de uma concepção funcional do progresso técnico, no sentido de que a inovação seria reativa a um objetivo claro e previamente identificável; não significa que o fator explicativo seja a valorização do capital, por exemplo; cremos que é importante, mas a noção concorrencial de inovação, pela qual é considerada como um instrumento fundamental da concorrência, capaz de gerar assimetria para proporcionar vantagens competitivas futuras, poderia ser uma útil ferramenta para uma melhor compreensão do fenômeno.

Antes de prosseguir, gostaríamos de precisar ainda o que entendemos por “*ambientes concorrenciais*”, como menciona SALLES FILHO:

“...não dizem respeito a uma tipologia de estruturas de mercado, onde a agricultura é frequentemente classificada como estrutura “concorrencial”. Trata-se de visualizar situações distintas entre os diferentes mercados de produtos agrícolas e as diferentes situações concorrenciais que aí ocorrem, como por exemplo considerar distintas as formas concorrenciais nos mercados de soja, milho, frutas, frangos e hortaliças”. (SALLES FILHO, 1993: 74)

Então, nessa linha de raciocínio, se a modernização tecnológica for entendida no âmbito dinâmico da concorrência, onde há um processo permanente de busca e seleção de inovações para a geração de assimetrias, que se processam nos desdobramentos de regimes ou

de trajetórias tecnológicas, a noção de “especificidades” gerais da agricultura se esvai e passam a ter sentido as especificidades dos mercados de produtos agrícolas, dos mecanismos de concorrência prevalentes e das diferentes trajetórias tecnológicas, em suma, das condições concretas de enfrentamento dos vários capitais que se valorizam na agricultura.

Ora, é possível pensar que exista um lapso de tempo entre os que primeiro adotam uma tecnologia (não importa a sua característica, se química, física ou organizativa) e os demais e, se é levado em conta que não ocorre uma regulação para baixo dos preços por toda a agricultura de forma rápida e homogênea como resultado da adoção de um certo tipo de tecnologia, parece, então, lógico supor que também são formadas assimetrias no seio do ambiente concorrencial dos diferentes mercados agrícolas.²¹

Quanto a isso, deveríamos assinalar as relações de poder internas aos grupos sociais que fazem parte desse mercado agrícola específico e sua posição no mercado agrícola e o papel que irão desenvolver na sociedade, expresso por um lado pelas políticas públicas do Estado e por outro pelas políticas agrárias específicas. Nem a agricultura comporta apenas uma dada estrutura de mercado, nem as relações entre estrutura de mercado e processo de mudança técnica são unívocas; cremos que a relação é bi-direcional, a estrutura de mercado e suas condições sociais determinando os padrões de inovação tanto quantos estes determinam ou alteram as estruturas de mercados e suas condições sociais, dado que a permanente geração de assimetrias decorrentes da busca de inovações imprime alterações mais ou menos sensíveis nas estruturas de mercado vigentes. (SALLES FILHO, 1993)

²¹ Como bem nota KAGEYAMA, in: *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*, in: DELGADO, G. C.; GASQUES, J.G. & VILLA VERDE, C.M. *Agricultura e Políticas Públicas*. IPEA, Brasília, 1990.

No caso analisado, os produtores familiares da região integraram de forma ativa a inovação tecnológica que significou a produção de cultivos sob estufa, já que aproximadamente 75% trabalham dessa forma; mas isso não significa que foi aplicada de forma “pura”, pois de fato os produtores construíram diferentes trajetórias tecnológicas com base nas condições estruturais de seu estabelecimento. Com isso queremos assinalar que, por um lado, os produtores aproveitaram a vantagem agroecológica ao nível nacional e a tecnológica no sentido de serem os primeiros a utilizar esta técnica produtiva na região e a obter, assim, ótimos resultados econômicos já num período inicial.

Por outro lado, as condições organizativas dos produtores através dos sindicatos, a “história” produtiva familiar de gerações na transmissão do conhecimento, da terra e certo capital físico e as redes sociais familiares possibilitaram a construção de um espaço social próprio, no qual os produtores de forma organizada colocaram diferentes demandas políticas aos atores sociais e políticos da região, lutando por um papel definido na estrutura produtiva, num modelo sócio-econômico novo, a partir da década de 1970, com a abertura dos mercados. Esse processo teve como resultado a adoção de novas tecnologias como possível saída para a estagnação econômica. Num primeiro momento, tal alternativa se apresentou como viável, mas o impacto foi representado pela estruturação de diferentes faixas de mercados produtores, os quais precisavam de um determinado tipo de produtor, e a conformação de novas faixas componentes deu-se ao “ritmo” de difusão dessa tecnologia, pelo que aqueles produtores que foram os primeiros na inovação tecnológica e obtiveram a capitalização de maneira pioneira passaram em primeiro lugar a acrescentá-la ao capital inicial, o que possibilitou uma primeira

faixa de produtores com importantes investimentos e de caráter tipicamente capitalista; ou seja, chegaram a prosperar graças à sua ação de vanguarda.²²

Cremos que no processo de conformação dessas estruturas de mercado produtor encontram-se as condições sociais das mesmas; assim, os produtores mencionados se capitalizaram de forma importante de certa maneira porque tinham certo montante de capital já acumulado em outra forma produtiva, e nela também encontraram a tecnologia que possibilitou uma maior reprodução do capital; dessa maneira, é nossa opinião que também existiram as condições sociais para que os produtores familiares se capitalizassem até certo grau, de acordo com as condições estruturais do estabelecimento e das condições culturais e sociais do principal agente desse processo, o produtor familiar. Afirmamos, nesse sentido, que o produtor familiar capitalizado da região de Salto se integrou dinamicamente a essa nova tecnologia, passando a fazer parte de uma estrutura de mercado produtor, por um lado, graças às suas próprias condições estruturais como agente econômico, por outro, graças às condições históricas e sociais de mudança do modelo sócio-econômico do país, que obrigaram os produtores, por meio de uma organização sindical, a procurar saídas diante da perspectiva de estagnação, e, por fim, porque essa nova tecnologia encontrou um agente social com uma “história produtiva” que desenvolveu uma rede social-familiar na transmissão de conhecimento e do capital necessários. Em resumo, a inovação tecnológica representada pela produção de cultivos sob estufa encontrou um agente social entre os produtores familiares da região que a incorporaram, transformando sua estrutura produtiva, o seu projeto familiar de continuar na produção como família e possibilitando a estruturação de uma faixa de produção capitalizada e moderna na horticultura regional.

²² Ver, nesse sentido, o conceito de *treadmill* de W. Cochrane e as sugestões e críticas a respeito de Jose E. da

No atual contexto, o conceito de *ruralidade* precisaria evidenciar as transformações em curso na sociedade como um todo e refletir as mudanças em curso. Em plena era do globalismo (IANNI, 1996), portanto, a análise da ruralidade deveria superar a simples descrição do espaço rural e evitar a dominação dos termos de referência, quer sejam sócio-espaciais (rural em relação ao urbano), quer sejam temporais (o rural em relação ao passado). O rural, pensado nos termos atuais, é uma forma de relação da sociedade com o espaço, que apresenta uma característica predominante: sua inscrição local (KAYSER, 1990). Essa sociedade de produtores não é mais uma “sociedade rural” nos termos tradicionalmente conhecidos: ela é composta por uma multiplicidade de categorias profissionais, em prejuízo das quais o uso do termo “sociedade rural”, no singular, pode ocultar a diversidade. Isso não significa que a sociedade no meio rural não exista ou que não tenha mais características próprias; a sua análise é que passa, hoje em dia, pela busca de uma síntese entre as transformações recentes na sociedade como um todo e os seus reflexos no meio rural, principalmente no que diz respeito aos novos grupos sociais incorporados, os quais são produto, no mais das vezes, de transformações ocorridas nos grupos originalmente constituídos e, em outros casos, são novos empreendedores vindos do meio urbano, pelos mais variados motivos. (VILELA, 1997)

A variedade de contextos sociais e econômicos que envolve a produção agrícola de base familiar ainda hoje inclui desde relações feudais, em um extremo, até relações comerciais de agricultores altamente mecanizados e modernizados dentro da economia capitalista da América Latina, no outro extremo. Em nosso caso, os agricultores familiares em estudo encontram-se numa posição no *continuum* de contextos sócio-econômicos mais perto do último tipo mencionado. Então, cremos que o contexto sócio-econômico e histórico passa a ser

determinante na definição dessas categorias, o que, por sua vez tem reflexos diretos na sua institucionalidade como beneficiário ou não das políticas públicas e das diferentes medidas por parte do Estado. Dentro dessa perspectiva, portanto, a questão do conceito passa pelas diferentes direções dadas ao desenvolvimento em cada contexto, o que, por sua vez, é produto, em grau considerável, das políticas adotadas.

O que parece ser comum a esses contextos diversos é a existência da família e a maneira como ela se organiza. É por isso que a reconversão dos grupos sócio-profissionais no meio rural só se torna possível devido à importância e à maneira estratégica como a família é concebida por eles. A família detém uma flexibilidade que torna possível todas as combinações e todas as redistribuições dos papéis tradicionais vinculados ao sexo e à idade (MAYAUD, 1996). Isso permite que as estratégias sejam estabelecidas para além da lógica econômica —que no mais das vezes é a dominante— em direção da pluriatividade, favorecida pela forte mobilidade geográfica desse segmento social (GARCIA Jr. 1990), ou da especialização de tarefas no estabelecimento para certos integrantes da família, na busca de sua permanência e estabilidade como núcleo familiar. Essas situações em alguns momentos se apresentam como articuladas na estratégia familiar e em outros não; no caso em estudo, se apresenta como uma estratégia dupla e articulada por parte da família. Isso demonstra de certa forma a integração desses produtores à sociedade global e os coloca numa perspectiva de ir além da simples sobrevivência, por um lado, ou do desaparecimento pela diferenciação vertical, por outro lado. Pensamos aqui muito mais numa diferenciação de caráter “horizontal”, onde ficam preservadas muitas das suas características próprias, como grupo social e, ao mesmo tempo, ocorre sua transformação em relação às suas características sócio-profissionais originais. (VILELA, 1997)

Além das mudanças e do dinamismo no mundo rural, a condição de produtor agrícola continua fazendo parte desse agente social agrário que, de acordo com García Jr. (1990), é condição *sine qua non* para permitir a reprodução da unidade doméstica. Então, o momento da produção agrícola é integrado, mas não destruído, ao mesmo tempo em que o meio rural é redefinido, mas não riscado do mapa da sociedade (VILELA, 1997). Sob esse aspecto, o agricultor é um profissional que defende um certo modo de vida, ainda que a agricultura constitua apenas um momento de um processo de produção mais amplo, que ultrapassa de longe os limites do estabelecimento agrícola (cf. Seminário Internacional, 1997). É nesse sentido que alguns autores consideram válida a idéia de reprodução da família para si, no curto e no longo ciclo,²³ articulada com sua inserção na sociedade capitalista, unificando as dimensões econômica, de parentesco e de propriedade. Essa estratégia de reprodução passa pela classificação —no caso dos camponeses— do mundo do trabalho, o que significa, por sua vez, uma naturalização das relações familiares (GARCIA Jr. 1983 e HEREDIA 1979). Esse mapa naturalizado e especializado funciona como instrumento cognitivo (ALMEIDA 1985) que lhes permite traçar outras estratégias que procuram finalizar com o ciclo reprodutivo da família.

No caso do agricultor familiar em estudo, o papel de cada integrante na família é redefinido em alguns aspectos e em outros não; o contexto no qual a família se desenvolve tem um impacto na estrutura e na lógica de reprodução familiar. Assim, tentamos realizar uma análise que permita uma progressão no conhecimento das lógicas sociais —e não somente econômicas— procurando dar conta da variedade de formas de produção (e reprodução) agrícola. Uma das questões contidas nessa análise passa pela busca de uma categoria mais

²³ O curto ciclo é representado pelo ano agrícola, enquanto que o longo ciclo é representado pela transferência de

abrangente (um “conceito síntese”) —na medida do possível dando conta da diversidade— de como se organiza hoje em dia esse segmento social. Uma contribuição interessante é a de Saraceno (1994), que o denomina de “*Small Farm System*” e define-o como sendo caracterizado por um grande número de pequenos agricultores pluriativos, por um certo grau de divisão de trabalho, cooperação e troca de serviços entre eles e outras empresas da cadeia de produção, principalmente em mercados não-locais, e pela integração de muitos produtores de base familiar no mercado local de trabalho não agrícola. É a natureza da relação entre os elementos desse sistema e a maneira como eles estão intervindo na esfera econômica que torna possível, no seu todo, a competição com a produção em grande escala comercial. Nesse sentido, tudo nos leva a crer que o produtor em estudo reúne alguns dos elementos desse novo sistema de pequeno agricultor, mas não todos, porque os contextos sócio-histórico-econômicos são diferentes, e isso é um fator que, a nosso ver, é determinante na sua conformação na região, talvez não novo, mas sim diferente do tipo de produtor predominante nos últimos 25 anos. Muitos dos elementos mencionados por Saraceno nos levam a pensar e a refletir a respeito da validade dos conceitos de realidade rural, os processos de mudança que se encontram acontecendo levando a refletir sobre novas dimensões analíticas que deles possam dar conta. No caso em estudo, estamos diante de um produtor típico, ou seja, no qual a renda da família tem origem na atividade rural, mas que se acha ligado ao mercado local, nacional e regional; sua forma de organizar o estabelecimento passa por uma definida divisão do trabalho, que mantém relacionamento com empresas da cadeia produtiva como os supermercados, que, enfim, reúne elementos novos mantendo os “velhos”. De uma certa forma, as características ligadas ao seu passado camponês têm sido colocadas em questão com

a modernização e, principalmente, com o aumento gradual do seu contacto com o meio urbano, embora muitas delas permaneçam influenciando fortemente o seu modo de vida. Ao mesmo tempo, um novo “status” social, de difícil classificação a partir dos conceitos de “rural” ou “urbano”, se consolida. Um *ethos* ligado à produção de alimentos para consumo doméstico com base em um alto padrão de qualidade é rapidamente disseminado. Um processo de individualização dos membros solteiros das famílias e uma mudança no papel da mulher parecem estar seguindo padrões diferentes daqueles descritos pelos estudiosos dos processos mais clássicos.

-/-

CAPÍTULO 9

CONCLUSÃO

O PRODUTOR FAMILIAR: NÃO UM CAMPONÊS MARGINAL, MAS UM PRODUTOR AGRÁRIO INTEGRADO À SOCIEDADE DE ECONOMIA E CULTURA GLOBALIZADAS

9.1 - Produção Familiar Rural: transformações e análises

Cabe de início indagar: quem é o agricultor familiar, esse “pobre do campo” no Brasil e em outros países do Terceiro Mundo –ou esse trabalhador relativamente próspero, em regiões mais desenvolvidas– que responde por uma parcela cada vez mais importante do abastecimento alimentar urbano? Em geral, ele é proprietário da terra na qual produz. Não vende sua força de trabalho para viver nem tem condições de colocar assalariados a seu serviço, o que lhe permitiria obter um lucro mais significativo. Ao mesmo tempo, pode estar integrado eficientemente ao mercado, sendo capaz de incorporar os avanços da tecnologia e de adotar a especialização da produção.

Uma das principais diferenças entre o produtor familiar e o empresário rural capitalista é que o primeiro encontra-se restrito a produzir, comercializar e a investir (quando pode) no

mercado agrícola, pois ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto o segundo pode decidir mais livremente onde produzir, comercializar e onde e como investir seu capital.

O empresário rural trabalha no mercado agrícola, mas se não obtiver um retorno satisfatório, pode procurar um mercado mais rentável. Pode, além disso, despedir empregados considerados “excedentes”, dentro de uma lógica de racionalização econômica. Já o produtor familiar não tem condições de fazer o mesmo com seus trabalhadores, que são membros de sua família. Seu comprometimento no processo de trabalho pode ser considerado total; cabe recordar a observação de S. H. FRANKLIN em *The European Peasant: the Final Phase* (London, Methuen, 1969), de que o objetivo desse produtor é maximizar, “não o lucro ou algum indicador de eficiência, mas sim a utilização do próprio trabalho”.

Ao participar do mercado agrícola, ou seja, ao produzir não somente para sua família, o produtor familiar começa a incorporar elementos de gestão, de administração e também um maior volume de informação sobre preços, entre outros, que permitem apreender claramente as novas características de um antigo e resistente ator do processo de *modernização agrária*. Este é um conceito que passou a aparecer constantemente, ao serem examinadas as relações recentes e atuais entre agricultores familiares e latifundiários e outros grandes proprietários rurais.

Quando falamos de modernização agrária, estamos nos referindo aos processos sociais que emergem ou se produzem a partir de um determinado modelo tecnológico para a produção agropecuária. Ou seja, às mudanças na forma de produzir na agricultura que possibilitam aumentar o volume de seus resultados (em quantidade) e diminuir o tempo que esse produto leva para ser gerado e pelo qual se consegue um retorno (um lucro ou rendimento) mais rápido do capital investido na terra. Quanto ao tempo de produção na agropecuária, não se deve

esquecer que a ele encontram-se associados os recursos naturais, que o homem não consegue dominar totalmente e que podem ter um efeito decisivo na sua determinação.

Em termos históricos, cabe assinalar que a mecanização da atividade rural na Grã-Bretanha, desde as primeiras décadas do século XIX, representou um dos modelos de maior êxito no processo de modernização agrária e levou à sua expansão pelo mundo inteiro. A partir daí, a modernização assumiu as dimensões de uma verdadeira revolução. Nos Estados Unidos, em especial, enormes extensões de terras virgens passaram a ser cultivadas com o uso de máquinas (debulhadoras, colheitadeiras, etc) e também de fertilizantes. Desse modo, se difundiu uma nova forma de produção intensiva da terra, voltada para a redução dos tempos “mortos” da produção agrícola até onde os processos biológicos o permitissem.

Beneficiado pela Lei do Homestead, que lhe deu acesso por um preço simbólico a lotes de terras devolutas, o agricultor familiar dos Estados Unidos participou dessa revolução agrária e das subseqüentes, já no século XX. O mesmo fizeram famílias de produtores rurais de outras partes do mundo, amparadas também por leis que lhes asseguravam a posse da terra.

Neste capítulo examinaremos alguns traços característicos das sucessivas revoluções agrárias. Mas, desde logo, é importante dizer que os produtores familiares souberam acompanhar as inovações tecnológicas e produtivas que se manifestaram e continuam a se manifestar no campo: demonstraram flexibilidade e agilidade suficientes para seguir o ritmo dessas transformações —e, ao fazê-lo, colocaram os estudiosos do universo agrário brasileiro, e em especial os que se dedicam ao exame da agricultura familiar, frente à necessidade de rever continuamente as suas conclusões.

Na década de 60, o conceito de *campesinato* era percebido como capaz de viabilizar uma síntese de um conjunto de análises referentes às atividades produtivas dos grupos

familiares no campo, comportando dimensões e níveis de abstração variados: do teórico ao político-social e ideológico (BRUMER, 1994: 78). Em sua dimensão teórica, tal conceito era utilizado nas reflexões sobre a definição do modo de produção e de sua dinâmica de funcionamento, assim como na discussão de temas centrados na lógica e na organização dos processos produtivos e do trabalho. Além disso, prestava-se a estudos que incorporavam os aspectos simbólicos e as análises sobre identidade social e visão de mundo desse campesinato.

A partir dos anos 70, manifestou-se a tendência para análises centradas em torno do conceito de *pequena produção*. Pode-se pensar que tal redirecionamento estivesse associado, por um lado, à conformação de um modelo de desenvolvimento assentado em políticas modernizadoras do aparelho produtivo agropecuário brasileiro, traduzido no que se convencionou identificar como “modernização conservadora”. Essa expressão tomou como referência a modernização implementada no Brasil na década de 1970, época em que o processo de industrialização atingiu o máximo de desenvolvimento. Foi o chamado “milagre econômico”, que teve entre seus alvos a agropecuária. O regime militar criou políticas de crédito para motomecanização e compra de insumos químicos (fertilizantes e herbicidas, fungicidas e inseticidas), além de estimular políticas de pesquisa agrônômica que buscavam variedades de sementes mais produtivas. Enfim, gerou-se nesse período uma série de medidas que permitiram à agricultura brasileira aumentar sua produtividade.

Essa foi uma das faces da modernização. Mas existe a outra face do processo, nesse caso representado pelos setores pouco dinâmicos da estrutura produtiva, aqueles que geram pouco valor agregado às mercadorias. Os grandes proprietários de terras foram beneficiados por essa política, sob o argumento de que, para se ter elevadas cotas de produção, seriam

necessárias grandes extensões de áreas cultiváveis. Isso sustentou e conservou a estrutura agrária do Brasil, extremamente concentrada quanto à propriedade da terra.

Por outro lado, as transformações da estrutura política dos países na América Latina, com a derrubada de regimes democráticos e a predominância de ditaduras militares, implicaram entre outros aspectos a desarticulação e inclusive o extermínio de grupos e movimentos sociais organizados, com destaque para os movimentos camponeses. No aspecto político dessa questão, pode-se afirmar que a noção de *pequena produção* permitiu uma relativa despolitização do tema; a noção de “campesinato” anteriormente chegou a ser associada, sobretudo, a um conteúdo político e ideológico e considerado subversivo; esse sentido se torna profundamente diluído na questão da pequena produção (cf. GROSSI PORTO e SIQUEIRA 1994).

Isso não significou o abandono da noção de campesinato, que passou a se relacionar à idéia de pequena produção. Em uma mesma análise, a idéia de pequena produção era utilizada para a descrição de certos grupos rurais, associando diretamente suas características na forma de produzir para descrever e definir o que era, enfim, o pequeno produtor. Por outro lado, a noção de campesinato guardava, em certo sentido, sua função teórica referente às questões mais abrangentes, como as relacionadas ao contexto histórico do grupo estudado.

O crescente emprego da concepção de pequeno produtor pode ser compreendido em termos do maior grau de instrumentalização e rigor conceitual, quer dizer, da utilização de idéias que permitem ao pesquisador uma descrição e uma compreensão mais precisas dos grupos sociais até então associados à noção de campesinato, os quais sem dúvida integram o universo dos fenômenos sociais agrários. Deve-se enfatizar que tal instrumentalização inseriu-se em um contexto de preocupações teóricas marcadas pela noção de “funcionalidade” da

pequena produção ao capital, ou seja, sobre o papel dos pequenos produtores na acumulação e reprodução do capital no campo. (BRUMER 1994: 81)

O sentido agregador da idéia de “pequena produção” permite ainda atribuir a esse conceito um poder de síntese, embora de caráter relativo se comparado ao de “campesinato”. Ao englobar a diversidade de formas de acesso à terra e de relações de produção de categorias como parceiro, posseiro, arrendatário, ocupante, etc., a noção, tal como é normalmente utilizada, não fazia da propriedade da terra o seu critério fundamental e definidor. Além disso, enfatizava-se o papel ou função da pequena produção enquanto fornecedora de mão-de-obra, matérias-primas e alimentos a preços relativamente mais baixos, dessa forma diminuindo para o capital o custo de reprodução da mão-de-obra. Essa caracterização e essa análise dificultaram a explicitação de diferenças nos procedimentos de incorporação de tecnologias, no acesso a crédito, na inserção no mercado, etc., diferenças que já existiam entre os pequenos produtores e que também estavam presentes nas diversas regiões agrícolas e em seus produtos.

Se por um lado se destaca o relativo sentido agregador do conceito, por outro lado é relevante assinalar que ele não mais enfatiza a “especificidade” ou a “lógica” do processo produtivo dos grupos que abrange, no contexto das análises do campesinato. À medida em que se aproximava o final da década de 70 e o processo de modernização da agropecuária se intensificava e se consolidava, as considerações acerca da noção de “funcionalidade” entraram em um período de reflexão crítica. Essa situação levou a um redirecionamento teórico, com ênfase para a subordinação da pequena produção ao capital. Dentro desse redirecionamento, diversas pesquisas apontaram para os processos de integração da pequena produção ao capital industrial.

Atualmente, o sentido unificador dos conceitos de campesinato e pequena produção perde força cada vez mais. A questão agora situa-se no estabelecimento de “relações de subordinação ao capital”, que passam a constituir-se em eixo para as reflexões; e quando veio a ser utilizada a noção de “funcionalidade”, esse eixo se articulou aos processos de industrialização e de modernização agropecuárias.

Os estudos que demonstram a incorporação de novas tecnologias e o aumento da produtividade por parte desses pequenos produtores não se distanciavam da idéia de subordinação. Eles reafirmavam a impossibilidade de retenção dos novos excedentes produzidos naquelas unidades; também utilizavam a categoria de camponês enquanto “um trabalhador para o capital” (WANDERLEY, 1979). Esse novo enfoque transformou-se em marco de referência, orientador das análises do início dos anos 80.

Pesquisas realizadas no decorrer dessa década passam a constatar a existência de uma pequena produção com capacidade, além da incorporação de novas tecnologias, de poder de acumulação/capitalização, de mudança das condições de reprodução do grupo doméstico e de conseqüente aceleração de processos de diferenciação social (GRAZIANO da SILVA, 1982; WANDERLEY, 1988). Tais estudos –que significam uma mudança no eixo da reflexão dominante no início do período– desembocam, ao final da década, nas noções de “integração” e de “exclusão”. Quando comparadas ao conceito de campesinato e mesmo ao de pequena produção, essas duas concepções introduzem uma polarização na explicação sociológica que ensejam: “pequena produção integrada” (enquanto tipo de agricultura familiar moderna, *farmer*, agricultura familiar integrada ao mercado) *versus* “pequena produção excluída” (referindo-se a assentados, barrageiros, sem-terra, etc.) (BRUMER 1994: 83).

Em termos de construção de conceitos e de categorias, essa polarização precedeu um processo de fragmentação: do conceito-síntese de campesinato passou-se ao de pequena produção, que ainda mantém elementos aglutinadores e permite valorizar as diferenças na realidade social agrária. Todavia, esse conceito também veio a ser subdividido de forma polarizada, chegando-se mais recentemente a um caleidoscópio de categorias empíricas –as quais refletem ou procuram refletir as transformações em curso no universo agrário.

Na década de 1980, particularmente com a queda do chamado projeto do “socialismo real” no Leste Europeu em 1989, manifestou-se uma crescente integração das economias nacionais à economia mundial. O avanço nos sistemas de transporte e de comunicação (em particular o desenvolvimento da informática e das telecomunicações) e a progressiva internacionalização das empresas e do capital financeiro trouxeram a tendência da criação de um mercado único no plano mundial, ao qual todos os agentes produtivos do setor agrícola deviam confluir. Esse fenômeno é hoje apresentado como *globalização*, mas talvez fosse mais correto pensar numa nova fase da globalização da economia de produção capitalista, uma globalização integral, uma vez que, nos séculos anteriores, de certa forma a produção capitalista também globalizou a sua forma de produzir.

As transformações no processo produtivo levaram a modificações substanciais dos agentes sociais que as operavam (trabalhadores, produtores, empresários, técnicos, etc.). Essas mudanças na organização da produção agropecuária e industrial e na comercialização repercutiram nitidamente na estruturação e dinâmica dos setores sociais envolvidos no mundo agropecuário. A agroindústria foi em grande parte a portadora das mudanças na agricultura, indicando quando, como, quanto e onde produzir e além disso orientando as características

técnicas e econômicas dos setores envolvidos. Assinalemos que MARTINE observa, no texto

“A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?” (Revista *Lua Nova*, 1991: 31) :

“...a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Deste modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção.

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração de propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo”.

Ora, todo esse processo de capitalização e modernização da agricultura, de caráter especificamente econômico, tem impacto direto nos produtores nele envolvidos, em particular os agricultores familiares e os grandes proprietários. As conseqüentes mudanças na produção agrícola incluem aspectos como revalorização dos mercados mundiais, inovações técnicas e tecnológicas, espírito de iniciativa, disposição para correr riscos e ênfase na informação e na gestão dos recursos das empresas, tanto em seu interior como em seu âmbito de atuação. Isso atinge tanto os grandes como os pequenos proprietários. Como diz NEWBY:

“As explorações dependem agora em maior medida dos insumos fornecidos desde fora do setor, e os agricultores, antigamente empresários independentes, encontram-se sujeitos a uma erosão progressiva de sua independência. A agricultura encontra-se envolvida em maior medida num complexo produtor de alimentos, encontrando-se seus limites além da agricultura em si, num complexo de indústrias agroquímicas, de engenharia, de transformação, de vendas e de distribuição, no qual participam tanto no fornecimento dos insumos agrários com na comercialização do produtos agrários” (NEWBY e SEVILLA GÚZMAN 1983: 80).

Assim, nesse mundo ampliado do capital, as leis dinâmicas da economia são aquelas da acumulação. VESSURI (1981: 121) acrescenta: “o poder da acumulação do capital se baseia fundamentalmente em ser dono das técnicas mais produtivas e na capacidade da exclusão dos outros em relação à sua utilização”.

Em meados dos anos 90, novos processos sociais passam a influenciar a sociedade agrária. Um deles é a globalização da agricultura e dos sistemas alimentícios, com uma

integração maior, no âmbito mundial, entre os diferentes sistemas de produção agropecuários e também de consumo. Essa situação origina mudanças na estrutura do sistema produtivo de cada país e de seus produtores, entre eles o agricultor familiar.

Aliás, as grandes empresas do setor se compõem de capital nacional e estrangeiro, constituindo empresas multinacionais que operam nesse mercado internacional de produção e de consumo de produtos agrícolas. Trata-se de empresas que diversificam sua produção e seus canais de venda, operam no mundo todo sem se importar com as fronteiras dos Estados, a quem convém mais o investimento e que por ele oferecem mais segurança e mais elevadas taxas de lucro. São as chamadas multinacionais de quarta geração (LLAMBI 1993).

Dentro dessa internacionalização de empresas, o agricultor oferece sua terra e capacidade de trabalho e recebe a tecnologia para produzir e a garantia de venda. Mas se a empresa avalia que não será mais conveniente continuar sua relação com produtor, afasta-se em busca de melhores oportunidades. Nesse quadro, ele fica como a parte mais desprotegida. A nova situação do agricultor familiar dos anos 90 exige que se repense o seu papel na estrutura produtiva nacional, já que sua flexibilidade e capacidade de adaptação em relação ao latifúndio o converteriam, com as adequadas medidas e políticas agrícolas adotadas pelo Estado, numa coluna importante do aparelho produtivo nacional.

Nas conclusões deste capítulo final apresentamos as mudanças e transformações ocorridas na agricultura da região de Salto, no Uruguai, sob o impacto da modernização agrária expressa pela produção sob estufa; nosso objetivo é mostrar como essa agricultura, ao ter agora um produtor especializado em determinados itens produtivos, produzindo para o mercado e em determinada faixa de produção, consegue capitalizar-se; o projeto e o modelo familiar desse ator social e as próprias condições estruturais atuais se apresentam, todavia,

como “freios” para a sua transformação em um típico empresário capitalista, pelo que o capital físico encontra nesse agente o seu capital social para levar adiante a capitalização na forma de produzir na agricultura da região. Tentamos, então, realizar uma análise que permita uma progressão no conhecimento das lógicas sociais –e não somente econômicas– procurando dar conta da variedade de formas de produção (e reprodução) agrícola familiar e da constituição do espaço social sob o impacto dos novos pacotes tecnológicos (inovação tecnológica agrícola). Isso quer dizer que a modernização agrária significa impactos de “ida” e “volta”, isto é, que se dão tanto sobre o agente sócio-econômico (nesse caso, a família produtora) como sobre o espaço social agrário no qual se insere esse processo; por isso, procuramos orientar nossa análise para esses dois aspectos da sociedade agrária.

9.2 - A Família Produtora

Creemos que ao falar de produção familiar é necessário esclarecer o que se define por família, num sentido genérico –o que, por outro lado nos permite ter uma primeira base conceitual para a idéia de produção familiar, conceito que é empregado de certa maneira abusiva em seu uso, pois muitas vezes não se esclarece em que sentido é entendido ao se falar em agricultor familiar. Aqui utilizamos a definição de família tal como é empregada por Filgueiras, que diz o seguinte:

“La familia es una relación entre personas, no es una relación entre posiciones. De ahí el carácter no sustituible que tienen sus miembros y la naturaleza básicamente diferente que representa la familia cuando analizamos instituciones intermedias en la sociedad. La diferencia radical entre un sistema y otro, o entre un tipo de organización y otra es éste. La familia tiene que recrearse permanentemente a través de la vigencia de un contrato, de lazos de consanguinidad o de un acuerdo de confianza mutua entre partes.” (FILGUEIRAS 1997: 77)

Por outro lado, acrescentamos ao conceito o que diz Jelin:

“...a partir de un sustrato biológico ligado a la sexualidad y a la procreación, se concibe a la familia como institución social que regula, canaliza y confiere significado social y cultural a estas dos necesidades. Incluye también la convivencia cotidiana, expresada en la idea del hogar y del techo: una economía compartida, una domesticidad colectiva, el sustento cotidiano, junto a la sexualidad “legítima” y a la procreación. En esa familia “clásica” la división de tareas sigue líneas de género y de generación”. (JELIN 1997: 29)

Ressalta-se, assim que o funcionamento da família é diferente de outros tipos de instituições sociais, ou seja, não é fácil pensar que não tenha conseqüências a falta de algum integrante da família na instituição –o que, entretanto, nas instituições formais, não acontece, pois o contrário é, inclusive, uma condição para seu normal funcionamento. Quando falamos de mudanças nas instituições formais, falamos da mesma instituição, mas quando fazemos referência a mudanças nos integrantes da família normalmente falamos já de outra família, ou seja, pensamos num tipo de unidade que deixa então de existir e é quando se origina outro.

A falta de uma estrutura vertical formal na família não significa que exista menos autoridade que nas instituições formais; também nela existe autoridade, mas o problema é o de como se processa e como se constrói. A autoridade na família experimenta uma influência muito grande de outras instituições da sociedade: a igreja, a imprensa, o espaço político. Uma vez que a família é uma instituição altamente dependente das pessoas e da posição que ocupam na estrutura social, revela-se ser muito influenciável pelo que acontece, pelas mudanças e transformações de macro-escala que ocorrem na sociedade (cf. FILGUEIRAS 1997). No caso da família produtora na agricultura intensiva, essas influências operam de forma permanente pelo fato de se localizar num espaço rural-urbano; quer dizer, sua localização geográfica não se dá em lugar muito longe do espaço tipicamente urbano; por outro lado, os serviços que o Estado oferece, como luz elétrica, telefone, transporte público, escola de primeiro e segundo grau, pronto-socorro, permitem uma percepção mais próxima dos direitos de cidadania. Outro aspecto a assinalar desse espaço é o representado pelas formas

de lazer e relacionamento das famílias, nas quais os jovens procuram na cidade o lazer; entretanto, a constituição dos casais e de muitos casamentos se realiza entre integrantes das famílias desse mesmo espaço, ou seja, não se trata só de uma questão de geografia física, mas também econômica, humana e social.

Esse espaço rural-urbano desenvolve um tipo de família que tem na produção agrícola intensiva sua base econômica, o que origina uma forma de “visualizar” o mundo e determinados valores culturais. Essa família se encontra muito influenciada pela proximidade física e cultural da família urbana, pelo que certas formas de agir e de se organizar correspondem a essa integração. Isso, porém, não significa que deixam de ser rurais ou que se transformam em famílias urbanas morando na periferia da cidade, mas apenas que não são mais aquelas típicas famílias rurais da época, por exemplo, anterior à Segunda Guerra Mundial.

Então, esse tipo de organização familiar possui determinadas características próprias que pautam diferenças com a família urbana, mas também é influenciada por essas questões, as quais procuraremos desenvolver mais adiante, antes disso, entretanto, gostaríamos de acrescentar o que diz Filgueiras:

“La familia –a diferencia de las instituciones formales– tiene un ciclo de vida: nace, crece y muere. Puede haber muchas variantes en esto, pero en general una familia tiene sus etapas: se constituye la pareja, luego tiene los hijos –es un cambio sustantivo–, después los hijos abandonan el hogar, fallece alguno de los cónyuges.(...) Hay un ciclo, estrechamente asociado al ciclo de vida de los miembros de la familia. En una institución formal esto no pasa; su dinámica, las decisiones que se toman, son totalmente ajenas al ciclo de vida de los miembros”. (FILGUEIRAS 1997: 78)

Ora, nas últimas décadas, ao nível estrutural ligado à economia, as principais mudanças ocorrem pela ruptura do tipo de organização familiar centrada no contribuinte único, que nos Estados Unidos é chamada de modelo familiar de “*breadwinner system*”; por outro lado, nos

aspectos culturais, existe uma forte ênfase na auto-realização, na racionalidade e nos aspectos materiais da vida, tendências às quais não fogem as famílias do espaço rural-urbano.

No Uruguai as mencionadas tendências também tiveram um impacto, com especificidades próprias por se tratar de um país que integra a América Latina –subcontinente que apresenta um conjunto de situações próprias– e pelas características próprias do país e de sua sociedade. Pode-se falar que até os últimos 20 anos o sistema “*breadwinner*” predominava na sociedade uruguaia, isto é, o homem trabalhando fora do lar trazendo o sustento econômico e a mulher realizando as tarefas domésticas e se encarregando dos filhos. Ora, esse sistema começou a mudar a partir do ingresso da mulher no mercado de trabalho, num contexto de ajuste estrutural do Estado, com o que se quebra o esquema de divisão de papéis dos gênero no interior da família. Associado a esse padrão familiar de “*breadwinner*” existia também uma estrutura de autoridade, poder e legitimidade no interior da família; essa característica da família é perfeitamente compatível, então, com a idéia de que o chefe da família é o homem, o qual se localiza num lugar central de autoridade e poder, no que se baseia a estrutura familiar. Além de existir um modelo de maternidade ou paternidade, existe um modelo central de autoridade familiar. É o que diz Filgueiras:

“Con los cambios que vienen ocurriendo, las bases de legitimidad y de sostenimiento de la forma de autoridad al interior de la familia se ven erosionadas, y en particular el rol del hombre. El acceso de la mujer al trabajo extradoméstico no solamente significa un equilibrio en términos de ingresos y de aportes a la familia y más simetría entre las dos partes, sino que también tiene una serie de implicaciones sobre la autoridad y la organización al interior de la familia.” (FILGUEIRAS 1997: 76)

As mencionadas mudanças na sociedade uruguaia como um todo tiveram impacto de forma diferente na família produtora agrícola, já que , por um lado,dizem respeito basicamente à família de perfil urbano e a família agrícola continuou, por outro, a ser geradora dos bens materiais necessários à sua reprodução física. O fato é que a mulher não começou a trabalhar

na produção hortícola na atual fase de produção intensiva com pacotes tecnológicos modernos: ela sempre trabalhou no estabelecimento, porque a unidade doméstica também é produtora de bens materiais para a subsistência da família. O que aconteceu, e foi possível confirmar empiricamente através da pesquisa de campo levada a efeito, é que a mulher agora faz parte da estrutura produtiva na divisão social do trabalho, seja na área administrativa ou como colheiteira: seu trabalho deixou de ser um trabalho “invisível” de ajuda ao esposo.

Ora, se observou que muitas mulheres não se apercebem ou não têm uma percepção dessa situação e é aqui onde a estrutura de autoridade e poder da família do sistema “*breadwinner*” ainda se faz presente: na produção familiar o homem continua como o eixo central do poder e da tomada das decisões; a mulher apenas pode opinar e fazer sugestões, as quais muitos produtores (dirigentes sindicais principalmente) acham uma forma de intromissão por parte das mulheres, “nas coisas dos homens”.

Observa-se então que, por um lado, as novas tecnologias de produção tiveram impacto sobre a divisão social do trabalho na unidade familiar produtiva, ao integrar a mulher e os jovens estruturalmente como mão-de-obra “visível”, e por outro lado essas mudanças produtivas no interior da família não repercutiram na estruturação do poder familiar, já que este continua nas mãos do homem.

9.3 - A Produção Agrícola Familiar

Neste item procuraremos expor as principais características da produção agrícola, da inovação agrícola e o seu impacto na unidade familiar.

Cabe-nos assinalar, antes de tudo, que a agricultura consiste numa síntese de elementos orgânicos a partir fundamentalmente de elementos inorgânicos, utilizando a luz solar como fonte de energia. O que a produção capitalista procura na agricultura é desenvolver formas tecnológicas que permitam maior e crescente controle sobre os processos biológicos. A chamada “revolução verde” desenvolveu, entre as suas inovações, um padrão tecnológico de operação ou o que é chamado de um pacote tecnológico baseado na maquinaria (energia mecânica), em fertilizantes, em pesticidas e no uso de sementes melhoradas (energia química). Na atualidade, a chamada “revolução biotecnológica” potencializa ainda mais a “revolução verde”, o que origina no debate acadêmico a questão de se está havendo uma mudança de paradigma tecnológico, questão que não é nossa intenção debater neste estudo.

É num tal contexto de inovação tecnológica que se desenvolveu a produção sob estufa na região de Salto, a qual é empreendida na sua maioria (em mais de dois terços) pelos produtores familiares que procuraremos definir conceitualmente e assinalar as características de sua prática associada ao novo pacote tecnológico posto em uso na área.

Quando se fala de sistema agro-alimentar quer se assinalar que o processo biológico se acha presente nos dois extremos do âmbito da economia agrícola: na produção e no consumo final; em nosso caso, esse processo tem lugar, junto com o produtor, no local onde se localiza a produção. Então, muito embora ainda os alimentos produzidos tenham de ser digestivos e nutritivos para o ser humano, as inovações tecnológicas recentes abrem grandes possibilidades de substituição de alimentos de origem agropecuária por outros produzidos industrialmente. Todavia, ao mesmo tempo, nos países desenvolvidos aumenta a preocupação por uma alimentação sadia; essa preocupação se encontra associada especialmente a uma determinada faixa do mercado consumidor, aquela de alta renda. Por outra parte, essa preocupação é

também compartilhada por consumidores do mesmo setor de altas rendas dos países subdesenvolvidos.

A produção agrícola possui um ciclo produtivo climaticamente determinado, de características pouco flexíveis, pelo próprio caráter biológico-natural da produção. O calendário climático condiciona fortemente as características do ciclo produtivo agrícola ou agropecuário, mas as características dos ciclos biológicos e das condições que indicam o ciclo produtivo são muito diferentes entre os tipos de produtos e se apresenta como fator comum a força da natureza, que impõe limites ao ciclo de produção. É preciso assinalar que a agricultura tropical e os cultivos de ciclo breve (as hortaliças em especial, que constituem o tipo principal de produção encontrado no universo de nossa pesquisa) oferecem maiores possibilidades de organizar uma oferta contínua (ou quase contínua), por meio de diversas colheitas anuais.

Outra característica da produção agrícola, derivada da pouca flexibilidade do ciclo biológico na qual se baseia, é a falta de coincidência entre o tempo de produção e o de trabalho. Diferentemente das atividades industriais, onde o ciclo produtivo é de trabalho todo o tempo, as atividades agrícolas ostentam períodos –muitas vezes importantes– do ciclo produtivo os quais não correspondem aos tempos de trabalho mas a processos biológicos mais ou menos longos, que devem cumprir-se “naturalmente” para se obter o produto final.

As inovações e mudanças tecnológicas se direcionam no sentido de reduzir os tempos de “não-trabalho” do ciclo produtivo agrícola, que continuam a fazer parte do ciclo produtivo agrícola de modo importante. Isso significa que o tempo de rotação do capital –circulante e especialmente o fixo– vem a ser muito maior nas atividades industriais ou de ciclo contínuo, aspecto que também influi de maneira importante nos requisitos financeiros da produção agrícola. (cf. SCARLATO e RUBIO 1994)

Tentaremos agora esclarecer o que significa esse tempo de trabalho e o tempo de produção, para poder assim avaliar o que significam as inovações tecnológicas na forma de produzir na unidade familiar. Quando se fala de tempo de produção tem-se em mente o tempo socialmente necessário para a elaboração da mercadoria final num determinado processo produtivo; ora, o tempo de trabalho é o tempo empregado por trabalho “vivo” na realização dessa mercadoria. A pouca flexibilidade do tempo de produção, assim como de outras características do processo produtivo, não são permanentes, isto é, não se comportam como parâmetros, mas sim como variáveis que dependem, em cada momento, do estado do conhecimento e do tipo de tecnologia em uso, podendo portanto ser modificados pelo progresso técnico, tal como ocorre em qualquer ramo de produção. Nesse sentido nos diz SALLES FILHO:

“Nem mesmo a existência de processos biológicos pode ser invocada para justificar condições inflexíveis. O fato de existir maior rigidez do que em processos que não envolvem organismos vivos não pode ser atestado como um parâmetro: primeiro, porque ela (a rigidez) não pode ser definida como um princípio dos organismos vivos, caso contrário não haveria evolução das espécies; segundo, porque não sendo um princípio em si mesmo, só pode ser uma noção comparativa, de relação técnica. Destarte, trata-se de uma questão de diferentes dimensões de variáveis técnicas, as quais, logicamente, se alteram no tempo.” (SALLES FILHO 1993: 48)

Todo processo produtivo tem “tempos de não trabalho”, que variam entre si e que se alteram constantemente no tempo, devido justamente à introdução de inovações. O fato de existir “tempo de não trabalho” não significa dizer que esses períodos sejam improdutivos – sequer do ponto de vista do capital –, porque eles fazem parte do tempo socialmente necessário à produção dentro das condições médias e segundo a tecnologia existente para aquele tipo de processo produtivo. Mas significa que em cada período de tempo de trabalho ou de não-trabalho estarão refletidas as condições técnicas vigentes e seu conjunto representará a forma socialmente necessária para se produzir um determinado bem. Em poucas palavras, a

constituição das relações de poder entre as forças produtivas integrantes do processo produtivo direcionariam o tipo de inovação tecnológica, assim como também as relações de poder político dessas forças no espaço social.

No caso dos produtores familiares hortícolas da região de Salto, observa-se que a trajetória tecnológica introduzida nos últimos anos (os cultivos praticados sob estufa) traz no seu interior outro tipo de trajetória tecnológica (a produção protegida parcialmente), que de certa forma originou a atual. Acrescenta-se, sem dúvida, o contexto da “revolução verde” ao nível internacional, mas devemos lembrar que esses produtores se estabeleceram há mais de cem anos na região e cresceram sob a relativa proteção do modelo de substituição de importações, onde o Estado e os atores sociais hegemônicos acabaram por definir um papel a ser cumprido pelos produtores familiares agrícolas.

Na região de Salto, especificamente, os primeiros a se estabelecer foram agricultores imigrantes de origem basicamente italiana, espanhola, portuguesa, russa, alemã, francesa e polonesa e o tipo de agricultura que implantaram foi de caráter extensivo. Sob o modelo social mencionado desenvolveram formas tecnológicas de produzir mais intensivas. Por outro lado, as mercadorias que produziam se dirigiam especialmente para o mercado interno, no caso para a capital do Uruguai, onde na época se desenvolviam as principais indústrias exportadoras e havia necessidade de alimentos fartos e baratos.

Os produtores conseguiram suas terras por meio do Instituto Nacional de Colonização e a maioria deles são proprietários. Nesse sentido, o Estado desempenhou a tarefa fundamental de permitir aos imigrantes se tornarem donos das terras e não cair nas mãos dos latifundiários da área; esses últimos desenvolveram “colônias” próprias, com os imigrantes que conseguiram

aliciar, no interior de suas fazendas, impossibilitando qualquer tipo de desenvolvimento tecnológico autônomo e tendo em seu poder uma mão-de-obra barata e submissa.

Uma vez esgotado o modelo de substituição de importações, esses colonos ficaram sem uma “tarefa” social a cumprir, mas as condições agro-ecológicas de produção, a formação de uma rede social de transferência de tecnologia, uma história de sucessos e derrotas mas no fim de continuidade na organização sindical de produtores pequenos e médios, a constituição do espaço rural-urbano a partir do qual não foi preciso emigrar para cidade para obter serviços básicos e, por outro lado, a forte estruturação familiar ao redor da figura paterna como fonte de autoridade e a família como unidade doméstica e produtiva, vieram a permitiram que as inovações tecnológicas produzidas ou introduzidas na região pela Universidade e pelo Instituto Nacional de Investigação Agropecuária (INIA) tivessem nos produtores familiares os seus primeiros “experimentadores”.

O pacote tecnológico dos cultivos sob estufa se desenvolveu num contexto social diferente, pois a partir da ditadura militar se estabeleceu um modelo de economia aberta no qual se procurou exportar mercadorias não tradicionais (no Uruguai, as mercadorias chamadas tradicionais são a lã, a carne e o couro) e então o item de hortaliças passou a ser promovido de maneira especial. Ocorre que, para esse modelo social, o produtor familiar é ineficiente, pela sua forma de utilização da terra e de operar com os fatores produtivos que possui; portanto, seria a empresa agrícola o agente econômico que deveria desenvolver esse papel; tal situação levou nos últimos vinte anos a uma diminuição acentuada do número de produtores familiares no país, especialmente na zona sul. Contudo, no norte sua diminuição foi pouco significativa ou permanecem estáveis; na região de Salto, foi o produtor familiar o agente econômico que

veio a desenvolver uma nova forma tecnológica de produzir, de investir e até de se capitalizar, mas isso também trouxe mudanças no interior desse grupo social.

Decididamente, o fato que queremos apresentar é que os produtores familiares desenvolveram uma forma tecnológica que os iniciou em formas capitalistas de agir, atuar, pensar e viver, não porque a circunstância de serem produtores familiares signifique que o capitalismo não possa se desenvolver entre eles. Realmente, existem argumentos teóricos que sustentam que há aí a existência de menor lucratividade pela ocorrência de tempos de não trabalho que impossibilitariam o desenvolvimento integral do capitalismo na agricultura, pelo que só se teria as grandes empresas como seus agentes sociais e se explicaria o porque da não existência dos produtores familiares. Todavia, por outro lado, neste sentido MARX diz:

“...em diferentes ramos industriais reinam taxas de lucros desiguais que correspondem à diversa composição orgânica do capital e, dentro dos limites referidos, aos diferentes tempos de rotação (...). A validade do exposto depende da base em que se fundamentou até agora nosso estudo: a de que as mercadorias são vendidas pelo valor. Por outro lado, não há menor dúvida de que, na realidade, excluídas diferenças não essenciais, fortuitas e que se compensam, não existe diversidade nas taxas médias de lucro relativas aos diferentes ramos industriais, nem poderia existir, sem pôr abaixo todo o sistema de produção capitalista. Parece portanto que a teoria do valor é neste ponto incompatível com o movimento real, com os fenômenos positivos da produção e que por isso se deve renunciar a compreendê-los.” (MARX 1987: 173-4)

Por outra parte, para Marx o nivelamento pela concorrência é tendencial e se dá primeiro intra-ramos de produção, onde os preços convergem tendencialmente para um preço médio dentro do ramo, que será regulado pelas condições de demanda e oferta social das mercadorias, com o que se chega ao valor de mercado, que é o valor médio das mercadorias vendidas num ramo (cf. MARX 1987, Livro III: 202). Entre os ramos de produção se estabelece uma taxa de lucro tendencialmente uniforme, dado que a permanente migração dos capitais em busca dos ramos que apresentam maiores taxas de lucro provoca mudanças nas relações de oferta e procura por todos os ramos de produção, levando portanto à constituição

de taxas médias de lucro (cf. Idem: 221).²⁴ A consequência disso é que o argumento da existência de menor lucratividade pela ocorrência de tempos de não trabalho como fator explicativo da produção familiar e da pequena atração para o capital na agricultura não encontra respaldo na concepção de Marx sobre a formação de taxas de lucro. A produção agrícola se insere na forma capitalista de produção como um ramo que possui determinadas características, diferentes daquelas dos ramos de produção contínua (como é o caso dos ramos industriais), mas isso não significa que não possa assumir um caráter capitalista. Claramente, no próprio ramo agrícola se estabelecem diferentes mercados de produção de mercadorias, os quais têm suas próprias características; um deles é o mercado hortícola, o qual tem como agente econômico de produção o produtor familiar; é esse o caso de nosso estudo na região de Salto.

Tentaremos, assim, assinalar outras características desse mercado agrícola consideradas importantes, para depois indicar as características do produtor familiar estudado.

Em geral, a oferta agrícola é descontínua e se concentra num período de tempo limitado, mas o consumo desses produtos se dá de forma contínua. Como consequência, se constituem mercados de *stocks*, nos quais a especulação –no sentido da tomada de decisões em condições de muita incerteza frente a um futuro desconhecido– tem um valor fundamental. A respeito disso PAOLINO diz que:

“La posibilidad de formación o no de *stocks* de productos y su relación con los flujos de producción, condicionados por el “*timing*” que imponen los ciclos biológicos, constituyen elementos relevantes para la discusión de la formación de precios y de las estrategias de valorización del capital agrario”. (PAOLINO 1990)

²⁴ Sobre a discussão da formação da taxa de lucro na agricultura e suas possíveis especificidades, ver SILVA (1981), págs. 124-134 e Conclusões.

Então, em situações de baixas relações entre o fluxo de produção e os estoques, a possibilidade de reter a mercadoria produzida é uma decisão econômica de valorização do capital frente às expectativas otimistas acerca da evolução futura do mercado. Tal contexto econômico do funcionamento do mercado passa a orientar certas condutas dos produtores, tanto aqueles que podem reter sua mercadoria e esperar um bom momento de venda como aqueles que não podem fazer isso. Porém, isso também significa uma forma de organizar a produção na unidade produtiva familiar de modo a poder comprar aquelas variedades tecnologicamente avançadas de hortaliças que venham a permitir sua obtenção no estado de planta por um maior tempo e também a poder conhecer as inovações tecnológicas nesse sentido, a poder conhecer o funcionamento do mercado e a ter vias de comercialização.

No caso do produtor familiar que analisamos, se observa a ocorrência daqueles empresários capitalistas típicos, que entretanto gerenciam e participam da produção com a família; esses produtores operam cultivos sob estufas, mas suas limitações estruturais impossibilitam pensar em reter suas mercadorias, ficando assim nas mãos dos intermediários; por outro lado, são produtores familiares que atingiram certo nível de capitalização e tecnológico, empregando majoritariamente força de trabalho familiar, mas que utilizam também mão-de-obra assalariada temporária em todos aqueles momentos do ciclo agrícola nos quais o trabalho precisa ser feito de modo intenso e nos de ciclo curto. Além de utilizarem esse tipo de estratégia, através da sua organização sindical, que possui a infra-estrutura como câmaras frigoríficas, têm a possibilidade de armazenar a mercadoria que produzem à espera de melhores preços no mercado. (cf. TAVARES DOS SANTOS 1994) Esse tipo de produtor da região historicamente procurou se organizar para melhorar sua situação produtiva e econômica, tanto para demandar políticas específicas para o setor por parte do Estado como

para introduzir soluções frente a problemas devidos ao clima. Por outro lado, a constituição de colônias de imigrantes permitiu que os produtores agrícolas se ajudassem frente a diferentes problemas tanto climáticos como econômicos e a existência dessas colônias possibilitou o casamento entre membros de diversas famílias da mesma colônia ou de colônias vizinhas, o que originou “redes” familiares de produção na região.

Ora, a produção agrícola ocorre de maneira menos concentrada em relação à produção industrial; o caráter atomizado da produção agrícola se associa às limitações biológico-naturais das técnicas de produção possíveis e às possibilidades de gestão centralizada pelas unidades produtivas; a propósito disso, SCARLATO e RUBIO dizem que:

“Dado el carácter atomizado de la oferta agropecuaria, los mercados de estos productos, son en general competitivos. No obstante, esto debe ser relativizado: si bien la producción está más o menos atomizada, son frecuentes distintas formas de concentración en la fase comercial del propio producto agropecuario (acopiadores, organizaciones de productores, cooperativas, etc), y en otros casos, la producción agropecuaria se articula de diversas maneras con industrias “hacia delante” (demanda concentrada –oligopsonio–, contratos, etc).” (SCARLATO e RUBIO 1994: 62)

Porém, se a produção e oferta de mercadorias agrícolas são atomizadas, isso não significa que não se observem processos de concentração importantes, os quais se baseiam em certos casos –ver DELGADO (1985) para o Brasil– não só numa lógica expansiva dos capitais como também na procura do lucro de caráter especulativo sobre a terra.

No caso analisado dos produtores familiares de Salto, se observa a presença de grandes capitais e investimentos por parte de empresas, o que não significa que venham a desaparecer das chamadas unidades “pequenas” e/ou “médias” de produção sob estufa, com a presença significativa –em especial das últimas mencionadas– na oferta de produtos de cultivos sob estufa, mercado que mantém seu caráter não oligopólico. Por outro lado não se observa –como característica geral– o que assinala TAVARES DOS SANTOS no Rio Grande do Sul, com os produtores familiares:

“Os produtores tecnificados são, em geral, sócios de grandes cooperativas, e dependem do crédito rural para os investimentos e o custeio das operações agrícolas anuais. Nos últimos anos, endividaram-se largamente, para poderem se equipar com máquinas agrícolas e para adquirir os insumos industriais necessários a cada safra; por consequência, as oscilações da política de juros, muitas vezes com substanciais elevações, em particular desde 1980, provocaram situações de crise, e de inadimplência.

Em suma, tais produtores familiares utilizam tecnologias industriais, cultivam produtos tanto para o autoconsumo, quanto para o mercado, nacional e internacional, como é o caso da soja. Seu patamar de produção econômica determina uma adaptação às regras do mercado agro-industrial, sem o que suas possibilidades de reprodução social podem ficar muito comprometidas”. (TAVARES DOS SANTOS 1994: 149)

O que se constata entre os produtores familiares de cultivos sob estufa da região de Salto é que fazem parte de um mercado ainda não oligopólico: existem grandes capitais e empresas, mas os produtores familiares capitalizados atuam numa faixa de mercado que permite sua reprodução como unidades econômicas produtivas de hortaliças, unidades que se baseiam na estrutura familiar, nas relações internas à família e externas com outras famílias produtoras; seu passado hortícola possibilita a transferência de certas formas de trabalho na terra e a sucessão da propriedade para o primogênito de sexo masculino.

Por outra parte, quanto à forma de organizar a família na divisão do trabalho na unidade produtora-doméstica, a mulher é incorporada de forma permanente ao trabalho, sem todavia deixar suas tarefas domésticas e se mantém, dessa forma, o eixo da autoridade na figura do homem, o chefe da família; essa família, por fim, se integra a um espaço social rural-urbano onde os filhos se criam e se socializam com valores e perspectivas de futuro também urbanos, mas mantendo valores acerca do trabalho e relacionamentos pessoais próprios da região de origem.

Estamos diante de um tipo de família que possui a capacidade econômica (originada em gerações passadas de produtores) de incorporar novas tecnologias e que, com a produção sob estufa, combina o trabalho familiar com o assalariado e se capitaliza, permanecendo como agente produtivo no mercado hortícola; por outro lado, sua capacidade social de manter-se

como unidade produtora familiar por fazer parte do espaço rural-urbano que habitam e no qual se dão as relações internas à família e externas com outros produtores familiares, sua capacidade organizativa sindical e os serviços oferecidos pelo Estado possibilitam sua reprodução econômica, social e cultural à medida em que incorporam a produção hortícola no planos de futuro dos filhos.

O caráter atomizado da produção agrícola possibilita que os mercados em geral sejam competitivos e como consequência que os preços sejam produto da relação entre a oferta e a procura. Nesse contexto, o produtor familiar ou o empresário se informa dos preços do mercado, os quais levam a um ajuste das quantidades produzidas, pelo que o produtor tem poucas possibilidades de planejar *ex-ante* sua oferta, em termos de quantidades, de preços e de lucro, o que faz com que o “ajuste ao equilíbrio” seja um processo passivo. Essa é uma das questões levantada pelos produtores que constatamos através das entrevistas que realizamos; demandam, em definitivo, por parte do Estado uma política de preços agrícolas; nesse sentido, diz PAOLINO que:

“...en la medida que los agentes sólo pueden ajustar cantidades, los grados de libertad de las empresas no existen y , por lo tanto, tampoco existen estrategias ni rivalidad interempresarial”. (In: SCARLATO e RUBIO 1994: 62-3)

Nas entrevistas que realizamos junto aos produtores pudemos observar claramente essa reivindicação, em especial entre os produtores com maior produção de cultivos sob estufa e maiores investimentos, que definimos como empresários, os quais expressam sua preocupação pelo pequeno volume de produtos e pela necessidade de unidade entre os produtores da região para exportar em maior quantidade. Cremos que essa situação permite observar a conformação de diferentes faixas de mercado na oferta de produtos hortícolas, cada uma com seus respectivos agentes produtivos e a emergência de conflitos que

se originam na procura de uma maior taxa de lucro. Podemos observar que os sentidos atribuídos à organização são diferentes para o empresário e para o produtor familiar capitalizado: para o empresário significa elevar as quantidades de exportação, hegemonizando essa faixa do mercado, enquanto que para o produtor familiar capitalizado organizar-se significa proteger sua produção do *flex-price*,²⁵ o que, por um lado, permite que não tenham que deixar sua condição de produtores familiares e possam manter a família como eixo central da produção.

O produtor familiar, especialmente, fica prisioneiro dessa situação de vinculação ao *flex-price*, pelo que muitos têm que procurar o intermediário de vendas local ou regional para que este compre sua mercadoria, pois precisa do dinheiro que assim lhe será pago; isso origina uma relação de poder na qual o produtor familiar é a parte mais fraca, já que não tem capacidade de determinar o preço e muitas vezes o próprio intermediário adianta dinheiro frente às necessidades do produtor. Por outra parte, as novas tendências comerciais de concentração das vendas em hipermercados e supermercados deixam os produtores familiares prisioneiros seja dos intermediários, seja dos próprios hipermercados ou supermercados, que estabelecem o preço da mercadoria, uma vez que proporcionam o sistema de comercialização e de transporte para o produtor que dele carece.

Em resumo, procuramos delinear os eixos conceituais da produção agrícola, por um lado, e por outro, a produção familiar na agricultura vinculada a pacotes tecnológicos intensivos, como é o caso da produção dos cultivos sob estufa na região de Salto.

²⁵ “...los *flex-price* se asocian a los mercados competitivos, donde el bajo margen de ganancias impide soportar individualmente los altos costos de retención de *stocks*. Por tal motivo, la oferta es inelástica en la fase de venta, por lo que los precios son determinados bajo “la influencia de la demanda”. (PAOLINO, in: SCARLATO e RUBIO 1994: 63)

Observamos claramente que a produção agrícola possui um ciclo produtivo determinado de características pouco flexíveis, pelo próprio caráter biológico-natural da produção; outra característica é a falta de coincidência entre o tempo de produção e de trabalho, as inovações e mudanças tecnológicas sendo dirigidas no sentido de reduzir os tempos de “não trabalho” do ciclo produtivo agrícola.

Por fim, cabe-nos assinalar que na atividade agrícola coexistem unidades de produção com lógicas de funcionamento diferente. A “penetração” capitalista na agricultura determina necessidades crescentes de financiamento para a produção; no caso das unidades familiares não integrantes do processo de modernização, o atendimento dessas necessidades é procurado no circuito periférico de financiamento do crédito, quer dizer, fora do circuito bancário.

A economia capitalista guia-se por um circuito monetário da produção, no qual o sentido de intercâmbio que no primeiro momento é de mercadoria-dinheiro-mercadoria, segue a direção dinheiro-mercadoria-dinheiro. As necessidades de capital de caixa e de investimento tendem a crescer quanto mais capitalizada ou modernizada seja a produção agrícola, com base no crescimento da mercantilização em todos os mercados e paralelamente à monetarização das relações de intercâmbio. (cf. DELGADO 1985)

No caso que aqui analisamos, a forte estruturação familiar ao redor da figura paterna como fonte de autoridade e a família como unidade doméstica e produtiva permitiram que as inovações tecnológicas produzidas na região pela Universidade e pelo Instituto Nacional de Investigação Agropecuária (INIA) tivessem nos produtores familiares seus primeiros usuários. Por outro lado, a constituição das colônias de imigrantes permitiu que os produtores agrícolas se ajudassem mutuamente frente a diferentes problemas, tanto climáticos como econômicos, o

que também possibilitou o casamento entre membros de famílias da mesma colônia ou de colônias vizinhas, o que originou “redes” familiares de produção na região.

A família desses produtores cumpre com uma dupla função: realizar a produção de bens materiais e possibilitar a reprodução material, por um lado, e, por outro, a função doméstica de cuidado de seus integrantes e socialização dos filhos, na qual a mulher, além de participar ativamente na parte produtiva, continua na parte doméstica com seu tradicional papel (questão a ser levantada na próxima seção temática) e por último, a (re-)construção de um espaço rural-urbano no qual as relações internas à família e externas com outros produtores familiares, a capacidade organizativa sindical e os serviços oferecidos pelo Estado possibilitam à família sua reprodução econômica, social e cultural ao incorporar a produção hortícola no planos de futuro para os filhos.

9.4 - A Produção Agrícola Familiar: O Produtor Familiar Capitalizado

Nas seções anteriores já falamos acerca das características da produção agrícola sob o capital e do papel da inovação tecnológica. Por outra parte, procuramos na primeira seção definir o conceito de família e caracterizar especialmente o tipo de família agrícola que estudamos. Nesta seção abordaremos a família produtora hortícola da região de Salto sob o impacto da produção de cultivos sob estufa como processo de modernização, tentando identificar suas características, as mudanças que nela emergiram nessa nova forma de produção, como passou a se apresentar o âmbito social da família de produtores e porque pôde esse tipo de organização familiar vir a se integrar à forma de produção capitalista agrícola moderna.

Os dados obtidos através das entrevistas realizadas permitiram identificar uma série de impactos na estrutura produtiva desses produtores, com o que podemos construir certo perfil de sua trajetória recente. A partir desses dados, podemos notar que os pequenos e médios produtores familiares tiveram um crescimento entre 1990 e 1992 e um decréscimo entre 1992 e 1994 de produção de cultivos sob estufa. No caso dos grandes produtores, o coeficiente de variação manteve-se praticamente inalterado nos mesmos períodos.

Destacaremos a seguir algumas das informações coligidas relativas às culturas de tomate e pimentão, à estrutura financeira e tecnológica dos produtores familiares, à gestão da unidade produtiva e as formas de comercialização, à assistência técnica, à colaboração entre produtores que formam grupos de trabalho entre vizinhos, à gestão administrativa, à associação em cooperativas com outros produtores, à visão entre eles predominante quanto à integração econômica regional através do Mercosul e à estrutura social e familiar.

•- **Informações sobre as culturas de tomate e pimentão:** observa-se que o tomate tem suas culturas predominantemente em solos cobertos com estufas, ao contrário da cultura de pimentão; ou seja, há evidências de que, das duas maiores culturas existentes nessa população, o tomate é preferencialmente cultivado sob a estufa, em comparação com o pimentão. Os produtores familiares tendem a especializar-se sobretudo no cultivo do tomate.

•- **Estrutura financeiro-tecnológica dos produtores familiares:** quanto a este assunto, pudemos visualizar algumas características financeiras e tecnológicas presentes entre os produtores familiares. A maioria deles parece utilizar sementes híbridas em suas culturas, irrigar as plantações pelo método de cinta e fertilizar a terra com o método mecânico. Mais de 60% dos solos encontrados são de tipo arenoso. O método de dedetização utilizado por mais

de 60% dos produtores é o do pulverizador no trator. Pouco mais de metade dos produtores possui veículo de carga, mas menos de 20% possuem um veículo adicional. Finalmente, mais de 90% dos estabelecimentos dos produtores têm energia elétrica, sendo que a proporção de estabelecimentos com radiotransmissor e telefone é de 25% e 15%, respectivamente.

- **Gestão e formas de comercialização da unidade produtiva:** foi possível constatar que a maioria dos produtores familiares pesquisados não comercializa seus produtos diretamente junto ao consumidor, mas os vende principalmente na cidade de Montevideu por meio de intermediários. Para esse fim, o produtor familiar capitalizado associa-se com vizinhos ou parentes para procurar melhores formas de comercialização direta no mercado e dessa forma aumentar o lucro na venda ao não pagar a um intermediário a comissão respectiva.

- **Assistência técnica:** podemos afirmar que quase metade dos produtores familiares parece não ter nenhum tipo de assistência técnica, enquanto que a outra metade parece ser predominantemente atendida por um técnico particular ou por um assessor do MHS (*Movimento de Horticultores de Salto*), numa frequência quase sempre semanal. Além disso, o técnico parece ser a principal fonte de informações técnicas dos produtores familiares.

- **Grupos de trabalho:** os dados obtidos permitem visualizar o comportamento dos produtores familiares em trabalhos conjuntos com seus vizinhos. A grande maioria (mais de 80%) dos produtores familiares prefere vender seus produtos e comprar equipamentos e insumos individualmente, enquanto que cerca da metade transporta seus produtos em conjunto com os vizinhos. Vale ainda ressaltar a evidência de que a grande maioria dessas pessoas estaria afiliada ao MHS.

- **Gestão administrativa:** podemos dizer que parece haver cuidados em termos contábeis e quanto ao pagamento de impostos por parte de quase todos os produtores familiares, pois a maioria tem livro-caixa ou guarda as notas fiscais dos produtos comprados e recebe assessoria de um profissional; parece ainda que a maioria dos produtores familiares toma suas decisões sobre o cultivo com base estritamente familiar, ou simplesmente repete o cultivo anterior.

- **Associação com outros produtores em cooperativas:** pudemos notar que os produtores familiares se afiliaram ao MHS, em grande parte, no ano de 1988 —ano de sua fundação. Mais de 30% dos produtores afiliados têm contato escasso ou nulo com o MHS; aproximadamente 50% dos produtores familiares, no entanto, opinam que as reuniões de sócios são necessárias ou indispensáveis. A proporção de pessoas que votaram nas últimas eleições do MHS foi quase o dobro das que não votaram. Além disso, a qualidade dos serviços foi atestada como sendo boa por 40% dos produtores e o preço de tais serviços foi considerado adequado por quase 50% dos produtores.

- **Visão sobre integração regional (através do MERCOSUL):** parece haver insatisfação por parte dos produtores familiares em relação ao MERCOSUL; grande parte deles acha que a situação do país mudará, mas não há um consenso de como será esta mudança; além disso, a maioria dos produtores espera um impacto negativo do MERCOSUL no seu trabalho, sendo que quase 80% dos produtores consideram que não há organismos de consulta. Finalmente, a grande maioria dos produtores (mais de 80%) disse ser a imprensa a principal fonte de informações sobre o MERCOSUL.

- **Estrutura social e familiar:** parece haver um alto grau de homogeneidade na distribuição das idades dos produtores familiares, que variam de 24 a 66 anos; além disso, as evidências

colhidas são de que a grande maioria deles não terminou o primeiro grau, mora no próprio local de produção, não costuma contratar muitos trabalhadores (mais de 60% contratam até um trabalhador permanente e, no máximo, três trabalhadores temporários), teve no pai, que por sua vez também já trabalhava na horticultura, a referência básica para a ocupação profissional que escolheu e realiza a tomada de decisão quanto ao próximo cultivo com base no conhecimento prévio ou esperando altos lucros (estes dois fatores parecem estar em mais de 70% dos casos).

Por outro lado, estudamos o *comportamento quanto à área cultivada sob estufa ao longo do tempo* dos 40 produtores familiares contemplados nos três recenseamentos: 1990, 1992 e 1994.

Inicialmente, procedemos a uma *análise de agrupamentos* (cf. JOHNSON e WICHERN, 1992; BUSSAB *et al*, 1990), adotando como medida de similaridade o coeficiente de correlação de Pearson e usando o método do “vizinho mais longe”. O dendrograma (cf. JOHNSON e WICHERN, 1992) correspondente encontra-se no Gráfico A.55 do Apêndice 1. A conclusão que propomos é que os agricultores podem ser agrupados em três grupos, segundo esse modo de agrupá-los.²⁶

Os três tipos de comportamentos estão apresentados nos Gráficos A.56 a A.58 do Apêndice 1. Cada um dos 40 “casos” diz respeito a um produtor familiar; os dados referentes à quantidade de terra cultivada sob estufa (em m²) em 1990, 1992 e 1994 encontram-se na Tabela B.6 do Apêndice B.

²⁶ RAE - CEA – 9616 Relatório de Análise Estatística sobre o Projeto: “*Modernização na Agricultura Uruguaia: O novo agricultor familiar*”. Prof.^a Dr.^a Lúcia Pereira Barroso e Alexandre Eduardo Pinto de Almeida Gabriel. São Paulo, novembro de 1996.

Pelo Gráfico A.56, pode-se ver que 23 produtores familiares foram agrupados no primeiro grupo, cujo comportamento foi de crescimento, tanto de 1990 para 1992 como de 1992 para 1994. No Gráfico A.57, 12 produtores foram agrupados no segundo grupo, onde o comportamento foi de crescimento de 1990 para 1992 e de decréscimo, de 1992 para 1994. Finalmente, no Gráfico A.58, 5 produtores foram agrupados no terceiro grupo, cujo comportamento foi de decréscimo de 1990 para 1992.

O próximo passo foi estudar quais variáveis têm associação com tais comportamentos. Primeiramente, utilizou-se o *teste exato de Fisher* (CONOVER, 1971), para pesquisar a existência de associação entre os índices **IndTec** e **IndCap**, definidos no Anexo 2, e esses comportamentos. Não foi possível detectar associação tanto entre o comportamento dos produtores e **IndTec** (o nível descritivo encontrado foi $p = 0,464$), quanto entre o comportamento e **IndCap** ($p = 0,274$).

Procuramos, então, medir a associação entre todas as variáveis categorizadas, exceto aquelas em que o produtor se classificava em mais de uma categoria, e os comportamentos apresentados; para isso, utilizamos o *coeficiente de contingência de Pearson modificado* (cf. BUSSAB e MORETTIN, 1987). Tal coeficiente pode assumir qualquer valor real entre 0 e 1, sendo que quanto maior o valor do coeficiente, maior o grau de associação entre as variáveis. Os coeficientes de contingência de Pearson modificado das 42 variáveis consideradas encontram-se na Tabela B.5 do Apêndice B.

Dentre os resultados obtidos, apenas um é maior do que 0,7, de modo que a variável **NumTrabT** (número de trabalhadores temporários contratados pelo produtor familiar) é aquela que mais está associada com os comportamentos (o coeficiente de contingência de Pearson modificado encontrado foi de $C^* = 0,790$). A Tabela 6.2.1 mostra as frequências

absolutas observada e esperada sob a hipótese de independência (entre parênteses) do número de trabalhadores temporários contra os três comportamentos.

Tabela 9. *Distribuição do número de trabalhadores temporários em relação ao comportamento dos produtores familiares.*

Número de trabalhadores temporários	Comportamento		
	1	2	3
0	7 (6,3)	2 (3,3)	2 (1,4)
1 a 5	9 (9,8)	7 (5,1)	1 (2,1)
6 ou mais	7 (6,9)	3 (3,6)	2 (1,5)

Pode-se perceber uma maior homogeneidade nas possíveis classificações do número de trabalhadores temporários no comportamento 1 em relação ao comportamento 2, onde observa-se uma maior frequência na classe que vai de 1 a 5 trabalhadores temporários.

Por fim, foi possível elaborar uma tabela representando o nível tecnológico atingido pelos produtores familiares e pelos empresários e outra representando o nível de capitalização atingido pelos mencionados tipos de produtores.

Tabela 10 *Índice Tecnológico Posto em Prática segundo o Tipo de Produtor (Produtor Familiar ou Empresário)*

Índice Tecnológico	Produtor Familiar	Empresário	TOTAL
Baixo	20.0%	0.0%	10.0%
Médio	30.0%	30.0%	30.0%
Alto	50.0%	70.0%	60.0%
TOTAL	50.0%	50.0%	100.0% (40)

Fonte: Dados obtidos no levantamento referente à pesquisa *El Agricultor Familiar en el Proceso de Modernización en el Uruguay*. (Trata-se de 40 produtores identificados desde 1990 até 1994 através de Censos de Produção Sob Estufa realizados a partir da difusão do pacote tecnológico sob estufa de forma maciça desde 1988.)

Tabela 11 *Índice de Capitalização segundo o Tipo de Produtor (Produtor Familiar ou Empresário)*

Índice de Capitalização	Produtor Familiar	Empresário	TOTAL
Baixo	5.0%	5.0%	5.0%
Médio	50.0%	45.0%	47.5%
Alto	45.0%	50.0%	47.5%
TOTAL	50.0%	50.0%	100.0% (40)

Fonte: *Op. cit.*

Em síntese, tais dados demonstram, por um lado, que os produtores familiares conseguem trabalhar com o pacote tecnológico moderno de produção sob estufa; as inovações tecnológicas não os deixam fora da produção, o que significa que nem sempre as empresas são mais eficientes no uso dos fatores produtivos que os produtores familiares; por outro lado, demonstram também que foi atingido certo nível de capitalização pelos produtores familiares. A partir de certo nível ou faixa de produção e capitalização, especialmente, se produz uma divisão entre os produtores familiares capitalizados e os empresários familiares e empresários não familiares e os produtores familiares de subsistência, casos que serão explicados melhor mais adiante.

Finalmente, observamos que os produtores familiares capitalizados revelam a conduta de maximizar a renda familiar para sua reprodução material e social por meio dos preços no mercado hortícola, modo pelo qual procuram estabelecer um nível de equilíbrio entre essas duas dimensões da vida familiar-produtiva, apoiados em suas variáveis *endógenas* –tais como: tamanho, composição e relacionamento familiar, condições técnicas de produção, tamanho da exploração, forma de organização administrativa e assistência técnica– e em suas variáveis

exógenas –tais como: preços e comportamento do mercado hortícola, formas de comercialização, participação em cooperativas e trabalho em grupo.

Por outra parte, observamos que esse tipo de família se integra num espaço social rural-urbano onde os filhos se criam e se socializam com valores e perspectivas de futuro também urbanos, mas que mantêm valores acerca do trabalho e relacionamentos pessoais da região de origem. A capacidade social de manter-se como produtor familiar, por formar parte desse espaço rural-urbano no qual as relações intra e extra-familiares, com outros produtores familiares, se baseia em tradições culturais europeias transmitidas pelos colonos imigrantes (os primeiros agricultores da região); além disso, a capacidade organizativa sindical e os serviços oferecidos pelo Estado possibilitam à família sua reprodução econômica, social e cultural a incorporar a produção hortícola no planos de futuro para os filhos.

Em resumo, face à questão de “por que existem produtores familiares capitalizados?” cabe considerar que, por um lado, temos as *características exógenas* do mercado produtor, um mercado atomizado e no qual em determinada faixa de produção (identificada entre os que possuem áreas de mais de 1.500 m² e menos de 5.000 m²) os produtores familiares se capitalizam, ou seja, entram no circuito dinheiro-mercadoria-dinheiro principalmente por combinar mão-de-obra assalariada (que não ultrapassa a quantidade de 5 trabalhadores contratados temporariamente) com a familiar; nesse sentido, as características tecnológicas de produção intensiva em poucos metros quadrados de terreno possibilitam esta combinação, na qual os integrantes familiares participantes são aqueles em condições físicas de participar; esses produtores se especializam em determinados itens produtivos, comercializados no mercado por via de um intermediário ou diretamente (por eles mesmos) e em situações de perda financeira (por queda dos preços); a “variável de ajuste” é a maximização do trabalho

familiar e a relocação dos fatores produtivos em outro item agrícola rentável (de acordo com os preços no mercado), para dessa forma obter pelo menos o mínimo de renda familiar para sua reprodução material como família, por um lado, e como unidade produtora, por outro. Em caso de obter lucros, se investe na própria unidade produtivo-familiar (na compra de maquinaria, melhores sementes, pagamento de crédito, arrendamento de terras, eletrodomésticos, carro, etc.)

Por outra parte, cabe-nos apontar as *características endógenas* do produtor familiar capitalizado, tais como a composição familiar e principalmente o relacionamento intra-familiar entre produtores –isto é, os produtores familiares criam redes de relacionamento nas quais intercambiam conhecimentos quanto à forma de produzir sob estufa, fazendo entre si empréstimos de ferramentas e maquinarias, promovendo a comercialização de maneira associada e também viabilizando o acesso à terra por parte dos filhos (por via de casamento) ou de transmissão do patrimônio fundiário da família; claramente, a família do produtor capitalizado possui uma racionalidade econômica e extra-econômica na qual o espaço doméstico é o eixo central.

Conclusão: O Capital Social do Capitalismo Agrícola dos Cultivos sob Estufa

A agricultura familiar resistiu de várias maneiras às condições indicadas e o mais importante é que nessa resistência modificou-se ela própria, não vindo a ser uma resistência passiva no sentido de conservar sua situação original. Essa resistência transformou suas modalidades, criando um tipo de mobilidade social, diferente da clássica mobilidade

ascendente e descendente, que chamamos de mobilidade vertical. Este processo poderia indicar a lentidão na estruturação de uma camada social diferente, afastada da tipologia camponeses-capitalistas entendida em termos polares, o que leva a pensar em novas formas de inclusão e de exclusão nos processos sociais agrários (cf. KMAID e RIELLA, 1991). Portanto, as afirmações que aqui fazemos sobre esse setor social de produtores familiares deverão ser adaptadas para cada região ou setor produtivo específico.

Cabe-nos destacar também que fazemos neste estudo referência a produtores dedicados à horticultura por ser este setor produtivo aquele mais tradicionalmente vinculado à agricultura familiar. Habitualmente o termo “produtor familiar” caracteriza mais uma exploração individual, de preferência tradicional, e por isso tende a ser naturalmente confundida com uma exploração de tipo camponesa. Devemos aqui recordar que já consideramos no capítulo 3 da Parte I a caracterização do conceito de agricultor camponês de acordo com Tchayanov, e depois por Mendras e ainda por outros autores, e sua inadequação para o caso dos agricultores de Salto; a noção mais ampla de exploração agrícola familiar, com suas modalidades de modelo familiar, modelo de subsistência e modelo de produção familiar capitalizada e as noções de “modelo de origem” e “modelo esperado” que a elas associamos, que ressaltam a heterogeneidade e a diversidade que marcam essas diversas formas de exploração da atividade agrícola, que podem ser melhor abordadas conceitualmente a partir de um enfoque tipológico. E destacamos que a produção familiar agrícola, ao se organizar em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado, tanto no plano técnico-econômico como no sócio-cultural, correlaciona-se a uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação social, cuja vivência se desenrola em função dos dois domínios da memória histórica e das ambições para o futuro. E sugerimos a conveniência

de associar ainda, num tal quadro conceitual, as noções de *bloqueio* e de *ruptura*, com as quais a análise de casos particulares poderá considerar a adaptação de cada grupo às adversidades econômicas e políticas e, como no caso de Salto que aqui abordamos, a passagem para uma agricultura tipicamente capitalista.

Frente à predominância do modelo de liberalização da economia a nível mundial, a conformação de mercados regionais, somada à hegemônica política de ajuste fiscal nos estados latino-americanos, originou uma capacidade de reação e adaptação de um setor importante dos agricultores familiares no Uruguai. A busca de uma nova forma de acesso aos mercados, a necessidade de adaptar-se a suas novas possibilidades, a procura de maior informação e de formas não tradicionais de associação são alguns dos elementos que tal setor de agricultores familiares vem incorporando lentamente à sua ação desde há vários anos.

Em sua origem, a agricultura familiar uruguaia se desenvolveu no contexto de um modelo que procurava a segurança no abastecimento de gêneros alimentícios, o crescimento econômico por meio do aumento da produção, a substituição das importações, a criação de empregos para crescentes setores urbanos e uma justa distribuição do produto gerado (RAMOS, 1993). Num tal quadro, a função social destinada a este setor foi a de produzir alimentação barata para a crescente classe operária urbana. Por isso se estruturou um setor social de agricultores familiares que, no contexto dessas circunstâncias e perspectivas macro-econômicas, demonstrou eficiência e utilidade social.

Todavia, quando começou a mudar o modelo de acumulação, esses setores começaram a ser identificados cada vez mais como ineficientes e como tendo escassas probabilidades de adaptação aos novos padrões macro-econômicos já descritos. Iniciou-se, assim, o desaparecimento radical de muitos desses produtores, cujo setor se defronta

objetivamente com a necessidade de uma reconversão para obter uma nova inserção nos novos padrões de acumulação. É frente a esse estímulo “negativo” que um setor de agricultores familiares, que dispõe de certos recursos, vem de conseguir continuar na produção e iniciar uma “reconversão estrutural”, gerando o aparecimento de um novo tipo de agricultor familiar, difícil ainda de estimar em termos quantitativos.

O caso do complexo hortifrutícola aqui apresentado reúne condições ideais para a formação de agentes produtivos familiares; o uso do pacote tecnológico aplicado, que se revelou flexível para o produtor, não se mostrando determinante o tamanho da unidade — fatores que, reunidos, podem permitir o surgimento do empresário familiar. Este aparece como um ator que começa a se inserir, no sistema de *agribusiness*, cada vez mais no “circuito” de fora da porteira, especialmente numa participação sob a forma de venda de sua produção, como pudemos constatar.

Analisando o mercado dos países em desenvolvimento (como é o nosso exemplo), vê-se que quando se faz presente uma diminuição na renda dos consumidores, a demanda por atributos específicos de qualidade também declina; então, a quantidade torna-se relativamente mais importante. Todavia, pudemos perceber que essas mudanças surgem principalmente nos setores de rendas altas e médias; entretanto, graças ao efeitos da mundialização e da globalização cultural e da comunicação, elas tendem a expandir-se e a homogeneizar-se em curto tempo entre todos os setores de altas rendas do resto do mundo, aculturando ou mundializando —segundo a opinião que se sustente— a dieta desses setores sociais.

A formação e expansão dessa camada não é apenas produto das revalorizações sociais de certos alimentos, mas advem, também, de um duplo processo de concentração de renda. O primeiro desses processos se dá a nível mundial: 15% da população dos países desenvolvidos é

responsável por 56% dos gastos mundiais com consumo de alimentos. O segundo processo se dá a nível nacional, em especial no Terceiro Mundo, onde, em decorrência do ajuste estrutural de suas economias, chegou-se a que aproximadamente 20% das residências concentrem mais de 50% da renda nacional.²⁷

A conjunção desses fatores possibilita pensar, em nossos países, num desenvolvimento de produtos alimentícios especializados, em transações que podem ser de pequena escala mas com alto grau de especificidade de ativos, para os quais esse tipo de agricultor talvez esteja preparado.

Por outro lado, se percebe que os agricultores familiares (atores vivos num cenário da sociedade agrícola nacional) podem encontrar um espaço que os projete dentro desse novo padrão de acumulação, demonstrando sua capacidade de adaptação e sua disposição ao risco — em termos de empresa familiar. Esta capacidade já lhes permitiu incorporar tecnologias e variedades novas de produção, criando as possibilidades para continuar a operar na produção.

Partimos da idéia de que o produtor familiar capitalizado não é necessariamente um camponês mas, ao mesmo tempo temos dificuldades para defini-lo como empresário capitalista típico, considerando que ele se encontra eficientemente integrado ao mercado hortifrutícola, tendo a capacidade de incorporar os avanços da tecnologia na produção e de especializar-se na produção. O produtor familiar é geralmente proprietário da terra em que trabalha; não vende sua força de trabalho (ou a de algum integrante da família) para poder viver e manter sua família e não tem a capacidade de assalariar muitos trabalhadores para assim obter um plusvalor significativo.

²⁷ Fonte de Dados: RIELLA, A., *Documento de Trabalho N° 13*, Unidad de Estudios Regionales-Universidad de la República. Salto, Uruguay, 1992.

Uma das principais diferenças entre o produtor familiar capitalizado e o empresário capitalista é que o primeiro precisa produzir no mercado agrícola porque ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto que o empresário capitalista pode decidir mais livremente onde e como investir seu capital de acordo com as demandas do mercado que mais lucro gerem.

O empresário capitalista pode desmobilizar empregados que considere “excedentes” numa lógica de racionalização econômica, enquanto que o produtor familiar não pode fazer o mesmo com seus trabalhadores, que são os membros integrantes da sua família:

“seu compromisso com o trabalho pode ser considerado como total, seu objetivo é maximizar a utilização do trabalho e não a maximização do lucro ou de algum indicador de eficiência”. (FRANKLIN 1969: 1).²⁸

Nesse sentido, cremos que este produtor familiar capitalizado, ao produzir no mercado agrícola, integrando parte do sistema agro-alimentar como fornecedor de matéria-prima para a indústria, fornecedor de hortaliças e frutas frescas para as cadeias de hipermercados e grandes supermercados ou vendendo diretamente no mercado, e não só produzindo para a manutenção de sua família, começa a incorporar na lógica produtiva e sócio-cultural novos elementos, como de gestão, administração, maior informação de preços e outros, e não exclusivamente elementos do trabalho familiar. Em definitivo, estamos diante de novos perfis adquiridos por um antigo ator social agrário.

Por outra parte, a família dos produtores capitalizados de cultivos sob estufa, por ser uma unidade organizada, de produção, consumo, educação dos filhos, etc, e estar baseada nas relações pessoais (dos integrantes da família) intra-famílias de produtores capitalizados possibilita a resolução de problemas e situações originadas pela modernização agrária dos

²⁸ Franklin, S.H. - *The European Peasant: the Final Phase* - Methuen, Londres, 1969.

membros dessas famílias, criando uma rede de confiança mútua e estruturas de solidariedade; é a isso que chamamos de *capital social*.

Então, quando falamos de capital social não só fazemos referência à família; sabemos que na sociedade existe capital financeiro, capital físico, capital do tipo de recursos humanos. Alguns tipos de capital são facilmente palpáveis e observáveis, como o capital físico que compõe as maquinarias da fábrica; outros não são tão facilmente palpáveis (mas são, não obstante, observáveis) como os recursos humanos, que são conhecimentos e aspectos inseridos na pessoas em termos de habilidades para fazer coisas e operar; nesse sentido, os produtores familiares capitalizados são recursos humanos importantes e constituem o capital social que faz parte do espaço rural-urbano da região de Salto (cf. FILGUEIRAS, C. 1997). Ainda nessa linha de pensamento, Sacco dos Anjos diz:

“Para os teóricos dos modelos neoclássicos, a terra representa exclusivamente um fator de produção, enquanto que para as famílias rurais, ela identifica não apenas um fator de produção, mas também um local de residência e a matriz fundamental de seus valores culturais mais representativos”. (SACCO DOS ANJOS 1995: 17)

Não é fácil materializar o capital social, porque é menos palpável e baseia-se nas relações pessoais, pelo que atuar por meio de políticas sobre o capital social também é difícil porque se atua sobre relações pessoais; nesse sentido FILGUEIRAS diz ainda:

“La sociedad uruguaya ha dispuesto de un capital social muy grande. Hay que pensar cuidadosamente qué significa la pérdida de ese capital, porque hay muchos problemas que se solucionan por vía de las relaciones informales. Suprimida esa potencialidad, cuando no hay capital social, alguna otra institución tiene que encargarse alternativamente de ciertas funciones que cumplía o cumple la familia”. (FILGUEIRAS 1997: 79)

Ora, esse capital social, como é o produtor familiar capitalizado, pode, nessa faixa de mercado de produção de cultivos sob estufa, reproduzir-se socialmente —entendemos como reprodução social o que diz ALMEIDA, utilizando o conceito de FORTES (1971, apud ALMEIDA, 1987: 67): “...*processo de ‘manter, repor e transmitir o capital social de geração*

para geração’, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um ‘movimento governado por suas relações com o campo externo’ ”.

No caso analisado, essa dinâmica interna se produz em esferas sociais não claramente diferenciadas, como o são a esfera da produção e a esfera doméstica, mas isso não significa que não exista divisão sexual de tarefas na esfera produtiva. Nesse sentido, é dos principais impactos da modernização a inclusão permanente (é visível) da mulher no trabalho agrícola intensivo. Decerto, a participação econômica da mulher não significa mudanças na divisão do trabalho doméstico e das responsabilidades do lar entre os cônjuges, incorporando os integrantes masculinos do lar; a mulher dona-de-casa, mãe e trabalhadora se vê sobrecarregada em seu trabalho, pelo que acaba por se impor a ajuda adicional de outras mulheres do núcleo familiar (avós, filhas adolescentes e inclusive crianças) (cf. JELIN, E., 1997). Neste sentido, esse autor diz:

“En todo caso la posible reestructuración dependerá de la negociación intradoméstica en cada hogar con escasa intervención externa, con la excepción de lo que pueda transmitirse a través de los medios de comunicación de masa como modelos alternativos”. La organización de la domesticidad se vincula directamente con la oferta de bienes y servicios, y con la capacidad de acceso a los mismos. En este punto una primera forma de intervención social se manifiesta en el tipo, variedad y calidad de servicios públicos de consumo colectivo a los que tienen acceso”. (JELIN 1997: 31)

Então, a análise *endógena* do produtor familiar capitalizado revela que este tem no grupo doméstico o mecanismo central de transmissão do conhecimento produtivo, do capital físico e dos recursos humanos para continuar na produção agrícola; esse grupo familiar foi fortemente impactado pela modernização agrária (produção de cultivos sob estufa) na divisão sexual e de idade na esfera produtiva, mas não na esfera doméstica; ou seja, mudou a organização familiar do trabalho agrícola, mas não mudou o projeto de continuidade familiar na produção e de ter o controle sobre o mesmo na unidade doméstica tendo a figura do homem como eixo central.

A análise *exógena* do produtor familiar capitalizado nos mostra este agente produzindo para o mercado e nele comercializando, e que é na comercialização onde se apresenta o principal nó de conflito e poder, já que este produtor não possui transporte, por um lado, e, por outro, carece do conhecimento e da infra-estrutura para ter acesso à rede de comercialização hortifrutícola, pelo que muitas vezes o preço que lhe é pago não compensa o investimento realizado. Nesse momento, a família se comporta como variável de ajuste e vem a fazer parte das estratégias produtivas que possibilitem safarem-se todos de um mal momento financeiro. Por outro lado, nesse sentido os produtores familiares capitalizados constituem uma rede de relacionamentos familiares que permitem absorver esse tipo de situações que experimentam, como também possibilitam o aprendizado dos modos de operar próprios da nova tecnologia de produção sob estufa e de sua comercialização, muitas vezes sob a forma de cooperativa entre distintos produtores, mas da mesma família.

Essa rede familiar teve seu início nas colônias de imigrantes e veio a ser consolidada com as gerações seguintes através do casamento entre filhos de produtores e da transmissão do patrimônio fundiário aos filhos casados, pelo que se conforma um espaço social e cultural de características rural-urbanas, pois, por um lado, se mantém formas tradicionais de organizar a família além da influência de valores urbanos (devido à pouca distância da cidade) de organização familiar e do espaço doméstico. A valorização da terra não se dá só como fator produtivo, mas também como um elemento identificador e matriz formadora de valores culturais; por outro lado, além disso, o acesso a diferentes serviços públicos de infra-estrutura urbana, como acesso a água potável, energia elétrica, meios de transportes e de comunicação, serviços sociais, etc, permitem —principalmente aos jovens— formas de lazer diferentes das

tradicionais nas colônias, novas possibilidades de trabalho e estudo e formas de “olhar” o mundo diferentes.

Finalmente, devemos assinalar que o modelo familiar (tanto no espaço doméstico como no que se constrói fora dele) desse tipo de produtor incorpora os integrantes da família à unidade produtiva e possibilita sua reprodução social (além das “tentações” da cidade); que o tipo de tecnologia utilizada nos cultivos sob estufa, por suas características intensivas, permite materialmente a esse tipo de família incorporá-lo; e que o capital social que representa esse produtor familiar possibilita, na faixa do mercado produtor (entre 1.500 m² e menos de 5.000 m²), ao capital cumprir com seu ciclo, mas o tipo de modelo familiar e as condições para produzir em faixas maiores limitam uma maior reprodução ampliada sua, sendo capturado o excedente produzido no circuito comercial, pelo que o capital físico encontra seu capital social no produtor familiar capitalizado.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo : *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Hucitec, São Paulo, 1992.
- ARCHETTI, E. y STÖLEN, A. *Explotación Familiar y Acumulación de Capital en el Campo Argentino - Siglo Veintiuno*, Buenos Aires, 1975, págs. 111 a 124 e 141 a 160.
- ARCHETTI, Eduardo - “Una Visión General de los Estudios Sobre el Campesinado” - in: Newby Howrad (Ed.) - *International Research Rural Studies: Progress and Prospects*. - John Wiley, Sussex, 1976, págs. 1-25.
- ASTORI, D. - *Tendencias recientes de la economía uruguaya*. Montevideú, F.C.U. 1981.
- BARRAN, J. P. y NAHUM, B. *Historia Rural del Uruguay Moderno (1886-1894)*. Montevideú, Edit. Banda Oriental, 1968.
- BRUMER, Anita - *Qual a ‘vocalção’ produtiva da agricultura familiar?* - Comunicação apresentada no XX Congresso da ANPOCS, no Grupo de Trabalho N.º 17: Processos Sociais Agrários. Caxambú (Minas Gerais), Outubro de 1996.
- - “Transformações e Estratégias Produtivas na Produção Familiar na Agricultura Gaúcha”, in: *Cadernos de Sociologia V. 6 - Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários*. Porto Alegre, 1994.
- BUSSAB, W. O. e MORETTIN, P. A. (1987) - *Estatística Básica* - Atual Editora, São Paulo, (4.^a ed.) 321 págs.

- CALVA, José Luis. *Los Campesinos y su Devenir en las Economías de Mercado* - Siglo Veintiuno, México, 1988, págs:32-55, 241-295 e 485-506.
- CHAMBERS, J.D. e MINGAY, G.E. - *The Agricultural Revolution: 1750-1880* - B. T. Batsford, Londres, 1975.
- CHAYANOV, Alexander. V. - *La Organización de la Unidad Económica Campesina* - Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.
- DAVIS, J e GOLDBERG, R.A. - *A Concept of Agribusiness* - Universidade de Harvard. 1957.
- DELGADO, D. – *Capital Financeiro e Agricultura no Brasi* -. UNICAMP/ICONE, São Paulo, 1985.
- EHLERS, Eduardo. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. - Livros da Terra, São Paulo, 1996.
- FANDIÑO MARIÑO, Juan Mario. *O Paradigma de Classe: Elementos Básicos*. Textos de Estudo: No. 11/89. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, 1989.
- FAROPPA, L. - *Políticas para una economía desequilibrada*. - Ediciones de la Banda Oriental, Montevideú, 1982.
- FAURE, C. - “La Production Payssane et L’Exploitation Capitaliste” - *L’Homme et Société*, n.º 45, Sep./Dez. 1977.
- FINCH, M. H. J - *A Political Economy of Uruguay since 1870* - St. Martin’s Press, New York, 1981.
- FRANKLIN, S. H. - *The European Peasant: The Final Phas* - Methuen, Londres, 1969.

- FILGUEIRAS, C. – “El Rescate del Capital Social” In: *Género, Familia y Políticas Sociales-Modelos para Armar*. (coord.Clara Fassler, Patricia Hauser, Inés Iens), Edit.Trilce: Red Género y Familia, Montevideu, 1997.
- GARCÍA, Jr, A. - *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores* - Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.
- GNACCARINI , Jose Cesar A. - *Latifúndio e Proletariado: Formação da Empresa e Relações de Trabalho no Brasil Rural* - Polis, São Paulo, 1980.
- GÓMEZ, Sergio. - “Nuevas Estructuras Agrarias em América Latina” - *DT FLACSO*. N.º 29. Chile, 1992.
- GRAZIANO DA SILVA, J. - *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira* - UNICAMP-IE, Campinas, 1996.
- – *O Progresso técnico na agricultura*. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1990.
- - *Progreso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura* - Hucitec, São Paulo, 1981.
- - *Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil* - Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- - *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira* - Hucitec, São Paulo, (2.^a edição) 1980.
- – *Questão Agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov e Stalin*. - Brasiliense, São Paulo, 1981.

- GROSSI PORTO, Maria Stela e SIQUEIRA, Deis Elucy. “A Pequena Produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas”, in: *Cadernos de Sociología V. 6 - Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários*. Porto Alegre, 1994.
- HOBSEBAW, E. - *A Era do Capital* - Paz e Terra, São Paulo, 1996.
- JELIN, E. - “La Tensión entre el Respeto a la Privacidad y las Responsabilidades del Estado” - In: *Género, Familia y Políticas Sociales-Modelos para Armar*. (coord.Clara Fassler, Patricia Hauser, Inés Iens) - Edit.Trilce, Red Género y Familia, Montevideo, 1997.
- JOHNSON, R. A. e WICHERN, D. W. (1992). *Applied Multivariate Statistical Analysis* - Prentice Hall, New Jersey, (3.^a ed.) 642 págs.
- KAGEYAMA, A., in: *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*, in: DELGADO, G. C.: GASQUES, J.G. & VILLA VERDE, C.M. *Agricultura e Políticas Públicas* - IPEA, Brasília, 1990.
- KAUTSKY, K. *La Cuestión Agraria. Análisis de las Tendencias de la Agricultura Moderna y de la Política Agraria de la Socialdemocracia* - Siglo Veintiuno, México, (5.^a ed.) 1983. Capítulo V: “El Carácter Capitalista de la Agricultura Moderna”, págs.: 65 a 100.
- KMAID, G. - RIELLA, A. - “La(s) Sociología(s) Rural(es)” - *Revista de Ciencias Sociales*, n.º 7, Montevideo, 1992.
- LAMARCHE, Hughes. - “A Agricultura Familiar - Comparação Internacional - Uma Realidade Multiforme”. Lamarche Hughes (Coord.) - Edit. da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1993.
- LARANJEIRA, Raimundo - *Colonização e Reforma Agrária no Brasil* - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983, págs.112-113.
- LEHMAN, David - “Ni Chayanov ni Lenin: apuntes sobre la teoría de la economía campesina” - *Estudios Rurales Latinoamericanos* - vol. 3, n.º 1, 1980, págs. 5-23.

- LENIN, Vladimir. Y. - *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*. Trad. de José Paulo Netto - (Coleção “Os Economistas”) - Abril Cultural, São Paulo, 1982.
- LOVISOLO, H.R. *Terra, Trabalho e Capital: produção familiar e acumulação* - Editora da Unicamp, Campinas, 1989.
- NEWBY, H. e SEVILLA GÚZMAN, E. - *Introducción a la Sociología Rural* - Alianza Madri, 1983.
- NIKOLITCH, R. - “Family Operated Farms: The Compatibility with Technological Advances” - *American Journal of Agricultural Economic* - Vol. 51, n.º 3, August 1969.
- NORTH, D.C. - *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* - Cambridge University Press, 1990.
- MACADAR, L. - *Uruguay 1974-1980: ¿Un nuevo ensayo de reajuste económico?* - Montevideu, Ediciones de la Banda Oriental, 1982.
- MANN, Susan A. e DICKINSON, James M. - “Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture” - *The Journal of Peasant Studies* - Vol. 5, n.º 4, 1978, págs. 466-481.
- MARTINE, George e GARCÍA, Rolando Coutinho (org.). - *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola* -. São Paulo, Caetés, 1987.
- MARTINE, George. - “A Trajetoria da Modernização Agrícola: a Quem Beneficia?” - *Lua Nova*, n.º 23, 1991.
- MARTINS, José de Souza - *Não Há Terra Para Plantar Neste Verão: O Cerco das Terras Indígenas e das Terras de Trabalho no Renascimento Político do Campo* - Vozes, Petrópolis, (2.ª edição) 1988.

- - *Conde Matarazzo: o Empresário e a Empresa - Estudo de Sociologia do Desenvolvimento* - Hucitec, São Paulo, (2.^a Edição) 1973.
- - *A Militarização da Questão Agrária no Brasil: Terra e Poder - O Problema da Terra na Crise Política* - Vozes, Petrópolis, (2.^a edição) 1985.
- - *Capitalismo e Tradicionalismo: Estudo Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil* - Pioneira, São Paulo, 1975.
- - *Sobre o Modo Capitalista de Pensar* - Hucitec, São Paulo, (3.^a edição) 1982.
- - *Introdução Crítica a Sociologia Rural* -(Coleção Estudos Rurais) - Hucitec, São Paulo, 1981.
- - *Expropiação e Violência: A Questão Política no Campo* - Hucitec, São Paulo, 1980.
- MARX, K. - *O Capital: Crítica da Economia Política* - Difusão Editorial,. Rio de Janeiro, 1987 [primeira edição alemã de 1867-94).
- - *El Capital* - Tomo 2. Capítulo II até Capítulo VII - Fondo de Cultura Económica, México, 1985.
- - *Teorías Sobre la Plusvalía II - Tomo IV de El Capital* - Fondo de Cultura Económica, México, 1980, págs. 7-34 e 77-96.
- MELGAR, A. - *Distribución del ingreso en el Uruguay* - CLAEH, Serie de Investigaciones N.º 8, Montevideú.
- MILLOT, Julio e BERTINO, Magdalena - *Historia Económica del Uruguay* - Tomo II - Fundación de Cultura Universitaria, Instituto de Economía de la Facultad de Ciencias

- Economicas y Administración, Universidad de la República, Montevideo, 1996, págs. 191-223 e 313-363.
- MORAES, M. I. – *Bella Unión: de la estancia tradicional a la agricultura moderna* - CINVE-Edit. De la Banda Oriental, Montevideo, 1990.
- MORVAN, Y. - “Filière de Production” - in *Fondaments D’Economie Industrielle* - págs 199-231 - *Economica*, 1985
- MÜLLER, Geraldo. - “Modernización y Pequeña Producción” - *Revista Paraguaya de Sociología*, n.º 78, 1990, pág. 25.
- PAOLINO, C. – *Estagnação e Dinamismo na Pecuária Uruguaia: uma abordagem heterodoxa* – IE, UNICAMP, Campinas, Tese Doutorado, 1990 (mimeo.).
- PEREIRA BARROSO, L., e PINTO de ALMEIDA GABRIEL, A., E. - *Relatório de Análise Estatística sobre o Projeto: “Modernização na Agricultura Uruguaia: O novo agricultor familiar”* - (RAE – CEA – 9616), IME USP, São Paulo, novembro de 1996.
- PINHEIRO MACHADO FILHO, C.A; SPERS, E.E; CHADDAD, F.R; NEVES, M.F. *Agribussines Europeu* - Pioneira, São Paulo, 1996.
- PIÑEIRO, D. - *Formas de Resistencia de la Agricultura Familiar: El caso del noreste de Canelones* - Ediciones de la Banda Oriental, Montevideo, 1985.
- - “Agricultura Familiar: el fin de una época” - in: *Nuevos Y No Tanto. Los Actores Sociales para la Modernización del Agro Uruguayo* - Ed. Banda Oriental, 1991.
- - “Reflexiones (im)Pertinentes Sobre el Futuro del Agro Uruguayo” - *Debate Agrario* (Lima), Janeiro-Maio, 1992.

- - *Nuevos y no Tanto: Los Actores Sociales Para la Modernización del Agro Uruguayo* - CIESU-EBO, Uruguay, 1991.
- RAMOS, Alvaro - "*La Integración de los Mercados y su Impacto sobre los Pequeños Productores*" - Trabalho apresentado no Seminário organizado por PROCODER-IICA em Montevideo, abril 1993.
- RIELLA, Alberto - *Documento de Trabajo n.º 13* - Universidad de la República-Regional Norte - Unidad de Estudios Regionales - Salto, 1992.
- RIELLA, Alberto e ROMERO, Juan - "*Documento de Trabalho nº 17 - Regional Norte - Analise do Censo de Produção sob Estufa de 1994*" - Universidade da República - Sede Regional Norte - Unidade de Estudos Regionais, Dezembro de 1994.
- RIELLA, Alberto; PIÑEIRO, Diego; KMAID, Gonzalo; GARIBOTTO, Susana; TUBÍO, Mauricio e ROMERO, Juan. - "*Documento de Trabalho n.º 12*" - Universidade da República - Sede Regional Norte - Unidade de Estudos Regionais, Salto, 1993.
- RIELLA, Alberto; GARIBOTTO, Susana e ROMERO, Juan. - "*Documento de Trabalho n.º 10*" - Universidade da República-Sede Regional Norte-Unidade de Estudos Regionais, Salto, 1993.
- RIELLA, Alberto; GARIBOTTO, Susana; TUBÍO Mauricio e ROMERO, Juan. - "*Documento de Trabalho Nº 8*" - Universidade da República-Sede Regional Norte-Unidade de Estudos Regionais, Salto, 1993.
- ROMERO, Juan - "O Moderno Agricultor Familiar no Uruguai" - *PLURAL - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia* - [Departamento de Sociologia - FFLCH-USP], 1º semestre de 1997, n.º 4, págs. 125-153.

- SACCO dos ANJOS, F. – *A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)* - UFPEL/Edit. Universitária, Pelotas, 1995.
- SALLES FILHO MONTEIRO, Sergio Luiz. - *A Dinâmica Tecnológica da Agricultura: perspectivas da biotecnologia* (Tese de Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Março de 1993 (mimeo), págs. 4-140.
- SANDRONI, Paulo - *Questão Agrária e Campesinato: A Funcionalidade da Pequena Produção Mercantil* - Polis - São Paulo, 1980.
- SCARLATO, G., e RUBIO, L. - *Relaciones Agricultura-Industria: dinámica y tendencias* - CIEDUR-FAO/PROCAPLAN - Edit. Hemisferio Sur, Montevideú, 1994.
- SHANIN, Teodor - *A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. O Velho e Novo em uma Discussão Marxista* - Universidade de Manchester, S/D, págs. 43-79.
- - *Peasants and Peasant Societies* - Basil Blackwell, Oxford, (2.^a ed.) 1987.
- SIERRA BRAVO, R. - *Técnicas de Investigación Social* - Edit. Paraninfo, Madri, (8.^a edição) 1992.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Las Clases Sociales en las Sociedades Agrarias* - Siglo Veintiuno, México, 1986, págs. 29-108.
- TAVARES DOS SANTOS, J.,V. – “Conflitos Sociais Agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais” - *Cadernos de Sociologia / Programa de Pós-Graduação*, v. 6: *Produção Familiar, Processos, Conflitos Agrários* - PPGS/UFRGS, Porto Alegre, 1994.
- VEIGA, José Eli da - *Agricultura familiar e sustentabilidade* (Comunicação apresentada no XX Congresso da ANPOCS, no Grupo de Trabalho n.º 17: Processos Sociais Agrários) - Caxambú, Outubro de 1996.

----- - *Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica* - EDUSP, São Paulo, 1991.

VERGOPOULOS, K. - *A questão agrária e o capitalismo* - Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel - *Raízes históricas do campesinato brasileiro* - (Comunicação apresentada no XX Congresso da ANPOCS, no Grupo de Trabalho n.º 17: Processos Sociais Agrários) - Caxambú, Outubro de 1996.

----- - *Trajetória Social e Projeto de Autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo* - Unicamp, Campinas, 1988.

----- - *O Camponês: um trabalhador para o capital* - Grupo de Estudos Agrários, Unicamp, Campinas, 1979.

WEBER, Max - *Historia Agrária Romana* - Martins Fontes, São Paulo, 1984.

WILKINSON, John - *Estado, A Agroindústria e a Pequena Produção* - Hucitec, São Paulo, 1986.

WILLIAMSON, Olivier - *Las Instituciones Economicas del Capitalismo* - Fondo de cultura Economica, Mexico, 1989.

VESSURI, H.M.C. - “Cambio Técnico y la Organización Social de la Producción Agrícola” - *Estudios Rurales Latinoamericanos*, vol. 5, n.º 2, Maio-Agosto 1982.

APÊNDICE A

Gráficos

Gráfico A.1. Porcentagem de terras cultivadas sob estufa entre os produtores familiares, em 1990.

Gráfico A.2. Porcentagem de produtores familiares por categoria, em 1990.

Gráfico A.3. Porcentagem de terras cultivadas sob estufa entre os produtores familiares, em 1992.

Gráfico A.4. Porcentagem de produtores familiares por categoria, em 1992.

Gráfico A.5. Porcentagem de terras cultivadas sob estufa entre os produtores familiares, em 1994.

Gráfico A.6. Porcentagem de produtores familiares por categoria, em 1994.

Gráfico A.55. Dendrograma relativo ao comportamento da distribuição de terra cultivada sob estufa ao longo do tempo.

Gráfico A.56. Perfil do primeiro grupo: área cultivada sob estufa ao longo do tempo. **Gráfico A.57.** Perfil do segundo grupo: área cultivada sob estufa ao longo do tempo. **Gráfico A.58.** Perfil do terceiro grupo: área cultivada sob estufa ao longo do tempo.

APÊNDICE B

Tabelas

Tabela B.5. Coeficientes de contingência de Pearson modificado entre as todas as variáveis categorizadas, exceto aquelas em que o produtor se classificava em mais de uma categoria, e o comportamento da distribuição de terra cultivada sob estufa ao longo do tempo.

Variável	Coeficiente de contingência de Pearson modificado
NumTrabT	0.790
Escolar	0.682
InfoMS	0.656
MotivFil	0.645
NumTrabP	0.606
ImpMS	0.583
FreqMHS	0.567
RecInfo	0.567
ResProd	0.539
NuimParen	0.531
PaiTrab	0.529
ProxCult	0.522
TipoSolo	0.521
ReunMHS	0.519
DecCult	0.511
AgrupEq	0.505
MudNacMS	0.494
Dedetiz	0.474
TrabMS	0.432
CapAdm	0.425
TipoAss	0.417
AgrupPr	0.416
ReqCont	0.404
QualMHS	0.390
Comerc	0.373
Fertiliz	0.363
Hibrid	0.363
AssImp	0.358
AfilMHS	0.356
FreqAss	0.352
Telefone	0.344
AgrupVd	0.340
Consult	0.325
Irrig	0.325
SitNacMS	0.293
PrecoMHS	0.267
AgrupIns	0.222
Veiculo	0.190
VotMHS	0.169
Eletric	0.167
Radtr	0.117
VeicAdic	0.117

Tabela B.6. Número de m² cultivados sob estufa dos 40 produtores familiares presentes nas três amostras dos recenseamentos e no questionário.

CASO	m² em 1990	m² em 1992	m² em 1994
1	1200	300	3600
2	1000	1120	1888
3	2300	2500	2050
4	1440	2400	7480
5	840	4000	7200
6	1680	3384	600
7	1000	600	960
8	1000	1000	1600
9	450	900	1668
10	2000	6000	5000
11	10300	9160	11000
12	1450	1900	3200
13	15000	40000	24000
14	1450	5500	7180
15	1500	2450	3500
16	1800	960	960
17	1116	3000	1000
18	3350	2000	3840
19	4800	7968	18000
20	3430	5200	8000
21	1200	7500	3600
22	950	3000	5700
23	1440	10000	7060
24	9720	8500	7500
25	1200	4500	7600
26	1760	2710	2880
27	4500	11600	17340
28	2000	9000	6500
29	1000	2400	3500
30	3600	10200	9000
31	840	4200	3000
32	2000	2000	3100
33	1440	6000	10000
34	2000	4720	6600
35	25000	27000	22900
36	450	1920	1500
37	2150	4500	6000
38	6000	11000	13800
39	1200	1200	1920
40	2900	4000	7000

APÊNDICE C

Mapas

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

DEPARTAMENTO DE SALTO¹

¹ - *Departamento* é a divisão política e administrativa do Estado uruguaio, do mesmo que no Brasil se teria o Estado.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO SOB ESTUFA E HORTÍCOLA NO *DEPARTAMENTO DE SALTO*²

² - a Cidade de Salto se apresenta em cor vermelho; entre a cidade e a linha de cor verde se situa a área de produção sob estufa e dos produtores estudados, enquanto que a linha de cor vermelha indica a área de produção hortícola tradicional; a soma das duas áreas de produção é a área de produção hortícola do *Departamento*.

APÊNDICE C

Fotos

ANEXO DE FOTOGRAFIAS

Fotografia Nº. 1 – Estabelecimento de Produtor Familiar Capitalizado – *Tropezón*

Fotografía N°. 2 – Establecimiento de Produtor Empresario – *Colonia Osimani*

Fotografía N°. 3 – Establecimiento de Produtor Familiar Capitalizado – *Colonia 18 de Julio*

Fotografía N°. 4 – Produção Sob Estufa de Produtor Familiar Capitalizado – *Tropezón*

Fotografía N°. 5 – Trabalhadores Assalariados Temporais na Colheita de Morango – *Colonia 18 de Julio*

Fotografia Nº. 6 – Produtor Familiar de Produção Sob Estufa – *Tropezón*

Fotografia Nº. 7 – Produtor Familiar e Filhos trabalhando com os Trabalhadores Assalariados Temporais na Colheita de Morango, ao fundo observa-se o estabelecimento (de cor branco) – *Colonia 18 de Julio*

Fotografia Nº. 8 – Trabalhadores no Porto de Salto na exportação de Citrus e Produtos Hortifrutigranjeros ao final do século XIX, (aproximadamente na década de 1880)

Fotografia Nº. 9 – Frigorífico *La Caballada* e seu porto particular para à exportação de carne vacuna e observa-se ao redor do Frigorífico, estabelecimentos de produção hortifrutigranjera. O documento gráfico é de aproximadamente da década de 1880.